

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História, Poder e Práticas Sociais

LUIS FERNANDO GUIMARÃES ZEN

**“A conciliação das elites” projeto hegemônico de democracia na Revista Veja**

Marechal Cândido Rondon  
2009

Luis Fernando Guimarães Zen

**“A conciliação das elites” projeto hegemônico de democracia na Revista Veja**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

**Orientadora:** Profa. Dra. Carla Luciana Silva

Marechal Cândido Rondon  
2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Z54c	Zen, Luis Fernando Guimarães "A conciliação das elites" projeto hegemônico de democracia na Revista Veja / Luis Fernando Guimarães Zen. - Marechal Cândido Rondon, 2009 146 p.  Orientadora: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Carla Luciana Silva  Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009.  1. Revista Veja - Aparelho privado de hegemonia. 2. Processo de redemocratização. 3. Homogenia. 4. Democracia. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.  CDD 21.ed. 321.8 CIP-NBR 12899
------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para o desenvolvimento dessa pesquisa, seja no sentido acadêmico ou no sentido pessoal. Essa pesquisa só foi possível de ser realizada devido ao esforço de todas as pessoas envolvidas no Programa de Pós-Graduação em História da UNIOESTE.

Primeiramente agradeço aos meus pais Luiz José Zen e Odete Guimarães Zen pelo apoio e compreensão mesmo nos meus momentos de ausência dos últimos anos, aos meus irmãos Simone, Elcir, Rosane e Renato e aos meus cinco sobrinhos. Agradeço também aos meus amigos de Cascavel que aturaram meus últimos sete anos de “dureza”.

Aos meus amigos de Rondon em especial a Sandra, Gervásio e Marcos Vinicius parceiros nas horas de reflexão e nos momentos de descanso, ao Alexandre Blank, Márcio Both e Alessandra Gasparoto e a toda a galera do futebol de terça feira.

Essa pesquisa não seria possível sem as colaborações de Carla Silva não apenas como orientadora mas que juntamente com Gilberto Calil já me ajudaram por diversas vezes a superar barreiras intelectuais, pessoais e profissionais.

Agradeço também a Iraci Urnau, aos professores Antônio Bosi e a Sarah, pelas contribuições dadas a essa pesquisa e pela amizade fora dos muros da Universidade. Ao Rinaldo, Aparecida, Roger, Patrícia, Paulo Koling e Fábio Ruela.

A todos os integrantes do grupo de pesquisa Estado e Poder que contribuíram através das discussões do grupo para uma maior reflexão teórica e que também ajudaram nos resultados desse trabalho. Nesse sentido foram importantes também as contribuições dos meus colegas de Mestrado em especial a Cíntia, Sônia, Rodrigo e Maria Emília.

## RESUMO

### **“A conciliação das elites” projeto hegemônico de democracia na Revista Veja**

Esta pesquisa foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. A pesquisa buscou compreender as formas como a revista *Veja* atuou durante o processo da redemocratização brasileira entre os anos de 1982 a janeiro de 1985. A revista foi analisada metodologicamente como “aparelho privado de hegemonia” tendo como base teórica os estudos de Antonio Gramsci. O processo de redemocratização vivenciado pelo país nos anos 1980 ficou marcado pelas manifestações populares em prol das chamadas “diretas já” que envolveram diversos setores da sociedade brasileira, para reivindicar o direito a democracia. Esta pesquisa problematiza a atuação da *Veja* durante este processo no qual ela agiu no sentido de formular uma proposta neo-liberal defendendo que essa fosse a melhor alternativa para resolver os problemas políticos, econômicos e sociais do país. Esse posicionamento da revista fica claro na medida em que formou-se uma dissidência dentro do partido do governo, principal favorito nas eleições indiretas, na qual surgiu a chamada “Frente Liberal” apoiada pela *Veja*. A “Frente” foi determinante nesse processo na medida em que ela se junta a “oposição” e vence as eleições mesmo de forma indireta.

**Palavras Chave:** democracia, hegemonia, Revista *Veja*, conciliação.

## ABSTRACT

### **"The elites reconciliation" a hegemonic democracy project in the *Veja* Magazine**

This research was done jointly with the Pos Graduate Program in History from the Western Paraná State University – UNIOESTE. The study intended to understand how the *Veja* magazine acted during the Brazilian re-democratization process from 1982 to January 1985. The magazine was methodically analyzed as "a private apparatus for hegemony" having as basis the theoretical studies of Antonio Gramsci. The re-democratization process experienced by the country in the 1980s was marked by popular processions in favor of the called "diretas já" (direct elections) involving many sectors of the Brazilian society, claiming the right to democracy. This study problematizes the attitude of *Veja* magazine during this process in which it acted in order to formulate a neo-liberal proposal claiming that this was the best alternative to solve the political, economic and social problems in the country. This magazine positioning is clear when it was formed a dissent group within the Government party, the favorite candidate in the indirect elections, situation in which emerged the called "Liberal Front" supported by *Veja*. The "Front" was crucial in the process as it joins the "opposition" and wins the elections even in an indirectly election.

**Key Words:** democracy, hegemony, *Veja* Magazine, conciliation.

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	3
RESUMO .....	4
INTRODUÇÃO.....	7
Metodologia das fontes.....	11
Cap. I – DA CRISE SOCIAL E ECONÔMICA À CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO DA SOLUÇÃO POLÍTICA .....	16
1.1 O processo da redemocratização brasileira como manifestação do Estado Ampliado .....	22
1.2 O conceito de democracia no atual modelo de Estado Burguês.....	30
1.3 O Estado burguês e suas formas de manifestação .....	36
1.4 As novas estruturas econômicas .....	39
1.5 A transição política.....	47
1.6 Crise econômica ou crise de hegemonia?.....	49
Capítulo II – A Revista Veja na transição democrática brasileira.....	57
2.1 Veja e a democracia.....	57
2.2 Veja e as possíveis correntes políticas em disputa .....	62
2.3 A crise econômica dos anos de 1970.....	67
2.4 Veja e as “diretas já” .....	69
2.5 A crise social diante do processo de reestruturação produtiva do país .....	71
2.6 A crise política.....	76
2.7 Veja a “Pequena” e a “Grande Política”.....	81
2.8 As “diretas já” como proposta hegemônica para a solução da crise .....	87
2.9 A rejeição da Emenda Dante de Oliveira .....	94
2.10 Depois da rejeição as novas propostas .....	99
Capítulo III – VEJA: A PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO E A FRENTE LIBERAL .....	106
3.1 Veja e a “Política do dia-a-dia” .....	107
3.2 Veja e a “Grande Política” liberal .....	133
CONCLUSÃO.....	140
BIBLIOGRAFIA .....	143
ANEXOS .....	145

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida junto ao Laboratório de Pesquisa Estado e Poder, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Neste Laboratório encontra-se atualmente um acervo diversificado de jornais e revistas, disponíveis para consulta e pesquisa. Uma parte deste acervo pertence ao Laboratório e outra parte trata-se de um acervo particular que inclui entre outros materiais, uma coleção completa da revista *Veja* gentilmente cedida pela Professora Carla Luciana Silva, para a realização de pesquisas no Local.

Esta é uma entre as diversas outras pesquisas que vem sendo desenvolvidas junto ao Laboratório que conta ainda com pesquisas de iniciação científica, monografias e dissertações de mestrado. O Laboratório oferece ainda uma estrutura para a pesquisa que inclui computadores e materiais de procedimento, além de um acervo variado de revistas que inclui além da revista *Veja* as revistas *Isto É*, *Senhor*, *Época* entre outros materiais.

A presente pesquisa buscou desenvolver uma análise crítica de como a revista *Veja* atuou durante o processo de transição entre a ditadura militar e a formação de um novo regime conhecido como processo de redemocratização brasileira.

O período pesquisado vai dos anos finais da ditadura militar basicamente entre os anos de 1982 a janeiro 1985. Esse recorte foi escolhido por se tratar do período em que se efetivou a transição entre os governos militares e a volta de um governo civil ao cargo de Presidente da República. O ano de 1982 ficou marcado pelo retorno das eleições diretas para o cargo de governador nos estados. A partir daí, começaram as especulações a respeito da transição do “regime militar” para o retorno do governo “civil”. O marco final dessa pesquisa é janeiro de 1985 quando ocorreram as eleições de forma indireta na qual foram

eleitos Tancredo Neves e José Sarney para sucederem ao general João Figueiredo na Presidência da República.

Com as eleições indiretas ocorridas em janeiro de 1985, o ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves foi eleito Presidente e mesmo nunca tendo assumido efetivamente o cargo, chegava ao fim o regime militar, um período marcado pela violência e pelas perseguições políticas instituídas oficialmente como política de Estado. A eleição por mais que tenha ocorrido de forma indireta foi marcada pela disputa de dois candidatos civis, além do mais os militares já tinham “voltado para os quartéis” e os “Atos Institucionais” já haviam sido revogados, a anistia havia ocorrido em 1979 juntamente com o fim do bipartidarismo.

Em boa parte das pesquisas realizadas sobre o período, os pesquisadores dão ênfase às torturas e à repressão, esses fatos não devem ser esquecidos, porém, também não devemos esquecer quem foram os grandes beneficiados com aquele regime, quem eram as pessoas que estavam por trás dos militares, quem eram os políticos, os financiadores e os apoiadores do regime militar.

Compreender a quem o regime foi favorável é importante até para entender os desdobramentos que a abertura “democrática” teve depois do processo de redemocratização. Um dos pontos de partida dessa pesquisa foi compreender a quem interessava a reabertura democrática do país, qual era o motivo que praticamente obrigava as elites do país a buscar novas formas de dominação e a partir disso, entender quais eram as possíveis formas de governabilidade propostas trás da idéia de democracia que a revista Veja defendia naquele momento.

A questão central dessa pesquisa é analisar como a revista se utilizou de sua capacidade de inserção na sociedade, criando uma idéia de consenso em torno daquilo que ela defendia, passando uma falsa impressão de que essa idéia parte da vontade popular. Essa criação de um consenso é fundamental tanto para garantir a governabilidade do presidente que assumiria ao cargo quanto para garantir, no âmbito da sociedade, a dominação de uma classe pela outra.

Dessa forma, Veja contribui para a manutenção desse consenso na sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que implementa ou apenas mantém a defesa de seus

interesses ou dos interesses daqueles que financiam e se utilizam da revista para difundir ou implementar suas idéias, seus projetos ou reproduzir uma dada ideologia burguesa.

A possível construção hegemônica que Veja apresenta naquele momento, parte do princípio de que ela está difundindo uma idéia de consenso em torno das possibilidades e limitações impostas a proposta de democracia. Para isso, ela construiu suas matérias defendendo a democracia, mas que essa, não necessariamente seria apenas pautada no direito da população eleger livremente seus candidatos aos cargos de representantes públicos no poder Legislativo e no poder Executivo. A revista defende também uma política econômica e social, ou seja, não basta eleger o presidente, tem que saber para quem ele vai governar. Nesse sentido, é que a revista contribuiu para a construção de uma proposta política e econômica visando a reestruturação social, política e econômica.

A revista Veja é estudada aqui não apenas como fonte, mas também como objeto de pesquisa, Veja se coloca enquanto sujeito a partir daí, ela age como “formadora de opinião”, organiza, direciona, põe em prática e desenvolve projetos sociais, políticos e econômicos. Dessa forma, ela assume o papel de “aparelho privado de hegemonia” e é nessa perspectiva que deve ser analisada.

Essa pesquisa foi metodologicamente dividida em de três perspectivas de análise, a primeira delas é a partir da crise econômica vivida pelo país desde o fim do chamado “milagre brasileiro”, essa crise econômica atingiu diversos setores da economia e se tornou em uma barreira para as pretensões das elites comercial, industrial e bancária. A partir daí, começa a se desencadear um processo de “distensão” do regime militar que naquele momento mostrava-se incapaz de superar a crise que afetava a economia.

A segunda perspectiva de análise a ser trabalhada ao longo dessa dissertação é a crise social vivenciada pelo país nos anos finais da década de 1970. É estranho falar em crise social apenas nessa década. Afinal para um país que passou por um período tão longo de escravidão e continuou se “desenvolvendo” em cima da exploração dos trabalhadores em todos os setores, crise social é uma característica permanente da sociedade brasileira.

No período final da década de 1970, começaram a surgir uma série de greves operárias principalmente entre os metalúrgicos do ABC paulista. As proibições de greve que vinham desde o início do regime civil-militar foram contrariadas pelos trabalhadores

que passaram a negociar diretamente com as empresas conseguindo assim algumas melhorias nas condições de trabalho.

No interior de São Paulo acirrou-se ainda mais os conflitos no campo com uma série de manifestações que envolveram principalmente os trabalhadores dos canaviais e os colhedores de laranja, no Pará, uma série de manifestações por parte de trabalhadores do garimpo, greves de professores em diversas partes do país, além de vários outros setores ligados a empresas estatais que também se mobilizaram reivindicando transformações sociais e melhorias nas condições de trabalho.

Essas manifestações agravaram ainda mais a crise social entre governo e a população, somando-se à crise econômica como uma grande barreira a ser superada não apenas pelo governo, mas principalmente pelos empresários que queriam retomar o processo de acumulação de capital.

O terceiro momento de crise diz respeito à crise política. Essa por sua vez, refletia os conflitos internos vivenciados pelos setores militares e setores civis que buscavam naquele momento construir novas formas de dominação. Desde meados da década de 1970 quando a crise econômica começou a se agravar, nesse momento, os militares começaram a cogitar o que eles chamaram de “distensão”, que na prática era “uma forma segura” de conduzir a abertura democrática. Já naquele momento os militares começaram a preparar o terreno para a redemocratização. Essa crise política se deu pelo fato dos militares não terem conseguido gestar as crises sociais e econômicas. Dessa forma, abriram o caminho para uma solução política como um recurso para que as “elites orgânicas” retomassem o processo de acumulação de capital.

Para a solução das crises vivenciadas pelo país naquele momento, deu-se a necessidade de transformar os meios de dominação antes que aquela situação se agravasse ainda mais. Com o agravamento da crise econômica e social, a hegemonia burguesa na sociedade começava a sofrer suas primeiras ameaças. Embora essas ameaças fossem ainda muito restritas, já que as classes operárias estavam ainda em um processo de reorganização e reestruturação de suas bases, somente depois disso poderiam ter condições de conduzir um processo de mobilização e transformação social e econômica.

As greves operárias tinham uma pauta de reivindicações voltada para as melhorias nas condições de trabalho. Até aí, algo que poderia ser negociado com as classes

dominantes. A partir de 1978 quando as primeiras manifestações chegaram às ruas do ABC paulista, essas greves operárias que visavam melhorar as condições de trabalho e não exatamente revolucionar a sociedade. Quando essas passaram a se organizar através de organizações sindicais, logo surgiu a necessidade de organização partidária e das frentes de organização dos trabalhadores, dessas experiências é que surgiram, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores e Central Única dos trabalhadores. Duas experiências surgidas da organização e da luta de classes e que atualmente, defendem os interesses da burguesia e buscam amenizar os conflitos entre os trabalhadores e o capital.

Quando a classe trabalhadora começou a se mobilizar e disputar espaço no cenário político nacional, as classes dominantes também se mobilizaram para reformular suas práticas dominantes. Nesse momento, aumentaram as necessidades de realização de uma transformação política que viesse a reorganizar o quadro econômico e social e com isso, dar bases para a sua reorganização. Nesse sentido, cabe investigar o papel desempenhado pela Veja. Ela atuou no sentido de minimizar os conflitos sociais reduzindo as contradições de classe ao campo estritamente político, daí uma investigação mais detalhada na sua forma de exercer a política do dia-a-dia, ao mesmo tempo em que ela estava demarcando o campo possível de disputas no seu sentido mais amplo.

Esse trabalho busca relacionar tanto o papel da imprensa mais especificamente da revista Veja quanto entender o papel desempenhado por ela no processo de redemocratização do país. É a partir dessa perspectiva que essa pesquisa ganha importância, entender qual foi o papel desempenhado pela revista Veja nos momentos decisivos do cenário político nacional, ou seja, investigar como se deu a atuação da revista enquanto “aparelho privado de hegemonia”, analisando as possibilidades e formas de atuação que ela pode ter utilizado diante da sociedade para, formular, organizar e agir, enfim, influenciar diretamente nas decisões políticas.

### **Metodologia das fontes**

Este trabalho começou a ser desenvolvido a partir das análises iniciais da revista Veja e pela sistematização das fontes. A partir da organização dos editoriais da revista entre

os anos de 1982 a 1984, foi possível identificar algumas características na forma como a revista trabalhou as possibilidades para a viabilização da construção de um projeto político e econômico, além das possibilidades e limitações impostas pelas classes dominantes para a condução do processo de abertura política rumo à redemocratização.

A análise inicial dos editoriais foi importante para que se percebesse a forma com que a revista construiu seu discurso que, se analisado inicialmente através das matérias, ficaria mais complicado de perceber em seu discurso, quais seriam as possibilidades e os desdobramentos de análise para o desenvolvimento da pesquisa. Quando se analisa as matérias especificamente ela nos passa a impressão de que muda de uma edição para a outra.

Na primeira fase da pesquisa foram analisados os editoriais do ano de 1982, 1983 e 1984, totalizando aproximadamente cento e cinquenta revistas. Posteriormente, esse primeiro contato possibilitou traçar os períodos e as seções em que a revista seria analisada. Os anos de 1982/83 nos forneceram algumas informações importantes em termos de contextualização, porém, foi em 1984 que o processo de transição ganhou elementos importantes para análise, tais como, as “Diretas já” e a formação da “Frente Liberal”.

Quando esses editoriais são sistematizados podemos perceber a continuidade de um discurso mais amplo, no caso, uma construção antiesquerdista muito forte de um lado, e do outro uma aparente mudança do seu “discurso do dia-a-dia”, ou seja, hora ela está de um lado hora ela está do outro, mas no fundo ela tem um discurso que é central, a defesa do capitalismo através de uma proposta neoliberal, além da defesa da propriedade privada, da crítica aos movimentos sociais, da descaracterização da esquerda de uma forma geral. Em relação ao ano de 1984 foram estudadas todas as matérias da “seção Brasil”, aproximadamente cinquenta e cinco revistas, além de algumas outras matérias que também chamaram a atenção por estarem ligadas a temática de uma forma geral.

Com relação à pesquisa, ela está dividida em três capítulos. No primeiro deles, foi trabalhado com os referenciais teóricos onde foram abordados diversos autores tanto no sentido da concepção teórica quanto na contextualização do período vivenciado no Brasil durante o processo de transição à democracia.

Para a contextualização do período foram utilizadas algumas bibliografias que possibilitaram uma melhor compreensão do período. Nesse sentido, foram abordados os

trabalhos de René Dreifuss, David Maciel, Bernardo Kucinski, entre outros, essas obras ajudam a entender como e em que condições transcorreu o processo de transição democrática do país, quem foram os principais articuladores e a quem interessava essa transição democrática. É também nesse primeiro capítulo que foram discutidos os referenciais teóricos que dão base a essa dissertação.

Nesse sentido, cabe destacar o trabalho do cientista político René Dreifuss, para ele a transição foi “o jogo da direita” título de uma de suas obras onde o autor demonstra as formas de organização das classes dominantes e como elas agiram durante o processo de transição do país entre os anos finais da ditadura militar até a consolidação da redemocratização em 1989. Para Dreifuss, a redemocratização foi a forma das “elites orgânicas” se reorganizarem e manterem a sua supremacia diante da sociedade. Além dessa obra podemos destacar ainda “A internacional Capitalista”, onde o autor também trabalha com a idéia de transição à democracia.

Essa pesquisa parte de uma análise gramsciana. Aqui, foram estudadas algumas formas possíveis de manifestação do Estado, sendo esse enquanto “Estado Ampliado”, ou seja, a partir da divisão do Estado em “sociedade civil” e “sociedade política”. Essas concepções foram muito importantes para que se pudesse analisar a revista Veja como uma forma de manifestação desse Estado Ampliado, onde a revista Veja exerce uma dada função enquanto “Aparelho Privado de Hegemonia”.

O segundo capítulo foi dedicado à análise das fontes, ou seja, a revista Veja. Nesse capítulo, foram abordados primeiramente apenas os editoriais a partir de janeiro de 1982 até dezembro de 1983, e a partir de janeiro de 1984 até aproximadamente agosto do mesmo ano, a revista foi analisada como um todo. A partir de agosto é que ocorre a separação do partido do governo e a revista toma um posicionamento bem definido de apoio a uma das candidaturas analisadas a partir do terceiro capítulo.

Este período é marcado por uma série de fatos importantes que levaram o país a transição. Já foram citadas aqui as manifestações dos trabalhadores de uma forma geral e o início da abertura “democrática” com as eleições para governadores nos estados. 1984 foi marcado por uma série de outros fatores decisivos ao processo de abertura democrática. Desde janeiro daquele ano, as manifestações conhecidas como “Diretas já”, levaram milhões de pessoas às ruas das grandes cidades em todo o país.

“Eleições diretas” passaram a ser o grito de ordem que ecoava nas praças e ruas, o reflexo dessas manifestações aparecia semanalmente na *Veja*. A revista exaltava os organizadores pela sua capacidade de mobilização e pela ordem apresentada nos comícios, as únicas críticas, eram contra a presença de algumas lideranças presentes e das muitas “bandeiras vermelhas” que acompanhavam as manifestações. Assim ela mantinha sua característica de descaracterização em relação a qualquer tendência à esquerda.

A campanha que se seguiu até agosto daquele ano, foi propiciada pela proposta do deputado mato-grossense Dante de Oliveira do PMDB. A proposta do deputado era a de eleições diretas para presidente em 1985. A partir daí, “diretas já” passaram a ser discutidas como a principal proposta de transformação política do país, como se ela pudesse resolver todos os seus problemas. Esse clima de transformação permaneceu até a votação e rejeição da Emenda em 25 de agosto daquele ano.

Outro marco fundamental para o desenrolar daquele processo transitório foi a vitória de Paulo Maluf na convenção do PDS. Até aquele momento, considerava-se que o vencedor das prévias do partido do governo seria o virtual vencedor das eleições presidenciais, tendo em vista que o partido tinha a maioria tanto no Congresso quanto no Senado, isso na forma indireta dava a garantia ao partido do governo fazer também o seu sucessor.

É nesse momento que se consolida a fragmentação do PDS. Alguns setores do partido já vinha se alinhando sob a frente liberal, a vitória de Maluf ajudou a acelerar essa desintegração do partido governista. Esse racha do PDS foi decisivo também em relação aos rumos que a revista *Veja* tomaria, tão logo a “frente” se consolidava e surgia como um fator decisivo no processo sucessório, *Veja* acompanhou essa trajetória e definiu a partir de então, seu claro apoio à frente liberal, como já era de se esperar.

A análise inicial feita a partir dos editoriais ajudou a traçar um eixo de pesquisa que foi fundamental para compreender e traçar uma determinada linha de argumentação usada pela revista. No caso, essa linha seguida pela *Veja* é a manutenção constante de uma proposta liberal e do antiesquerdismo presentes na revista. A partir dessas duas definições, podemos identificar quais seriam as propostas da revista que possibilitavam a construção de projetos para a superação da crise social/econômica/política que o país vivenciava naquele momento.

Essa linha de argumentação utilizada pela revista ficou muito mais clara a partir de agosto de 1984, quando consolidou-se o racha do partido governista. Com a fragmentação do PDS os dissidentes deste partido organizaram-se através da chamada “Frente Liberal”. Ao mesmo tempo em que essa chamada “frente” alinou-se com a oposição Veja seguiu claramente o mesmo caminho. É a partir daí que damos início ao terceiro capítulo.

Veja sempre cogitou muitas possibilidades de propostas de sucessão, seja no sentido da forma com que deveria ocorrer a eleição, de forma direta ou indireta, se seria PDS ou PMDB, quem seria o sucessor, Paulo Maluf, Mário Andreazza, Aureliano Chavez entre outros tantos nomes possíveis. Cogitou, especulou e principalmente rejeitou outros tantos nomes “impossíveis” como o do então governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola. Dessa forma, ela apontava os limites e as possibilidades de um processo de transição.

Veja em determinados momentos chega a defender que o país vivia uma democracia mesmo referindo-se ao período dos militares. Mas no momento em que esses não conseguiam mais resolver os problemas do país, ela convenientemente, passou a defender a redemocratização.

O terceiro capítulo desta dissertação analisará a forma com que Veja acompanhou a trajetória dos dois candidatos, Paulo Maluf e Tancredo Neves a partir da dissidência do PDS e da formação da chamada “Aliança Democrática”. A intenção aqui não é a de mostrar como os dois candidatos se mantiveram durante a disputa e sim, o de tentar identificar no projeto defendido pela Veja quais seriam as suas perspectivas e limitações enquanto proposta viável de garantir a governabilidade do país.

Nesse sentido, cabe questionar a revista no sentido de qual era o projeto que ela estava defendendo. Aparentemente as questões que ela aborda vão no sentido estrito de questionar a forma da eleição, assim ela desvia o foco das atenções para apresentar ao seu leitor qual era a melhor opção para o país, eleição direta ou indireta, ao mesmo tempo em que ela afirma que o próximo governo deveria pautar-se nos parâmetros de uma política “liberal” afastada dos “radicalismos”.

## **Cap. I – DA CRISE SOCIAL E ECONÔMICA À CONSTRUÇÃO DA SOLUÇÃO DA SOLUÇÃO POLÍTICA**

Neste primeiro capítulo serão discutidas algumas questões teóricas referentes ao modelo social, político e econômico, adotado no Brasil durante o final da década de 1970 e início dos anos de 1980, buscando compreender quais eram as dificuldades enfrentadas pelos setores dominantes do país. Este capítulo busca mostrar como que essas “dificuldades” forçaram os setores dominantes a buscar novas formas de manter sua dominação e retomar seu processo de acumulo de capital.

Para que fosse possível uma retomada no crescimento econômico “do país”, tornou-se necessário para as elites a reformulação das suas formas de dominação. O modelo repressivo adotado desde 1964 já mostrava suas ineficiências em relação ao controle social. A economia já não mostrava crescimentos desde o fim do “milagre econômico” em 1974. Dessa forma, para que se retomasse o processo de crescimento do capitalismo brasileiro, tornou-se necessário a reformulação de um novo projeto hegemônico que ficou conhecido como “redemocratização” brasileira.

O período estudado por essa dissertação ficou marcado na História do Brasil por esse processo de “redemocratização”. As manifestações populares em prol das “diretas já”, marcaram essa transição colocando essa como a principal vontade da população. Dessa forma, criou-se a idéia de que a democracia poderia resolver parte dos problemas que o país enfrentava naquele momento.

No início da década de 1980, ocorreram transformações significativas para a retomada do processo de acumulação de capital no Brasil. A crise econômica que o país enfrentava desde o início da década de 1970, ganhou novas características com as greves operárias que se acirraram a partir de 1978. Essas novas características forçaram o Estado a reformular as formas de dominação.

Esse trabalho parte do princípio de que a abertura foi a forma encontrada pelas elites do país de manter a sua hegemonia sobre a classe trabalhadora, dessa forma, conseguindo

manter o controle social atrelado a um novo projeto de retomada do crescimento econômico e do aumento da capacidade de acumulação de capital por parte das classes dominantes.

A crise social e econômica enfrentada pelo país mostrava a incapacidade dos governos militares de resolver os problemas que aquele modelo social, político e econômico adotados pelo Estado haviam causado. Dessa forma, a necessidade de organizar um novo modelo de dominação política mostrava-se cada vez mais imediato. A solução encontrada foi a de reformular o quadro político com o objetivo de reorientar as formas de dominação mantendo a estrutura social. Ao mesmo tempo, era necessário retomar o processo de acumulação de capital por parte das elites resolvendo assim a questão econômica.

Na prática, esses três conceitos são indissociáveis, pois o controle por parte do Estado deve necessariamente envolver o controle da economia e da sociedade. Quando esse controle esteve comprometido começaram a surgir insatisfações de outros segmentos da sociedade. No momento em que começaram a surgir diversas manifestações sociais reivindicando melhorias nas condições de vida das classes menos abastadas da sociedade, as classes dominantes que já vinham se mobilizando para reestruturar as formas de dominação, colocaram em prática um projeto de redemocratização.

O que ocorreu no Brasil no início da década de 1980 foi reflexo da incapacidade do governo de manter o controle da população desde o momento em que essa, contrariando os decretos de proibição das greves organizou-se para reivindicar melhorias nas suas condições de trabalho.

As greves operárias no ABC paulista vieram a se somar com a incapacidade do Estado de solucionar a crise econômica que perdurava desde o fim do chamado “milagre econômico”. A proposta dos militares de desenvolvimento durou pouco tempo, logo o que apareceu mais claramente foram apenas as formas de controle social adotadas no período marcado não somente pela propaganda e pelo desenvolvimento econômico de uma pequena parcela da população, mas pela tortura e pela perseguição a todos aqueles que ousassem contrariar o regime.

A abertura democrática foi a forma encontrada para manter o controle do Estado nas mãos da classe dominante. Antes que as contradições vividas pela sociedade tomassem rumos que o governo não pudesse controlar, tornou-se necessário a reformulação do

modelo de dominação. Substituiu-se o modelo de coerção adotado pelos militares por um modelo de consenso em torno da “democracia”.

Embora a transição da ditadura para a democracia só tenha acontecido plenamente em 1989 com as eleições diretas para a escolha do presidente da República, em 1985 foi dado um grande passo para a mudança de regime político. Essa transição já vinha sendo pensada desde 1973 com o fim do chamado “milagre brasileiro”, após esse período o país passou por uma série de crises políticas, econômicas e sociais, conforme indica Davi Maciel,

Na medida em que o padrão de acumulação dependente-associado, vigente desde a Restauração Kubitschek e consolidado com o “milagre brasileiro”, aprofundava sua crise, os desequilíbrios internos e externos derivados da sua manutenção apresentavam-se com mais clareza e de modo mais dramático. Assim, nesse momento surgiram duas perspectivas econômicas alternativas entre as frações hegemônicas do capital que, de um modo ou de outro, apresentavam divergências em relação ao imediatismo da política econômica do governo e indicavam a possibilidade de criação futura de um novo padrão de acumulação de capital. (Maciel, 2004, p.284)

Durante esse processo, ocorreram algumas transformações que marcaram definitivamente o fim do regime militar, entre elas, o fim do bipartidarismo e da lei de anistia de 1979, as eleições diretas para governadores em 1982, e principalmente as eleições de 1985 que, mesmo de forma indireta, elegeram um presidente civil, algo que não ocorria desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito presidente da República.

Oficialmente, desde o governo Médici, os militares sempre colocaram a abertura política como uma meta, mas na prática o que ocorreu foi o acirramento do regime repressivo, segundo Bernardo Kucinski,

Apesar de prometer o “restabelecimento da democracia” até o final do seu mandato, Médici havia levado o regime ainda mais duro e fechado, do que havia recebido. Teve um raro momento de premonição do desastre, e da necessidade de “descompressão” política quando admitiu, em 1972, que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”, mas completou seu mandato ainda mais identificado com o aparelho repressivo, ao qual dera carta branca para acabar com as guerrilhas. (Kucinski, 1982, p.16)

Para David Maciel, a abertura política do país já vinha sendo pensada desde 1974 quando Ernesto Geisel subiu ao poder. Maciel afirma que o presidente chegou ao poder com a finalidade de preparar o país para uma transição à democracia. Ele afirma ainda que:

O papel desempenhado pela Presidência da República no processo de transição não foi apenas o de propor a transição da ditadura à democracia, mas o de dirigi-la politicamente num ambiente progressivamente contraditório e conflituoso. (MACIEL, 2004, p. 27)

Essas duas afirmações refletem o momento político em que o país vivia, mas o mais importante não está em analisar as intenções do governo em redemocratizar, mas sim, em como redemocratizar. Esse processo deveria ser pensado e idealizado de forma a garantir a manutenção hegemônica das classes dominantes. Para isso, as classes dominantes deveriam se utilizar dos seus aparelhos privados de hegemonia, fosse eles: associações comerciais e industriais; sindicatos; televisão; jornais ou revistas, para dar direção, apontar caminhos e difundir seus projetos políticos e econômicos, garantindo dessa forma, a viabilização de um projeto político e econômico voltado para as classes dominantes.

Nota-se que nesse momento, tanto a esquerda quanto a direita vão admitir a hipótese da necessidade de reformular a política nacional. Para a direita é fácil de entender, ela precisava manter sua hegemonia e restaurar sua capacidade de reestruturação e acumulação capitalista. Já para a esquerda, o importante era, entre outras coisas, ter a liberdade para se organizar.

Com a crise de acumulação de capital que o país enfrentava desde o fim do chamado “Milagre brasileiro”, as classes dominantes passaram por um processo de arrefecimento no acúmulo de capital. Essa crise econômica acompanhou uma tendência mundial gerada inicialmente pela crise do petróleo que iniciou-se nos EUA, principal financiador do processo de “desenvolvimento” do Brasil e que será tratado mais a frente. Daí a necessidade de uma transformação política que ao mesmo tempo tivesse a capacidade de retomar o progresso do capitalismo no país e pudesse manter o controle da economia nas mãos das classes dominantes.

Já a esquerda precisava planejar formas de intervir politicamente junto aos trabalhadores. Durante todo o regime, os sindicatos e organizações com tendência de esquerda foram duramente reprimidos. Até esse momento, os trabalhadores encontravam-se em condições extremamente desorganizadas até que em maio de 1978, estourou a primeira greve de metalúrgicos de uma fábrica de São Paulo, e como em um efeito dominó foram surgindo outras,

Cada uma dessas greves evolui separadamente e provoca negociações mais ou menos bem sucedidas, segundo as condições de cada indústria. A fábrica e não o bairro, ou a categoria é o território natural desse novo tipo de greve que, por isso, se propaga com uma velocidade própria que não pode ser acelerada por forças externas que, além disso, não existem. Mesmo assim, dois meses apenas após a deflagração da primeira greve, na Saab-Scania, (12 de março de 1978), meio milhão de trabalhadores, cerca de 400 indústrias em 18 cidades do Estado de São Paulo, já haviam testado suas forças em greves, extraíndo dos patrões, invariavelmente acordos favoráveis. A lei 4.300, que proibia greves instituída pelo regime militar em junho de 1964, havia sido derrubada na prática. (Kucinski, 1982, p.117)

Até então, os possíveis projetos de democracia em disputa estavam sendo elaborados apenas pelas elites orgânicas do país, não que isso tenha mudado, mas a partir dos movimentos grevistas, esboçou-se uma reação por parte dos trabalhadores que não haviam sido consultadas. Nesse momento, as lideranças que começaram a surgir com as greves operárias desde 1978, colocam-se a frente da classe trabalhadora passando a disputar espaço no cenário político nacional dentro do processo de redemocratização.

A participação de representantes das classes trabalhadoras no processo de redemocratização, colaborou para legitimar o novo regime que estava sendo proposto, ao mesmo tempo em que se criavam condições para uma retomada do avanço do capitalismo no país. Caso se seguisse o curso normal de negociações, somente entre as classes dominantes, esses elaborariam um modelo de Estado democrático que possivelmente ignoraria a participação popular principalmente dos trabalhadores.

A entrada em cena da classe operária expulsa do centro do palco os liberais e suas propostas tão vistosas de reformas políticas econômicas. O “projeto Brasil”, que vinha sendo desenvolvido desde o ano anterior pelo Senador Teotônio Vilela, propondo o estabelecimento no país de uma democracia moderna, com uma política econômica de conteúdo social e mecanismos democráticos de participação, havia esquecido o direito de greve, as liberdades sindicais. E esse era o mais avançado projeto dos liberais, até maio de 1978. A classe operária tinha sido totalmente esquecida pelas elites dirigentes, inclusive os da oposição. (Kucinski, 1982, p.122)

É a partir das greves de 1978 que vão começar a surgir as organizações dos trabalhadores como a CUT e a CGT, nesse momento, começam a aparecer algumas lideranças que participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, mas que já se colocavam diante da classe trabalhadora desde meados da década anterior:

Com os órgãos de repressão e o patronato imobilizados pela surpresa, não se passa um dia sem novas greves. Algumas curtas, de poucas horas, outras de até 10 dias. Todas com as mesmas características básicas: grande espontaneísmo e participação; **inexistência de uma liderança** firmemente estabelecida anterior à eclosão do movimento; paralisação em geral dentro das próprias fábricas, mas com grande zelo pela preservação do patrimônio produtivo... [grifei] (Kucinski. 1982. p. 116)

Nesse momento, com a aproximação de lideranças políticas vão surgir novos elementos na pauta de luta dos trabalhadores. Com o surgimento de novas organizações sindicais que buscavam ao mesmo tempo organizar os trabalhadores e disputar espaço no cenário político nacional. É desse duplo interesse que talvez tenha surgido a necessidade de organização através de um partido político. Esse, ao mesmo tempo em que organizava os trabalhadores com uma pauta única de reivindicação conseguia ganhar o apoio dos operários para o seu partido. Foi nesse contexto que surgiu o Partido dos Trabalhadores, por exemplo, que durante muitos anos manteve uma forte base de apoio entre os metalúrgicos do ABC.

Com as mobilizações dos trabalhadores das grandes cidades o governo militar via-se cada vez mais diante de um dilema, aumentar a repressão e causar ainda mais um descontentamento por parte da população ou fazer a abertura democrática cedendo as pressões dos manifestantes. Essas manifestações populares se juntavam à crise econômica do país, ao desgaste do regime civil-militar e à crise no processo de acumulação de capital, começava a aparecer sinais de que poderia resultar em uma crise ainda maior. Essa crise de legitimidade no governo juntamente com crise econômica exigia das classes dominantes um processo de transformação nos meios de dominação antes que isso se tornasse em uma crise de hegemonia, para isso, era necessário que ocorressem mudanças significativas na estrutura do Estado brasileiro.

Diante dessa necessidade de transformação é que se deu o processo de transição e construção de outras formas de dominação. Daí o fim do Estado repressor e construção de um “consenso forjado” em torno da proposta “democratizante”.

## **1.1 O processo da redemocratização brasileira como manifestação do Estado Ampliado**

O processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil na década de 1980 foi uma das medidas adotadas pelo Estado e pela sociedade civil, principalmente para retomar o processo do crescimento capitalista do país, mas também como forma de manter a hegemonia burguesa diante da sociedade.

As maiores transformações ocorreram no setor político com a mudança de regime militar que havia se instaurado em 1964 através de um golpe de Estado, mas que nos anos iniciais da década seguinte já se mostrava incapaz de resolver os problemas sociais e econômicos do país. Em 1974, após o fim do “milagre” o Estado mergulhava em uma crise do sistema econômico, essa crise colocava-se como uma barreira ao processo de acumulação de capital tanto da burguesia nacional quanto internacional.

A solução encontrada nesse momento foi a formação de uma possível abertura democrática, essa deveria ser uma abertura que atendesse aos anseios das diversas frações e setores das elites financeiras, comerciais, industriais e agrárias. Para isso, deveria se construir um projeto que viesse a se tornar dominante, atingindo seus objetivos através do consenso na sociedade.

Para que esse consenso fosse atingido necessitava-se de um projeto hegemônico, ou seja, de um Estado que continuasse atendendo aos interesses da elite nacional, mas que ao mesmo tempo não se opusesse ao restante da população acostumada a manter-se em ordem apenas pela coerção. Nesse sentido, a campanha nacional em torno da redemocratização veio de encontro aos interesses das classes dominantes. A população voltou a acreditar que pudessem ocorrer melhorias no seu dia-a-dia através da democracia, foi às ruas pedir “diretas já” depois foi novamente para apoiar Tancredo Neves, acreditando que aquilo poderia transformar suas vidas. A democracia chegou como um símbolo de transformação capaz de atender aos anseios da sociedade. Essa por sua vez, encampou a luta pela democracia e fez deste, o seu principal campo de luta, acreditando que a democracia poderia (e que ainda pode) transformar a sociedade.

Para que os diversos setores das classes dominantes continuassem exercendo sua hegemonia, era necessário que ocorresse alguma transformação sem necessariamente ter que transformar significativamente as estruturas do Estado, portanto, essas transformações deveriam contribuir para o controle da ordem social, e ao mesmo tempo, possibilitar a retomada do crescimento na ordem econômica. A principal mudança deveria ser na ordem política. Com relação à economia, essa deveria permanecer capitalista, logo qualquer transformação possível nesse setor deveria ser apenas para aumentar sua capacidade de reestruturação visando a retomada do processo de acumulação capitalista. Com relação à sociedade, essa deveria manter-se controlada, seja através de uma dominação ideológica disfarçada de consenso, ou pela manutenção do Estado de coerção que também pode estar disfarçado de democracia.

Para que essa transição se desse, conforme o próprio discurso dos militares, “de forma lenta, gradual e segura”, foi necessário que as classes dominantes se utilizassem de todos os seus recursos disponíveis, rádio, televisão, jornais, revistas, entidades e associações das mais diversas como, Febraban, Fiesp, Ciesp, igrejas e etc., conforme serão tratadas mais adiante.

O governo militar foi uma espécie de intermediário necessário para a burguesia manter a sua dominação na sociedade brasileira nos anos de 1960. Para Gramsci, “o governo militar é um parêntese entre dois governos constitucionais; o elemento militar é a reserva permanente da ordem da conservação, é uma força política que atua de ‘modo público’ quando a ‘legalidade’ está em perigo” (Gramsci, 2002, p. 66)

Se nos anos sessenta os militares foram necessários para a burguesia manter sua dominação diante da sociedade, nos anos oitenta eles se tornaram um empecilho para o contínuo crescimento da mesma. Nesse momento a abertura política torna-se fundamental. Para Virginia Fontes,

como o pacto se expressa e se completa pelas leis escritas, suas regras, conhecidas, poderiam pautar-se pela racionalidade (ainda que esta fosse concebida, sobretudo, como uma relação entre meios e fins). Assim, uma espécie de pirueta converteria o Estado de pura violência em expressão da Razão: a pior expressão da natureza humana teria produzido sua melhor forma. (Fontes, 2006, p. 205)

Se partirmos do princípio de que as ditaduras expressam a vontade não apenas de militares, mas que na prática são pactos de governo entre setores civis e setores militares.

Assim, poderemos compreender não apenas o campo em que se deu o Golpe de 1964, mas também em que medida esses setores participaram ativamente da reformulação nas formas de coerção do Estado em benefício das diversas frações da elite brasileira.

Para que esse “Estado de pura violência” se convertesse em “expressão da Razão” foram necessárias algumas redefinições nos pacto de poder, para Lucia Neves,

[com] a ampliação do Estado, se exigiu a mediação partidária, ocorreu prioritariamente através da integração desses setores organizados ao aparelho estatal através de instancias especialmente criadas para atender a tais interesses e que se recobriam a um aspecto “técnico” ou de defesa dos “interesses nacionais”, posto que, incrustadas no Estado, dele emanavam. Organizavam-se os interesses econômicos e uma formatação da institucionalidade do Estado de forma a serem minimamente perturbados por eventuais modificações introduzidas pela expressão eleitoral. (Neves, 2005, p. 6)

Analisar a recente História do Brasil a partir de uma conceituação gramsciana de sociedade civil, “sendo a sociedade civil – como conjunto de aparelhos privados de hegemonia – um dos terrenos da luta de classes em sociedades capitalistas modernas”. Essa concepção de “sociedade civil” é fundamental para que possamos compreender as transformações ocorridas no Brasil durante o processo de transição da ditadura militar à democracia. (Fontes, 2006, p. 201)

Para Lucia Neves,

Embora os intelectuais orgânicos do projeto de sociabilidade neoliberal da Terceira Via se esforcem para situar a esfera da sociedade civil como uma esfera autônoma do ser social, separada do mercado e do Estado, como uma esfera pública homogênea que deve ser alargada, democratizada, para atender ao interesse comum, as evidências históricas começam a demonstrar, em primeiro lugar, a indissociabilidade entre economia e política nas práticas dos vários sujeitos políticos coletivos e, em segundo, a reciprocidade entre sociedade política e sociedade civil na definição das políticas públicas e, concomitantemente, nos rumos da organização dos vários sujeitos políticos coletivos qual na sociedade civil historicamente disputam a hegemonia da sociedade brasileira republicana. (Neves, 2005, p. 91)

Embora Lucia Neves esteja falando de um momento posterior da política nacional, ou seja, da década de 1990 e da implementação das políticas neoliberais, esse conjunto de idéias encaixa-se coerentemente com o período estudado por essa pesquisa. Trata-se da divisão do Estado em sociedade civil e sociedade política, essa distinção foi fundamental

para a transição política brasileira. A sociedade civil é a forma de manifestação dos aparelhos privados de hegemonia, ela é formada por sindicatos, meios de comunicação ou entidades de organização de classe. Conforme Dreifuss nos mostra em “O Jogo da Direita”, o que ele vai chamar de “os pivôs político-ideológicos”,

Certos quadros dirigentes do empresariado começaram um esforço persistente para **reativar ou criar organizações empresariais**, tendo em vista a necessidade de continuar a influir nas decisões do governo (só que numa situação pluralista e de jogo aberto) e de preparar-se para enfrentar os desafios que a futura Assembléia Nacional Constituinte – um ponto crucial –, parecia lançar. Nesse contexto a intenção dos **empresários com maior visão política** era de criar órgãos fora dos formatos tradicionais de associação patronal, isto é: não só envolvidos com análise, consultoria e lobby, mas também com o planejamento e a coordenação da ação política classista. [grifei] (Dreifuss, 1989, p. 49)

Embora essa obra tenha sido publicada em 1989, Dreifuss está se referindo a períodos anteriores em que algumas frações da burguesia nacional já haviam se utilizado da sua capacidade de organização para vincular projetos que viessem de acordo com os seus interesses. O maior destaque por trás dessas organizações no período que antecedeu a transição para a democracia, é o empresário Antonio Ermírio de Moraes, que nos momentos decisivos das mudanças ocorridas no país esteve à frente do empresariado brasileiro, demonstrando sua “liderança” entre os empresários. Antonio Ermírio, presença constante na revista Veja, aparece em diversos momentos dando “opiniões” a respeito do cenário político-econômico nacional.

No final dos anos de 1970, ele aparece em destaque à frente de um grupo de empresários que assinam um documento chamado de “Carta dos oito Empresários” e posteriormente já no início dos anos de 1980, ele aparece à frente de um grupo de mais de cem empresários divulgando em jornais e revistas uma série de opiniões sobre os rumos nacionais. Veja em um determinado momento chega a cogitar a possibilidade do empresário ser o candidato da elite empresarial a presidência da República.

Esses “empresários com maior visão política” que Dreifuss se refere, que estariam se articulando em torno da Assembléia Nacional Constituinte, já aparecem na revista Veja participando diretamente no processo de abertura política desde a década anterior. “Reativar ou criar organizações empresariais” que Dreifuss se refere é a forma com que esses empresários se utilizam para retomar sua participação direta no processo de

organização dos meios coercitivos envolvidos por trás de um projeto hegemônico de consenso. A razão de tanta articulação dos empresários visava, acima de tudo, a possibilidade de uma reestruturação produtiva, necessária para a retomada do crescimento econômico do país.

Dreifuss nessa obra faz poucas referências a Gramsci, porém, em obra anterior, “A Internacional Capitalista” publicada em 1987, ele demonstrou um estudo mais aprofundado das teses de Antônio Gramsci e que aparecem nas suas obras posteriores. Dreifuss faz ainda uma análise mais extensa sobre as formas de organização da burguesia brasileira. Ele aponta uma série de entidades de organização das “elites orgânicas” que influenciam diretamente no processo de redemocratização do país. Vale lembrar, que nesse momento as classes trabalhadoras estão se organizando, estão formando seus partidos políticos e seus sindicatos. Através dessas formas de organização elas também estariam se articulando para disputar espaço dentro da futura Assembléia Nacional Constituinte. Daí, a maior necessidade desses setores “orgânicos” da burguesia de uma proposta de “conciliação das elites”.

Em “O Jogo da Direita” ele está tratando de um período posterior ao que vem sendo estudado, porém, a maioria das entidades citada pelo autor já existiam antes da década de 1980. A UB (União Brasileira dos Empresários) surgiu em 1986, mas aglutinava uma série de outras entidades como a Confederação Nacional das Indústrias, Confederação Nacional da Agricultura, Confederação Nacional do Comércio e uma série de outras entidades que já existiam a décadas e vinham interferindo nos rumos políticos do país a muito tempo. Para Dreifuss, essas entidades se reuniram atrás da sigla UB para poderem se organizar e moldar os passos da Assembléia Nacional Constituinte, e podemos dizer que já vinham fazendo isso a muito tempo.

A elaboração de uma nova Constituição era muito importante para os diversos setores da sociedade. Para as elites, ela poderia significar um pacto de poder que colocasse seus interesses a frente dos problemas do país e esses interesses ainda seriam vistos como “constitucionalmente” os interesses da nação. Dessa forma, poderiam utilizar da via da “legalidade” e garantir de forma “incontestável” sua dominação e seu projeto hegemônico para a “democracia” brasileira.

Segundo Dreifuss,

O empresariado apostava alto, pretendendo obter, para início de conversa, uma bancada de representantes combativos que defendessem seus interesses na futura Assembléia Nacional Constituinte. E também alimentava as campanhas dos candidatos a governador mais afinados com as suas pretensões de re-ordenamento da estrutura econômica e política do Estado brasileiro, chegando a projetar e apoiar até alguns de seus próprios representantes, destacando-se Antônio Ermírio de Moraes, que disputaria o governo de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro, tendo Fernando Vergueiro, secretário-geral do PFL, diretor da SRB e da Cedes como companheiro de chapa. (Dreifuss, 1989, p.64)

O que Dreifuss está mostrando aqui é como o empresariado brasileiro se organizou para manter sua hegemonia no processo de formação da Assembléia Nacional Constituinte, assim como já haviam feito em relação à redemocratização. Nesse momento, o que era necessário para a burguesia, era aparar as arestas, conciliar seus interesses e buscar uma alternativa que atendesse aos seus anseios e concomitantemente mantivesse os movimentos sociais afastados ao máximo da condução e até mesmo, quando possível, isolados totalmente do processo de transição “democrática” vivenciado naquele momento pelo país.

Através da “sociedade civil organizada” eles passavam a disputar a hegemonia na sociedade disputando espaço no cenário político, ou seja, através das eleições eles deveriam escolher seus representantes que levariam seus interesses para dentro da Assembléia Nacional Constituinte, assim a classe dominante poderia organizar seus interesses conduzindo o processo de construção da nova Constituição Brasileira.

Para Virginia Fontes,

Uma tendência forte do pensamento liberal seria alternar-se entre o ponto de vista da sociedade civil (os interesses privados) e o da sociedade política e o Estado. A rigor, a maioria das reflexões de cunho liberal torna a primeira questão como axioma (a natureza humana seria o local da sociedade civil) e se dedica a organizar as formas de governo (e do Estado), as instituições para que exerçam a função proposta – garantia da vida e da propriedade. (Fontes, 2006, p. 206)

O que os empresários da UB fizeram foi exatamente isso, elegeram seus representantes para a Assembléia Constituinte que eram basicamente os mesmos deputados e senadores eleitos em 1982, e que haviam rejeitado as eleições diretas, elegendo Tancredo Neves e José Sarney de forma indireta para presidente e vice-presidente do país. Através dessas entidades viabilizou-se a possibilidade de intervir diretamente na constituição com a intenção de garantir seus interesses. A UB foi uma forma de “sociedade civil” que serviu para garantir os interesses privados e ao mesmo tempo, teve a função de organizar

politicamente as diversas frações do empresariado brasileiro. Entre essas frações, estavam os interesses da burguesia industrial, das elites agrárias, do capital bancário e dos comerciantes. Alheio a tudo isso, fora dos interesses elitistas, restavam ainda a classe trabalhadora.

Em “O Jogo da Direita”, René Dreifuss destaca ainda as formas como a burguesia se organizou para defender seus interesses no processo de redemocratização do país. Ele se utiliza da imprensa como fonte para seus estudos, nesta obra é comum as referências a jornais que divulgam matérias sobre os encontros e discussões realizadas pelos grupos de fazendeiros, empresários e porque não, dos donos de jornais, revistas e televisão.

O destaque dado por Dreifuss vem no sentido de mostrar como as “elites orgânicas” se organizam para manter a sua dominação dentro da sociedade. Ele destaca as diversas organizações da direita para manter sua hegemonia. Em “O jogo da direita” o autor mostra uma ampla discussão sobre “sociedade política armada” e a “sociedade política empresarial”, a primeira delas,

A noção de Sociedade Política Armada sublinha a singular conformação e desenvolvimento das forças militares, mas também aponta para a peculiar formação societária brasileira e para as múltiplas interseções e inter-relações com as forças políticas de elite, de cunho empresarial, burocrático-estatal e cultural, ou de convívio social, cuja convergência configura a *Sociedade Política e Civil Dominante*. De fato, a sociedade militar, enquanto auto-encapsulada no plano societário, está inserida em termos organizacionais, institucionais, ideológicos e políticos, no interior de uma constelação de relações de poder quase manifesta na máquina de gerência estatal, que se expressa no processo governamental e se institucionaliza no *Estado geral de dominação* a que a sociedade ampla está submetida. (Dreifuss, 1989, p.28)

Com relação a “sociedade política empresarial”,

A *seleção* e a *tomada de decisão* são coisas quase que privativas do núcleo do Planalto, acolhoadas pela escora militar, por compromissos assumidos e interesses econômicos entrincheirados, além do reforço da própria ‘lógica’ da *sociedade de políticos desarmados*. Partido como o PDS, o PFL, o PTB, o PL, o PDC, o PTR, o PSC e o PMDB são aparelhos *privados* (personalistas e personalizados, permeados e tecidos por compadrio, “cabidismo” e empreguismo, clientelismo e protecionismo, conchavo e paternalismo, caudilhismo carreirismo, etc.), que servem a verdadeiros *pelegos partidários* na máquina gerencial-estatal (a qual retalham entre si). A grande maioria dessa sociedade de políticos desarmados é *conserviológica* (conservadora e fisiológica), embora de

origem empresarial. Exemplarmente, dois terços dos deputados eleitos em 1982 tinham como principal fonte de renda suas empresas agrícolas, industriais e de serviços. (Dreifuss, 1989, p.40)

Outra importante obra de Dreifuss e que vem a contribuir diretamente com essa pesquisa é “A Internacional Capitalista”. Nesse livro, Dreifuss fala sobre os acordos firmados entre os governos militares com agências estadunidenses, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970, considerando a forma como eles interagiam com diversas entidades brasileiras, sejam elas de organização empresarial ou até mesmo entre os sindicalistas e estudantes.

Nesses dois últimos casos, eles trabalharam para mudar não só as formas de agir, mas principalmente as bandeiras de luta que deixaram de ser por “socialismo” (se é que um dia isso foi consenso entre estudantes e sindicalistas) e passou a ser “democracia,”

No campo acadêmico estudantil, o *Council* patrocinou a visita de centenas de estudantes brasileiros aos Estados Unidos, depois de avaliá-los como “possíveis futuros líderes.” (...) O *Council* também passou a patrocinar lideranças “democráticas” no meio estudantil financiava a formação de quadros anticomunistas, assim como a vinda de cientistas políticos e pesquisadores, para “explicar” aos cidadãos brasileiros de que maneira eles poderiam fortalecer o “sistema democrático.” [grifos do autor] (Dreifuss, 1987, 256 )

Dessa forma fica evidente que a sociedade civil através dos “aparelhos privados de hegemonia” serve para organizar e difundir idéias que venham a se tornar dominantes no campo da política. Essa distinção entre “Estado” e “sociedade civil”, difundida a partir das concepções gramscianas de “Estado Ampliado”, são fundamentais para a compreensão das formas de manifestação política exercida durante o processo de condução à redemocratização brasileira dos anos de 1980. Assim, a sociedade civil poderia se organizar para a manutenção do poder. O Estado continuaria sendo seu aparelho de dominação de classe, para Gramsci,

“Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo de seus governados”, ou seja, é o conjunto das superestruturas que garantem a dominação social (Estado Ampliado). Porém, para o desenvolvimento da teoria da hegemonia, o Estado é metodologicamente dividido em dois, em “duas formas em que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, isto é, como

sociedade civil e como sociedade política; como ‘autogoverno’ e como ‘governo dos funcionários’”. (in: Maciel, 2004, p.28)

Dessa forma podemos compreender teoricamente como se deu o processo de transição do regime civil-militar para a “democracia” no Brasil. Por outro lado, cabe questionar ainda, como se organizaram as diversas frações da burguesia brasileira para a formação de um projeto que viesse a atender uma possível diversidade de interesses.

A manifestação desse “Estado Ampliado” contribuiu para a formação de um novo regime político, econômico e social. A separação metodológica entre Estado e sociedade civil passa uma falsa impressão de que esses dois setores não interagem entre si. Mas no campo prático, os dois atuam concomitantemente visando criar consenso.

## **1.2 O conceito de democracia no atual modelo de Estado Burguês**

Para estudar o processo de redemocratização do país é praticamente inevitável que tenhamos que desenvolver um conceito de Estado democrático e Estado ditatorial. Estamos falando de dois modelos de dominação da sociedade que embora sejam tão diferentes entre si, no fundo refletem muitos traços em comum, esse reflexo aparece quando analisamos afinidades comuns entre os dois, a defesa do capital, da propriedade privada, do controle social e o caráter classista que se esconde por trás da estrutura do Estado.

A idéia de democracia vem sendo difundida atualmente como a principal forma de organização política do Estado contemporâneo. Esse modelo de democracia representativa surge junto com as políticas de organização do Estado moderno burguês. Uma das primeiras experiências práticas foi o sistema adotado nos Estados Unidos após a Guerra de independência em relação à Inglaterra.

Um dos primeiros teóricos a se dedicar à análise do modelo democrático adotado pelos Estados Unidos foi Tocqueville, para ele, Democracia é o mesmo que Liberdade e Igualdade. Aléxis de Tocqueville, falava em igualdade ou liberdade mesmo sendo parlamentar e oriundo de um nascente capitalismo que naquele momento já colhia os lucros da exploração colonial, das grandes navegações e do tráfico de escravos. Mesmo que os Liberais e o próprio parlamentar em questão tenham rejeitado a escravidão, jamais

rejeitaram os grandes lucros acumulados de capital financeiro proporcionado por tais práticas. Mesmo assim, foi um admirador do modelo de democracia que os estadunidenses estavam vivenciando no século XIX.

Célia Galvão Quirino afirma que:

democracia para Tocqueville está sempre associada a um processo igualitário que não poderá ser sustado, desenvolvendo-se também diversamente em diferentes povos, conforme suas variações culturais. Porém, será sobretudo a ação política desse povo que irá definir se essa democracia será liberal ou tirânica. (Quirino, 1989, 155)

Tocqueville conheceu os primeiros passos da democracia no início do século XIX, quando a maioria dos países europeus conviviam com os resquícios de experiências de governos anteriores tais como o Absolutismo ou Despotismo, esses, ainda eram muito presentes na Europa. Em contrapartida, as teses “Utópicas” de socialismo, foram as principais referências teóricas que surgiram em oposição às teorias conhecidas anteriormente e a democracia burguesa que surgia naquele momento, como uma alternativa possível para a nascente burguesia que passava a ter o domínio político na Europa e nos Estados Unidos.

Além das teorias políticas de Tocqueville, outros intelectuais burgueses também se colocaram a interpretar e a propor alternativas para que se levasse adiante a efetivação da dominação burguesa, antes mesmo de Tocqueville, Thomas Hobbes já havia se dedicado a interpretar o modelo de Estado democrático, o resultado de seus estudos vai aparecer em sua obra “Leviatã”.

O modelo contemporâneo de democracia adotado em muitos países atualmente se aproxima mais do conceito de Thomas Hobbes e seu modelo “Leviatã”. Hobbes parte do princípio de que “todo o homem é mau por natureza” e de que vivemos uma “guerra que é de todos os homens contra todos os homens”. Daí é que surge a necessidade de que os homens instituam um poder que se coloque acima deles com a capacidade de mediar as relações entre eles, “por outro lado, os homens não tiram prazer algum da companhia uns dos outros, quando não existe um poder capaz de manter a todos em respeito.” (HOBBS, 2004, p.95) Dessa forma, Hobbes contextualiza o surgimento do Estado,

A única maneira de instituir um tal poder comum, capaz de defendê-los das invasões dos estrangeiros e das injúrias uns dos outros garantindo-lhes

assim uma segurança suficiente para que, mediante seu próprio labor e graças ao fruto da terra, possam alimentar-se e viver satisfeitos, é conferir toda a sua força e poder a um homem, ou uma assembléia de homens, que possa reduzir suas diversas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. (HOBBS, 2004, 95)

O Estado para Hobbes é um mediador necessário para a convivência pacífica entre os homens que em comum acordo passam o direito de serem governados por outros homens. Reduzir as diversas vontades a uma só vontade pode significar que essa vontade seja a vontade da maioria, mas o que se viu historicamente foi que a democracia e sua “pluralidade de votos” reduziu essa “vontade da maioria” à vontade dos próprios interesses das classes dominantes de acordo com as suas próprias necessidades e fazendo com que aparentemente essa fosse “uma só vontade”.

Cada período histórico coloca problemas a serem resolvidos a seu tempo. Com as teses políticas isso não poderia ser diferente, na medida em que o capitalismo dava seus primeiros passos e suas contradições expansionistas causaram seus primeiros impactos, começaram a surgir novas teorias políticas, econômicas e sociais. Ao mesmo tempo em que os intelectuais burgueses buscaram interpretar e dar soluções para aquela sociedade “resolver seus problemas”, começavam também a surgir as teses do socialismo taxadas inicialmente como “utópicas”. Na medida em que deixavam de ser utópicas e se pautaram pelo rigor científico como as teorias de Marx e Engels, e passavam a ganhar repercussão se mostraram possíveis, ganharam também uma oposição crítica e de descaracterização. Entre as mais contemporâneas estão as teses neo-liberais como a de F. Hayek.

Hayek trata o socialismo como uma “grande utopia” e que se levado a cabo seria o “caminho da servidão”. Ele alega que “essa convicção apenas intensificaria a tragédia se ficasse demonstrado que aquilo que nos prometiam como o Caminho da Liberdade era na realidade o Caminho da Servidão”. A base do socialismo que ele usa, é a do socialismo stalinista, o qual ele define de “superfascista”, para ele, “stalinismo é socialismo, no sentido de que constitui uma decorrência política inevitável embora imprevista da estatização e da coletivização, elementos em que ele [Stalin] fundamentara parte de seu plano de construção de uma sociedade sem classes”. (Hayek, 1994,50)

Afirmar que o stalinismo pode ter levado a Revolução Soviética rumo ao autoritarismo ou a coerção da liberdade é uma coisa, agora, dizer que “o marxismo levou ao fascismo e ao nacional-socialismo porque em essência marxismo é fascismo e nacional-

socialismo”, (Hayek, 1994, 51) seria uma completa descaracterização tanto do marxismo quanto do socialismo. O exemplo clássico de totalitarismo, fascismo e nacional socialismo é a Itália de Mussolini e a Alemanha de Hitler, ambos são exemplos de crise do próprio capitalismo, crise essas que desencadearam na Segunda Guerra Mundial, devido às disputas comerciais e Imperialistas entre as grandes potências da época. Isso sim pode ter desencadeado os conflitos, ou seja, uma disputa provocada pelo desenvolvimento das grandes nações capitalistas.

O livro de Hayek, “O caminho da servidão”, é traduzido no Brasil por Roberto Campos, um ex-ministro do governo militar que sempre figurou entre os quadros políticos do regime. Campos pode ser considerado como um dos intelectuais orgânicos do regime militar e também foi conselheiro da editora Abril. O pacto de poder entre militares e frações da burguesia nacional, em defesa de seus interesses, implementaram uma série de medidas de restrições sociais. Nesse caso, o “caminho da servidão” e da “restrição da liberdade”, foi instaurado pelos “militares” através dos “Atos Institucionais”, que instituía uma série de restrições, tudo em nome da “segurança nacional”. Tudo supostamente para evitar que os socialistas levassem o país rumo ao que Hayek chama de “caminho da servidão”.

Seguindo uma lógica contrária aos pensadores burgueses estão entre outros, a historiadora estadunidense Ellen Meiksins Wood. Ela parte do princípio de que o capitalismo é na sua essência, incompatível com a democracia. Em “O capitalismo contra a democracia”, Ellen Wood propõe a renovação do programa crítico do materialismo histórico. Contrariando algumas teses de que o capitalismo tenha vencido, e que o socialismo não seja mais possível, a autora coloca em questão não apenas a democracia, mas, chama a atenção para a retomada da crítica do capitalismo, ou seja, de um marxismo pautado pela redefinição de seus princípios básicos e de sua teoria da história.

Ela analisa criticamente o processo de desenvolvimento da democracia tomando como ponto de partida o modelo democrático experimentado pelos atenienses até as atuais formas de desenvolvimento da democracia burguesa, relacionando com a idéia de “fim da história” apresentada por Francis Fukuyama, afirmando que a história acabou, que o capitalismo havia vencido e que o socialismo havia se mostrado incapaz de resolver seus problemas e por isso é que se chagava ao “fim da história”, “fim das ideologias”, “fim do marxismo” e o “fim do socialismo”.

Ela levanta questões sobre como o poder público pode ultrapassar os limites a ele impostos pelo regime do capital. Para a autora, um capitalismo humano, “social” e eqüitativo seria mais irreal e utópico de que o socialismo. Assim, o projeto teórico principal do marxismo: “a crítica do capitalismo”, e a sua “crítica à economia de mercado” seriam hoje mais oportunas do que nunca. (WOOD, 2003, 27)

Para Ellen Wood,

O que talvez não seja tão evidente são os princípios antidemocráticos contidos na idéia de cidadania democrática (...). Os criadores da constituição se engajaram na primeira experiência de criação de um conjunto de instituições políticas que corporificam, e simultaneamente limitariam o poder popular, num contexto em que já não era possível manter um corpo exclusivo de cidadãos. Onde já não existia a opção de uma cidadania ativa, mas excludente, teria sido necessário criar um corpo de cidadãos inclusivo, porém passivo, cujos poderes tivessem alcance limitado. (WOOD, 2003, 29)

Wood chama a atenção para o fato de que “a crítica original do capitalismo não poderia ser executada sem a convicção de que existem alternativas e isso se realizou a partir do ponto de vista da antítese do capitalismo, o socialismo”. Pensando o Brasil e seu processo de ditadura militar e da transição à democracia, podemos entender o porquê de naquele momento, anterior às “teses” de “fim da história” passou por um processo de acirramento do anticomunismo. Para os militares era necessário construir uma transição democrática, mas que acima de tudo fosse uma forma de construir uma idéia de que o socialismo era “o caminho da servidão”.

Não podemos esquecer de que a transição se dá em pleno período de “Guerra fria”, onde as contradições entre capitalismo e socialismo estavam muito presentes, para um país capitalista como era o caso do Brasil, naquele momento a idéia de socialismo deveria ser rechaçada por todos os “aparelhos” disponíveis da classe dominante. Nesse sentido, podemos compreender como se deu o posicionamento da revista Veja em relação aos setores ligados as alternativas esquerdistas que estavam se formando naquele momento. A forma com que a revista tratou desses setores aparece mais claramente ao longo da análise das revistas nos capítulos II e III.

O PT e o PDT, entre outros, são partidos que se formaram durante o período de transição e que de certa forma, herdaram alguns estereótipos de um período em que o Socialismo Soviético se colocava enquanto a principal alternativa ao Capitalismo. Esses

partidos surgiram de dentro de alguns setores organizados da classe trabalhadora, que via naquele momento a necessidade de se organizar e disputar hegemonia e não necessariamente a defesa da implementação do socialismo ou do comunismo no Brasil. Mesmo assim, seria necessário a construção de um projeto que envolvesse tanto a formação de consenso em torno da retomada do crescimento do país, quanto de um modelo de coerção legal e capaz de garantir a dominação e a restrição das contradições geradas pelo sistema capitalista.

A opção por democracia feita pelos dirigentes políticos brasileiros naquele momento foi uma forma de resolver as contradições geradas por diferentes interesses da própria direita, antes que essa se deparasse com uma crise maior ainda, criou-se a necessidade de fazer uma transição com características que dessem ao novo governo uma “aparência” de legitimidade, garantindo assim, as condições de reorganização das elites e ao mesmo tempo, atingindo o reconhecimento por parte da população, assim o novo governo poderia controlar o Estado com apoio e respaldo popular. Daí as campanhas de rua que envolveram a população e serviram como um incentivo para a formação de um novo regime, no qual o “povo” supostamente teria o “poder de decisão” através do voto.

Pensar a democracia hoje é pensar a forma atual como o capitalismo vem se desenvolvendo. Essa é a forma atual que a burguesia utiliza para construir e manter o consenso dentro da sociedade contemporânea, os aparelhos privados de hegemonia utilizados pela burguesia fizeram o seu papel de criar consenso em torno da idéia de que através da democracia nós podemos mudar efetivamente os rumos da nação.

A atual forma de democracia adotada no Brasil nos passa a impressão de que todos nós somos bem representados, que o voto nos dá a condição de cidadãos ao mesmo tempo em que caso não exerçamos nossa cidadania, propagandeada diariamente nos meios de comunicação, estaremos abdicando de nossos direitos enquanto cidadãos e ao mesmo tempo estamos perdendo a oportunidade de mudarmos os rumos políticos do nosso país. Dessa forma, cria-se uma falsa impressão de que através do “voto” podemos mudar o cenário político, acabar com a corrupção, etc.

Durante esse processo de transição, houve uma disputa na forma de dominação do Estado e não necessariamente uma transformação estrutural do mesmo, dessa forma, esse

Estado manteve suas relações e seu comprometimento com uma determinada classe que através de um projeto hegemônico manteve-se no poder.

### **1.3 O Estado burguês e suas formas de manifestação**

O Estado brasileiro sempre atuou no sentido de “mediador” entre os conflitos e divergências entre as diversas frações da elite nacional. Foi assim que se garantiram as relações escravistas por quase quatrocentos anos, depois disso, vieram entre outras medidas a chamada política do café com leite, a “revolução de 1930”, o golpe de 1945, e a nova “revolução” de 1964. Todas essas medidas foram tomadas reivindicando de alguma forma o “desenvolvimento nacional”.

Essas são apenas algumas referências de fatos que ocorreram no Brasil, poderíamos citar vários outros momentos da história do país para demonstrar como o Estado foi utilizado para defender os interesses das classes dominantes. No momento da redemocratização não foi diferente. O Estado serviu aos interesses das elites criando novas formas de dominação e favorecendo ao desenvolvimento do capitalismo no país.

Para compreendermos melhor essa manifestação do Estado moderno diante da sociedade devemos analisá-lo como um “órgão de dominação de uma classe pela outra”. Ou seja, o Estado tem a função de garantir os interesses das classes dominantes, nesse caso, quando analisamos a redemocratização brasileira, podemos perceber como o Estado agiu no sentido de garantir a esses interesses.

Para Engels, assim como para Marx, o Estado surgiu da “necessidade de conter os antagonismos de classe”, Engels afirma ainda que:

O Estado não é de modo algum, um poder que é imposto de fora à sociedade e tão pouco é “a realidade da idéia ética”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando essa chega a um determinado grau de desenvolvimento. É o reconhecimento de que essa sociedade está enredada numa irremediável contradição com ela própria, que está dividida em oposições inconciliáveis de que ela não é capaz de se livrar. Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não se consumam a sociedade numa luta estéril, chamado a amortecer o choque e mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que

se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela é o Estado. (ENGELS, 2005, 181)

Dessa forma, Engels explica o surgimento do Estado, esse tem a finalidade de “amortecer” os conflitos entre as classes, com a intenção de manter a “ordem”, mas manter uma ordem burguesa, hegemônica, voltada ao benefício de uma determinada classe, conforme afirma Lênin,

Segundo Marx, “o Estado é um órgão de dominação de classes, um órgão de opressão de uma classe pela outra, é a criação da ‘ordem’ que legaliza e avaliza essa opressão, amortecendo os choques entre as classes. Na opinião dos políticos pequeno-burgueses, a ordem é precisamente a conciliação das classes e não a opressão de uma classe por outra”. Amortecer os choques para eles significa conciliar. Não significa privar as classes oprimidas de certos meios e procedimentos de luta para a derrubada dos opressores. (LÊNIN, 1979, 55)

Se “o Estado é um órgão de dominação de uma classe pela outra”, logo, o Brasil não poderia ser dominado única e exclusivamente pelos militares. Esses compõem uma categoria organizada e estruturada hierarquicamente, isso facilitaria a sua dominação. Porém, eles se colocam apenas no centro político, e como aparelho de contenção social. A base de sustentação econômica do país provém de setores que, com exceção das estatais, está controlado por empresas privadas. Essas por sua vez, tinham interesses dentro do Estado, afinal era para garantir a expansão dessas empresas que o Estado havia montado um esquema de benefícios, tais como, empréstimos financeiro e garantias de contenção social.

Na verdade, o regime autoritário significou a derrota política, e talvez também teórica, do projeto desenvolvimentista nacionalista que mobilizou setores relevantes das forças sociais e uma parcela expressiva da burocracia estatal no período pós-Segunda Guerra. O projeto desenvolvimentista vitorioso foi aquele que a corrente desenvolvimentista não-nacionalista da burocracia estatal e a corrente desenvolvimentista do setor privado (leia-se, da burguesia nacional), (...) soldando mais ainda a solidariedade do Estado com o padrão de acumulação. Nessa perspectiva, a ação do Estado estava a serviço da acumulação privada, em associação com o capital externo. (Maciel, 2004, p. 39)

Partindo da premissa de Estado em Marx e Engels, podemos compreender a função do Estado de uma forma geral. Essa manifestação do Estado burguês está presente no país até os dias de hoje. A concepção de Estado que está sendo adotado nessa pesquisa, parte da

premissa de Estado não apenas em Marx e Engels, mas também da concepção gramsciana de Estado, conforme já foi trabalhado anteriormente nesse mesmo capítulo.

Segundo Sônia Regina de Mendonça, que parte da premissa de Estado com base em Gramsci,

O Estado, para Gramsci, não é nem sujeito - algo a pairar, inconteste, acima da sociedade -, nem objeto - como propunham algumas leituras marxistas economicistas -, mas sim uma relação social, ou seja, a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Nesta nova ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando em si mesmo os conflitos vigentes na formação social. (MENDONÇA, 1999, p. 20)

Compreender o Estado brasileiro como um agente voltado para defender os interesses de uma determinada classe social, significa entender que esse é um Estado voltado para manter e criar uma hegemonia que venha a justificar as ações restritas aos interesses da classe dominante, ou seja, o Estado utiliza de seus aparelhos de dominação para formular e difundir políticas públicas que na verdade são políticas privadas formuladas por pessoas ligadas a determinados setores da classe dominante que se utilizam dos aparelhos de Estado em benefício próprio.

Para Sônia Regina de Mendonça,

O que é peculiar ao Estado contemporâneo, o qual, por sua vez, deve ser pensado como uma relação social em si mesmo, é que ele guarda um **espaço de consenso** e não só de violência, sendo o consenso – ou consentimento - obtido, para Gramsci, através dos **aparelhos privados de hegemonia**, bem como através da **ação do Estado restrito**, que busca promover e generalizar a visão da fração de classes hegemônicas. [grifos da autora] (MENDONÇA, 1999, p. 21)

Até o momento em que as classes dominantes conseguiram manter sua forma de dominação através do Estado ditatorial, esse modelo de coerção foi viável e vantajoso. Se considerarmos o fato de que esse Estado representava os interesses restritos de determinadas frações de classe, logo podemos perceber uma aliança entre governo e classes sociais atreladas a um mesmo objetivo.

Assim podemos perceber que não foi apenas através do uso da força, que os militares conseguiram ficar tanto tempo no poder é porque existiu o apoio de uma parte significativa do empresariado nacional e internacional beneficiados com aquele modelo

político-econômico. Esse modelo, que se apoiava em propagandas do próprio regime, passava uma imagem de que era um governo que fazia o país crescer, com isso, teve apoio de diversos setores da sociedade, principalmente das classes dominantes do país. Vale lembrar que essas classes dominantes não apenas apoiavam os militares, mas também dividiam o peso do pacto de poder entre setores civis e os militares.

A partir do momento em que os militares não conseguiam mais manter o “desenvolvimento” econômico conseguido entre 1968 até 1974, período conhecido como “milagre brasileiro”, essa hegemonia dos militares no poder não interessava mais a essa burguesia. Daí a necessidade de se criar um novo regime político capaz de reordenar o crescimento econômico dando novas bases para uma nova fase do desenvolvimento capitalista do país. As classes dominantes deveriam reorganizar o cenário político, mas no fundo elas necessitavam reorganizar a economia para retomarem seus rendimentos financeiros, além de reordenarem o controle da dominação ideológica.

#### **1.4 As novas estruturas econômicas**

Desde o fim da chamada “Era Vargas”, o país passou por uma série de transformações na sua estrutura econômica. Nesse período, ocorreu o processo conhecido como “o modelo de substituição das importações”. Ou seja, o país entrou em um novo ciclo de desenvolvimento econômico e que atingiu diretamente diversos setores da economia.

Com a nova fase do desenvolvimento capitalista iniciada a partir dos anos de 1940 em diante, o país vinha passando por um processo de reestruturação econômica com base na “substituição das importações”. Nos anos de 1960, esse projeto passou para uma nova fase. Segundo Maria Moraes, 1964 marca uma nova fase do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para ela,

A economia brasileira passava, então, para uma etapa mais avançada do capitalismo, a monopolista, redefinindo-se não somente as relações entre as diferentes frações do capital como a própria inserção do país no sistema capitalista internacional. O processo de acumulação revoluciona a estrutura produtiva, ao mesmo tempo em que crescem as massas assalariadas e o país urbaniza-se. (Moraes, 1979, p.19)

A autora fala sobre um “novo modelo de acumulação” surgido nos anos 50, debatendo com as teses de Maria Conceição Tavares e Pierre Solano, “Acumulação de capital e industrialização no Brasil”. O projeto de desenvolvimento capitalista estudado por Tavares era a industrialização do país que vinha ganhando importância no cenário econômico e logo passaria a exigir do governo uma maior representatividade política.

Aquilo que para Pierre Solano constitui a emergência do ‘novo modelo de acumulação’ é visto por Conceição Tavares como a etapa de ‘constituição de forças produtivas especificamente capitalistas’. A plena hegemonia do modo de produção capitalista, segundo esta autora, realiza-se no momento em que se constitui ‘uma indústria pesada de bens de produção’, permitindo que a reprodução ampliada do sistema possa se realizar a partir das relações inter-setoriais entre os departamentos de bens de produção e de consumo. (Moraes, 1979, p.24)

Maria da Conceição Tavares em “Da Substituição das Importações ao Capitalismo Financeiro”, chama a atenção para as transformações ocorridas ao longo do século XX nos modelos político-econômicos da América Latina. De uma forma geral, ela destaca as modificações do modelo “primário-exportador”, como a única base de desenvolvimento econômico, característicos da “divisão social do trabalho” (entenda-se como uma divisão mundial).

Com a aceleração do desenvolvimento industrial no setor de bens de consumo duráveis, vale lembrar que em um primeiro momento, anterior à ditadura civil-militar, esse modelo de desenvolvimento não atingia os setores de produção de bens de capital, o que refletia um certo atraso do capitalismo brasileiro em relação ao capitalismo internacional.

Em suma, o ‘processo de substituição das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos. (Tavares, 1982, p. 35)

Tavares destaca que a economia mundial, após a 2ª Guerra demorou para se recuperar e isso obrigou os países periféricos assim como o Brasil à voltar-se para os seus respectivos mercados internos. Obrigando-se assim a desenvolver novas atividades produtivas. Dessa forma, iniciou-se um processo de “substituição das importações”. Vale lembrar que essa “substituição” não pode ser resumida simplesmente ao sentido literal da palavra. Esse foi um processo complexo e que envolveu diversos setores da sociedade. “Em

1960, os bens de capital importados representavam menos de 20% do montante global de investimento bruto fixo da economia”. (Tavares, 1982, p. 67)

Esse processo marca o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Durante a segunda metade da década de 1940 até o início da crise dos anos de 1970.

Furtado vincula a estagnação econômica à perda de dinamismo do processo de industrialização apoiada na substituição de importações. Nesse sentido, centra sua análise na evolução e comportamento da estrutura da demanda dependente, por sua vez, da distribuição da renda. Considera que a industrialização não foi de modo algum capaz de alterar substancialmente os padrões de distribuição da renda, altamente concentrado, herança da economia primário-exportadora, falhando assim em criar um mercado socialmente integrado e orientando o mesmo para a satisfação da demanda diversificado dos grupos de rendas mais altas. Progressivamente, a ‘faixa’ de substituições possíveis e rentáveis foi-se restringindo a bens de consumo duráveis de maior valor e bens de capital que supõem, em geral, um coeficiente de capital por trabalhador mais alto que nas atividades ‘tradicionais’. A magnitude da demanda, em cada novo item a ser substituído, apresentava-se como relativamente pequena e isso teria criado importantes problemas de escala. (Tavares, 1982, p. 160)

Esse processo de desenvolvimento passa por diversas renovações, mas continua presente nos governos posteriores a Getúlio. Como por exemplo, o “Plano de Metas” de Kubitschek, passando pelo I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, durante o chamado “Milagre Econômico”. Até culminar em um grande fracasso e no endividamento do Estado. Não cabe aqui discutir todos esses projetos, vamos nos limitar ao II PND.

Basicamente, a proposta do II PND era a de transformação dos padrões de acumulação que tinham como base a produção de bens duráveis. O Estado passaria a investir nos bens de produção, liderados pelas empresas estatais. No final da implantação do II PND, o que sobrou foi um aumento do endividamento do Estado tanto externo quanto interno.

A concretização do II PND esbarrou também, em obstáculos internos poderosos, segundo Carlos Lessa em sua tese de livre docência. Em primeiro lugar, era ingênuo supor que a definição de um novo setor industrial a ser contemplado pelas benesses do Estado fosse uma questão puramente econômica. O que estava em jogo, na verdade, era a própria redefinição da correlação de forças no interior do bloco no poder. Deslocar interesses tão sólidos como aqueles envolvidos com o setor de bens duráveis de consumo não era objetivo que se conseguisse atingir com a força de uma ‘penada’ ou de algumas ‘baionetas’. Afinal,

esta fora a ênfase da acumulação brasileira desde o plano de metas de Kubitschek, consolidando o predomínio do capital estrangeiro no país. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 58)

Para César Benjamin,

O amadurecimento dos investimentos realizados no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), do Governo Geisel, conferiu outra configuração à matriz industrial brasileira. Foram implantados, ou notavelmente expandidos, segmentos que agregavam novas potencialidades à nossa estratégia de crescimento. Demos um salto na capacidade de produzir insumos básicos (como combustíveis, produtos petroquímicos e eletricidade), utilizados direta ou indiretamente em todas as atividades econômicas, e expandimos significativamente o setor de bens de capital, que produz máquinas em unidades ditadas de versatilidade, que trabalham sob encomenda. (Benjamin, 1998, p.101)

Nesse sentido, os objetivos do modelo de “substituição das importações” atingiu alguns de seus objetivos. O país passou por um processo de reestruturação de sua base industrial, os empresários diversificaram seus investimentos e afastaram-se ainda mais da dependência do velho modelo agro-exportador. Por outro lado, vinculou-se ainda mais ao capital externo, não realizou nenhum avanço na distribuição de renda – isso nunca esteve ligado as propostas de desenvolvimento – e ficou a mercê da dependência do capital externo.

Sônia Mendonça e Virginia Fontes apontam o fim do II PND como um fracasso que “pode ser avaliado sob dois aspectos, o estritamente econômico e o político”. Do ponto de vista econômico, o II PDN serviu para aumentar ainda mais a dívida externa que chegou a casa dos 25% do PIB, evidenciou a “inviabilidade de qualquer tentativa de conciliar a alteração do padrão de acumulação com a preservação das taxas de crescimento”. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 60)

Do ponto de vista político, as autoras apontam ainda que,

a falha do II PND residiu na estratégia definida. Ele propunha uma mudança radical prescindindo do apoio dos grupos de peso dentro da sociedade. Neste sentido, ele acabou por funcionar como um acelerador das fissuras do interior do pacto de poder. Os setores prejudicados ou beneficiados pelos cortes e reordenamentos econômicos se alinharam, explicitando suas divergências, o que só veio a dificultar a implementação das novas medidas de política econômica. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 60)

Nessa perspectiva, podemos destacar que os planos políticos e principalmente os econômicos fracassaram por diversos motivos que vão desde crises internacionais a falta de estrutura interna. Tavares mostra que esse “desenvolvimento” só acontece, devido a algumas facilidades propiciadas pelo alto fluxo de capital financeiro oriundo de bancos e empresas estrangeiras.

A grande solução para “resgatar” a economia depois da quebra do II PND foi,

recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo de concentração oligopolística que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro deste quadro, o fortalecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate a inflação, sua justificativa legitimadora. O ‘milagre’ econômico veio a ser seu resultado. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 21)

Por outro lado, as elites agrárias, financeiras e industriais conseguiram atingir altos percentuais nas suas taxas de lucros. Isso só foi possível graças ao arrocho salarial e a concentração da renda, ao endividamento e subsídio do Estado juntamente com a apropriação privada dos recursos públicos, das oligarquias no poder e a exclusão social.

César Benjamim critica esse processo o qual ele chama de “A Opção Brasileira” onde ele mostra que o Estado brasileiro fez opções. Na maioria das vezes, essas tendiam a ser favoráveis as classes dominantes. Para Benjamim, o Estado,

manteve-se preso a limites definidos por aquelas modernizações conservadoras, recorrentes no Brasil, que o mais das vezes ‘mudam para manter’. Também foi assim nesse século: desenvolvimentista na economia, nosso Estado foi profundamente conservador nas relações sociais, especialmente no que diz respeito às populações rurais que permaneceram majoritariamente até meados dos anos 60. Muitas vezes autoritário, sempre foi servil aos interesses privados, internos e externos. Forneceu, ao capital, subsídios, insumos, infra-estrutura, mas – ao contrário de outros Estados desenvolvimentistas não realizou reformas estruturais necessárias para dar solidez ao processo de desenvolvimento. (Benjamin, 1998, p. 26)

Todo esse processo de “desenvolvimento” gestado ao longo de praticamente quatro décadas só foi possível graças ao investimento maciço por parte do Estado, do arrocho no salário dos trabalhadores, e das generosas contribuições do capital estrangeiro. Esses três fatores combinados favoreceram ao fortalecimento das relações capitalistas no país.

O atrelamento ao Estado foi fundamental para que esse processo se desenvolvesse. Guido Mantega chama a atenção para o “milagre brasileiro”, ao qual ele atribui como decisivo para a retomada do crescimento capitalista, para ele,

O ano de 1968 constitui um marco da história da acumulação capitalista no Brasil. Iniciava-se o ‘milagre brasileiro’ que, sob o escudo de um vigoroso autoritarismo militar, iria propiciar lucros faraônicos para os monopólios nacionais e estrangeiros. A desarticulação das forças populares e o alijamento dos setores mais atrasados das classes dominantes dos centros de poder, deixa o caminho livre para a consolidação dos grandes grupos econômicos e dava lugar a um dos períodos mais rendosos da acumulação capitalista no país. (Mantega, 1979, p.51)

Se o “milagre” foi decisivo para a organização de uma economia ainda mais monopolista, por outro lado, esse fator contribuiu de forma sistemática para o aumento das desigualdades sociais. Para um sistema apoiado no “arrocho salarial”, no “combate à inflação”, e no “capital estrangeiro” todo esse sistema estava apoiado em bases que não poderiam se auto-sustentar em momentos decisivos ou de crises do capitalismo.

O desenvolvimento das relações de produção, nesse caso, dependia diretamente de diversos fatores combinados que resultavam em um crescimento que afastava a grande maioria da população dos meios de reprodução do capital. A idéia de que “o bolo precisa crescer pra depois dividir” é puro discurso demagógico, principalmente quando a economia se deparou com a crise e o colapso do “milagre”. Nesse momento o que restou foi somente as dívidas. Essas sim, a única “parte do bolo” que coube à população dividir.

Para Guido Mantega,

Nesse período, aceleravam-se as taxas de acumulação à custa de concentração de renda, do incremento das exportações, da rearticulação e concentração do sistema financeiro, da maciça intervenção estatal na economia e, finalmente, da ampla generosidade governamental de um Estado que extorquia o que podia da grande maioria da sociedade, para dar o que tinha e o que não tinha aos grandes monopólios. (Mantega, 1979, p.51)

Mesmo para uma economia atrelada ao capital internacional, o país ainda conseguiu encontrar formas de avanço tecnológico que poderiam possibilitar em melhores formas de enfrentamento das crises internacionais. César Benjamim chama a atenção para as formas que o país criou para enfrentar crises, para o desenvolvimento tecnológico e para diversas

outras formas encontradas para superar as dificuldades que poderiam conter o capitalismo brasileiro. Para ele,

Exatamente por ter constituído esse núcleo, o Brasil nunca deixou de executar, por incapacidade técnica, uma decisão que o Estado ou a elite tenham tomado. Produzimos bens complexos, como aviões; multiplicamos várias vezes nossa produção de petróleo submarino, assumindo a liderança mundial nessa área de ponta; fizemos a adaptação genética de plantas de clima temperado à ecologia dos trópicos; desenvolvemos um combustível renovável alternativo à gasolina, e poderíamos ter feito o mesmo com o diesel; assumimos posição de destaque na engenharia pesada; modificamos a equação econômica da indústria mundial de papel; desenvolvemos a melhor automação bancária. (Benjamin, 1998, p. 103)

Aparentemente, essas melhorias poderiam significar que o país mostrava um certo desenvolvimento nas relações das forças capitalistas de produção. Uma superação da crise dos anos de 1970 não foi possível justamente pelo fato de o capitalismo brasileiro ter se desenvolvido de forma estritamente atrelada ao capital internacional e com bases internas extremamente excludentes, desprovida de quaisquer avanços nas relações sociais.

O fato de a economia brasileira ter se desenvolvido de forma atrelada a fatores externos tornava-a vulnerável caso tivesse que enfrentar dificuldades de financiamento. O modelo de “substituição de importações” só foi possível graças a abundância de capitais externos e da expansão das multinacionais. Mesmo as empresas brasileiras – privadas e estatais – só atingiram patamares significativos de desenvolvimento às custas do endividamento do Estado.

Mesmo que as indústrias nacionais tenham desenvolvido tecnologias próprias, conforme citou César Benjamim, todo esse desenvolvimento entra em colapso junto com a crise econômica dos anos de 1970. Por mais que tenha criado alguma tecnologia como o álcool combustível e a perfuração de petróleo em águas profundas, a indústria brasileira mostrou-se incapaz de garantir de forma autônoma a sua capacidade de auto-sustentação financeira.

Para uma economia que se “desenvolveu” historicamente apoiada no Estado, na qual os grandes empresários que controlam os interesses desse Estado e acabam por se apropriar dele. No momento inicial da crise, Estado e iniciativa privada depararam-se com uma situação que viria a tona mais cedo ou mais tarde,

Em meados dos anos 70, o ciclo expansivo começava a tropeçar nas contradições tecidas pelo nexos econômico-financeiro com o capitalismo internacional. A imensa massa de valor, drenado anualmente do país, constituía o principal foco de turbulência para o prodigioso capitalismo brasileiro. Por volta de 1974, o clima era de final de festa, com a população trabalhadora extenuada (e dando sinais de reação), e as finanças esbarrando numa imensa dívida interna (ORTN e LTN) e externa. Daí para a frente, as taxas de lucro começam a claudicar, anunciando o fim de mais um ciclo expansivo. (Mantega, 1979, p.52)

A crise internacional em si apenas antecipou o colapso do “milagre”. Esse chegou ao fim pela própria incapacidade de gerar as suas condições de manutenção e expansão. A opção de crescimento capitalista no país que baseou-se em grande medida na total exploração da classe trabalhadora e no endividamento externo, esses são talvez os dois principais fatores que contribuíram para o colapso da economia brasileira na década de 1970.

A tônica do processo de expansão da economia brasileira entre 1968-74 foi dada, como sabemos, por dois suportes – a abundância de recursos no mercado financeiro internacional e o favorecimento da empresa multinacional na estrutura industrial do país. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 53)

A economia mundial que parecia se desenvolver naturalmente enfrentou nos anos de 1970 uma de suas maiores crises depois da 2ª Guerra Mundial. Com a organização da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) o preço dos combustíveis teve um aumento significativo no mercado internacional. Essa crise atingiu diretamente os centros do capitalismo mundial. Isso refletiu rapidamente no Brasil através do fechamento das diversas linhas de crédito que financiavam o desenvolvimento e a instalação de diversas empresas multinacionais no país.

A crise do petróleo e o arrefecimento econômico mundial vinham levantar o ‘véu de euforia’ que o ‘milagre’ produzira, desnudando o caráter desequilibrado da fase anterior, que estivera dissimulado – e também agravado – por uma conjuntura internacional extremamente favorável. A crise do ‘milagre brasileiro’ caracterizou-se por duas peculiaridades: foi uma crise de endividamento e uma crise de fim de fôlego do Estado na manutenção do ritmo de crescimento. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 54)

Com a crise, fecharam-se as fontes de capital financeiro que “sustentavam” o desenvolvimento das forças produtivas nas economias periféricas, como era o caso do Brasil. Para Guido Mantega,

No final de 1973 começam a desaparecer os vários estímulos para a manutenção das altas taxas de lucratividade, anunciando que o ciclo de acumulação já ultrapassara o ápice e iniciava a descida. A chamada crise do petróleo, aliada a outros fatores depressivos, enxugou boa parte dos euro-dolares disponíveis no mercado internacional, ocasionando a diminuição da liquidez financeira, sobretudo para os países importadores de petróleo. Com isso, secaram as fontes de financiamento para países como o Brasil, os quais tiveram que resignar-se a pagar taxas de juros mais elevadas pelos empréstimos contraídos. (Mantega, 1979, p. 59)

Mesmo com a situação internacional desfavorecendo o crescimento econômico do país, governo e empresários não se contentaram em reduzir seus lucros.

A recessão estava às portas, mas o jogo das forças econômicas e sociais do país não contribuiria para a adoção de uma saída ‘tradicional’ para a crise. Por um lado, porque o aumento do custo do capital externo encarecia os investimentos em geral, tornando a expansão da dívida externa sufocante e a decisão de investir, um risco. Por outro, porque a alternativa encontrada para a carência de recursos estrangeiros foi o *mercado financeiro interno* que tirou partido da conjuntura, ‘colando’ suas taxas de juros às vigentes no exterior. Por fim, porque o recurso a expedientes convencionais como o arrocho salarial era agora inviável, após dez anos de exaustão da classe trabalhadora. (Mendonça & Fontes, 1991, p. 56)

Mesmo nos momentos de crise, as elites brasileira e internacional continuaram a extorquir os cofres públicos. O resultado dessa exploração não poderia ser diferente, recessão econômica, inflação e desestruturação social, novamente, quem pagaria a conta, o contribuinte.

## 1.5 A transição política

A transição do regime militar para a democracia se dá em âmbito de reorganização na estrutura da sociedade brasileira. A crise econômica vivida desde o fim do “milagre” colocava limites ao desenvolvimento do capitalismo no país, a transição foi uma saída capitalista para resolver problemas do capitalismo no Brasil.

Para Dreifuss, o golpe foi articulado pelas elites orgânicas do Brasil e dos Estados Unidos que costumavam se reunir para discutir,

[...] vários assuntos que afetavam os interesses multinacionais e associados e que eram temas essenciais das elites orgânicas modernizante conservadoras da América Latina e de suas congêneres norte-americanas. Planificação governamental e privada, mercado comum latino-americano, o papel político e social da empresa privada e do empresário, o combate ao comunismo e a implantação das reformas capitalistas. (Dreifuss, 1987, 112)

A partir dessas reflexões teóricas, podemos entender melhor como se dão as relações de dominação dentro da sociedade brasileira durante o regime militar. Dreifuss, assim como os demais autores que pesquisaram o mesmo período e que foram estudados por essa pesquisa, nos ajudam a entender o contexto histórico em que se deu a crise do regime civil-militar até a construção da solução política e da transição.

A partir dos estudos de Ellen Wood podemos perceber que os liberais costumam associar a democracia ao capitalismo, na perspectiva de análise que vem sendo adotada nessa pesquisa, podemos perceber que o capitalismo é o regime econômico adotado no Brasil antes, durante e depois da ditadura. O capitalismo, nesse momento, buscava novas formas de exercer seu poder de dominação, de convencimento, de persuasão e principalmente de criação de consenso em torno do seu modelo de governo.

Essas noções desenvolvidas até aqui são fundamentais para a seqüência dessa pesquisa. Quanto as características adotadas pelo Estado brasileiro percebemos claramente que a sua preocupação sempre foi a de garantir as condições para o desenvolvimento de uma economia capitalista. Para isso, o Estado se transformou diversas vezes para manter as condições necessárias para esse desenvolvimento.

O Estado brasileiro, sempre buscou intervir nos momentos de crise em favor das classes dominantes. Durante os anos de 1970 não foi diferente, desde a chamada “crise do petróleo” quando o Brasil entrou em um período de recessão econômica, o Estado buscou novas formas de manter a ordem social e restabelecer a recuperação econômica. Nos momentos de acirramento das contradições sociais, como ocorreu no final da década de 1970, quando surgiram diversas ondas de greves em todo o país e nos mais diversos setores da sociedade, deu-se as bases para a formação de conflitos mais acirrados e o possível surgimento de uma crise de hegemonia devido a falta de legitimidade que aquele modelo de dominação encontrava tanto em relação a população quanto em relação aos empresários

que já não encontravam no Estado o seu agente financiador. Esse assunto será tratado na seqüência.

### **1.6 Crise econômica ou crise de hegemonia?**

A crise econômica que atingiu o Brasil em 1974 provocou uma necessidade de mudanças no país. Essas mudanças atingiam não apenas as classes dominantes, mas levou também os trabalhadores a disputa de espaço para dentro do cenário político. Porém, a classe trabalhadora que passou por um processo de achatamento tanto das suas condições de subsistência quanto da sua capacidade organizativa, caçada sistematicamente desde a implantação do AI-5, nesse momento, buscava novas formas de organização visando uma nova articulação dos movimentos sociais, mesmo que essa organização também estivesse caracterizada como um espaço em disputa.

Os trabalhadores por sua vez, passaram a exigir das classes dominantes uma maior participação política. Esses dois fatores juntos, crise econômica e organização da classe trabalhadora, levaram a ditadura a uma crise de legitimidade. A classe trabalhadora por sua vez, não demonstrou estar organizada suficientemente para disputar a hegemonia da sociedade diante da crise vivenciada naquele momento. O campo em disputa dentro dos movimentos sociais foi marcado por conflitos e por divergências de interesses. As organizações partidárias que surgiram nos momentos conflituosos eram caracterizadas por diferentes projetos em disputa, o PT e o PDT, por exemplo, partem para um campo de disputa pela via eleitoral, enquanto que as tendências mais radicalizadas que reivindicavam a “revolução” haviam praticamente desaparecido ao final do regime militar.

Esse projeto em disputa se dá com a participação da classe trabalhadora que a partir de 1978 com a reforma partidária e com as organizações sindicais oriundas das greves do final da década de 1970. Dessas experiências é que surge a partir de 1980 a formação do Partido dos Trabalhadores “liderando” a organização dos setores populares, esses passam a disputar espaço dentro do processo de reorganização nacional.

No entanto, as disputas efetivas para a sucessão dos militares se deram basicamente entre conservadores e liberais, mais precisamente entre PMDB e PDS, conforme veremos

nos capítulos II e III. Daí a necessidade das classes dominantes de realizarem a construção de um novo projeto que conseguisse mantê-los hegemonicamente no poder.

Ou seja, a dominação da sociedade por parte da elite do país não esteve ameaçada, mesmo com as greves e os sindicatos ressurgindo com força total, os trabalhadores reivindicavam melhores condições de trabalho e melhores salários, entre outras reivindicações. A contestação sistemática contra o capitalismo foi muito mais presente nas décadas anteriores do que no momento da transição, embora a reivindicação ao socialismo ainda fosse bandeira de luta de diversos movimentos sociais e até mesmo dentro dos partidos oriundos desses movimentos como o PT e o PDT.

David Maciel afirma que houve uma

[...] crise do cesarismo militar. Esta não atingiu o caráter de crise de hegemonia, pois a estratégia de contenção adotada no período anterior continuou a surtir efeito; porém, determinou um processo de reacomodação no interior da arena da disputa política, cujo efeito mais expressivo foi a ascensão do campo de interlocução liberal à condição de dirigente do processo político, paralelamente à perda dessa condição pelo governo militar. (Maciel, 2004, p.281)

O termo “hegemonia” é um conceito desenvolvido por Gramsci, refere-se à idéia de consenso. É através do consenso que a classe dominante se apresenta e colocam em prática as suas idéias para garantir a sua dominação diante da sociedade, essa dominação pode aparecer de duas formas: a primeira é a dominação pela força, pela coerção, essa não tem legitimidade diante da sociedade pelo fato de ser uma imposição. Já o consenso que também é dotado de coerção, passa uma falsa imagem de consentimento da população já que a classe trabalhadora, mesmo nos momentos que está disputando espaço dentro do governo, o faz seguindo as regras impostas pelo Estado, e esse, como já vimos anteriormente, é também, um espaço de dominação de uma classe pela outra.

Para Gramsci,

O exercício “normal” da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação de força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, o contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, são artificialmente multiplicados. (Gramsci, 1992, p. 95)

A segunda forma de dominação é atingir um consenso na sociedade em torno do seu projeto ideológico, é fazer com que a sociedade acredite no seu projeto não pela força mas pelo convencimento. Quando esse convencimento é atingido a ordem social deixa de ser questionada, passa-se a aceitar a dominação e transfere o campo de lutas para um outro estágio que é o de lutar por melhorias dentro do próprio sistema, ou seja, do sistema capitalista.

Para Edmundo Dias,

O campo da hegemonia é marcado pela análise da relação de forças. As crises econômicas por si só, não criam condições de destruição ou de enfraquecimento de uma dada ordem. Mas, podem “criar um terreno favorável à difusão de certos modos de pensar, de colocar e de resolver as questões que arrastam todo o ulterior desenvolvimento da vida estatal”. Quando falamos nesse “terreno” estamos, claramente afirmando que a crise é a atualização das contradições da estrutura. É o famoso “terreno do ocasional” que, em absoluto, quer dizer aleatório, onde antagonismos aí presentes se fazem conjuntura decisiva. (Dias, 2006, p. 63)

A transição democrática brasileira foi uma forma encontrada para garantir a manutenção dessa dominação, vale lembrar que a ordem burguesa da sociedade brasileira não esteve ameaçada pela classe trabalhadora ou por movimentos de esquerda com a intenção de romper com a ordem burguesa. O que estava ocorrendo no Brasil naquele momento não chegava a ser uma crise hegemônica no sentido de ameaçar essa ordem de dominação da sociedade. A crise ocorrida nesse período foi muito mais uma crise no processo de acumulação capitalista somada a crise de legitimidade do governo do que necessariamente uma crise hegemônica que viesse a se tornar em alguma medida uma crise pré-revolucionária.

Daí a necessidade de transformação daquele sistema de dominação que não tinha legitimidade da sociedade, custava muito caro para o governo e principalmente, para os liberais, era um modelo de Estado que estava desalinhado com a nova ordem mundial da política do neoliberalismo e da globalização e precisava ser modificado nos moldes do liberalismo. Vale lembrar que o Estado brasileiro era o detentor do monopólio de uma série de empresas estatais de cunho estratégico, como mineradoras e companhias de energia detinham todas as fontes de riqueza além de uma série de outras empresas extremamente lucrativas e que de acordo com a nova ordem do capitalismo e por exigência do FMI deveriam passar para as mãos da iniciativa privada.

O grande desafio para a classe dominante naquele momento era garantir a sua dominação, adaptar o Estado à nova ordem político-econômica mundial, acalmar os setores populares e construir uma nova idéia de consenso em torno do seu projeto de dominação. Para Ilse Gomes S.

Observo que, mesmo nas propostas de democracia participativa, o conteúdo liberal da participação política dos trabalhadores se mantém, visto que não ocorrem mudanças significativas na concepção de indivíduo como consumidor de bens públicos e na naturalização da desigualdade social. Portanto, ainda permanecem os princípios da defesa da propriedade privada, da naturalização da exploração do homem pelo homem e da maximização dos interesses no mercado, dificultando e afastando qualquer perspectiva de transformação. (Silva, 2003, p. 20)

Essa mudança nos rumos políticos do país não deveria ter nenhum caráter de mudança na ordem social, ou seja, as classes dominantes continuariam sendo dominantes e os dominados continuariam sendo dominados, na ordem econômica também não ocorreriam muitas mudanças, o principal desafio era retomar o crescimento, mantendo-se capitalista, a grande mudança seria na ordem política.

O Estado deveria se adaptar ao neo-liberalismo econômico com a desestatização da economia que deveria ser gerenciada ainda mais pela iniciativa privada. Na ordem política as mudanças se davam pelo fim do bipartidarismo, pela liberdade política, pelo fim da indicação dos militares em todas as instâncias (federal, estadual e municipal), isso não significa que os quadros políticos do país se alterariam, basta analisar as trajetórias dos políticos que assumiram (ou simplesmente mantiveram) o poder.

Se analisarmos os candidatos para a sucessão do general Figueiredo podemos perceber isso, os dois candidatos à sucessão eram velhos conhecidos da população, Tancredo Neves era senador e já havia sido Governador do Estado de Minas Gerais, embora tenha sido membro da oposição durante todo o regime, aliou-se a José Sarney, histórico militante da UDN posteriormente eleito governador pela ARENA, em 1978 elegeu-se pelo PDS, partido que abrigou a maioria dos militantes da ARENA, e que em meados de 1984 rachou por questões internas, desse racha “liderado” por Sarney, formou-se a chamada “Frente Liberal”, formada pelos dissidentes do PDS e que apoiaram Tancredo Neves e a “Aliança Democrática” no processo sucessório.

Do outro lado, estava Paulo Maluf, representante do PDS, uma nova forma de chamar a velha ARENA. Essas foram as duas candidaturas que disputaram as eleições

naquele momento. Embora o bipartidarismo tivesse acabado, nota-se que apenas as duas velhas tendências tiveram condições materiais de disputar de forma indireta a preferência do Colégio Eleitoral que estava ligado umbilicalmente com uma ou com outra tendência partidária.

A transição política só ocorreu devido a uma necessidade de mudança diante de um cenário de crise de legitimidade por parte dos setores dominantes. No início da década de 1980, começava-se a colocar em prática o modelo de transição rumo à democracia. Esse projeto já vinha sendo construído desde 1974 o qual foi chamado de “projeto distensionista”. Nesse momento, deu-se a necessidade de criar um novo regime que ao mesmo tempo, solucionasse a crise econômica e contivesse os ânimos da população. A solução que já vinha sendo construída a mais de dez anos foi a abertura democrática.

Segundo Ilse Gomes Silva,

[...] O principal temor dos antidemocráticos era o rumo político que a participação das classes populares poderia tomar. As classes dominantes passaram a aceitar a democracia somente quando perceberam que ela poderia ser uma forte aliada na dominação de classe. Portanto, os diversos modelos têm um conteúdo classista que se expressa nos limites e na forma de controle da participação das classes populares. (Silva, 2003, p. 13)

O medo que a democracia poderia causar para as classes dominantes é o de que através das eleições, corre-se o risco de eleger candidatos que não necessariamente atenda aos interesses da classe dominante. No caso da transição brasileira as classes dominantes instauradas no poder atribuíram esse risco a “esquerda”, mais precisamente a Brizola e outros políticos que os militares e a revista *Veja* insistentemente caracterizavam de “comunistas”. Conforme já vimos anteriormente, nesse contexto os chamados Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) atuaram em seu papel de agentes necessários para a criação de um consenso de que essa era a melhor saída, “lutar por um Brasil melhor” tornou-se sinônimo de “diretas já”, posteriormente, passou a ser “Tancredo já”, conforme irá aparecer nos capítulos II e III.

O conceito de APH desenvolvido por Antonio Gramsci, estabelece uma relação entre Estado e Sociedade Civil, na qual segundo ele, “Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados”, ou seja, é o conjunto de aparelhos que garantem a dominação social, seja ela, através dos aparelhos privados de

hegemonia que se manifestam através das associações de classes que vão desde sindicatos e agremiações em geral, das associações empresariais e dos meios de comunicação, entre outros. Essas formas de organização visam elaborar, difundir e organizar a sociedade em torno de um projeto comum, para Gramsci isso é o chamado “Estado Ampliado”. (Gramsci, 1992, p.141)

Para que se atinja o consenso na sociedade em torno de projetos que busquem por em prática a teoria da hegemonia, o Estado é sistematicamente dividido em dois, existem “duas formas em que o Estado se apresenta na linguagem e na cultura de épocas determinadas, isto é, como sociedade civil e como sociedade política; como ‘autogoverno’ e como ‘governo dos funcionários’.” (Gramsci, 1992, p.141) de acordo com essa divisão, o Estado passa a se limitar à sociedade política (governo dos funcionários, burocracia). Já na sociedade civil, é aonde vão se desenvolver os aparelhos privados de hegemonia, “são domínios da sociedade civil, que atua sem ‘sanções’ e sem ‘obrigações’ taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer uma pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc.” (Gramsci, 2002, p.24)

Para David Maciel,

Nas reflexões gramscianas sobre o fenômeno da hegemonia, esta distinção é decisiva, pois o caráter privado dos aparelhos da sociedade civil baseia-se na sua independência material (social e institucional) em relação à sociedade política, o que confere à sua ação hegemônica um caráter voluntário e autônomo decisivo para a conquista do consenso ativo. É no exercício da hegemonia e da reprodução da ordem social que a sociedade política e a sociedade civil se fundem como Estado Ampliado. (Maciel, 2004, p. 28)

Para um projeto que vinha se desenvolvendo a partir das organizações (APH) da própria elite, podemos compreender como e para quem estava sendo construindo um novo modelo de dominação do Estado. Ou seja, se as novas formas de dominação que estavam sendo construídas nesse momento estavam ligadas as elites, logo o projeto posto em prática deveria reproduzir as condições necessárias para a manutenção dessas elites a frente da condução do processo sucessório.

Até esse momento o projeto de desenvolvimento da democracia para o país havia colocado os setores populares a margem desse processo. Os trabalhadores só passaram a ter visibilidade no momento em que passaram a concorrer com as elites e mostrar caminhos

alternativos para disputar hegemonia. Com isso, a classe trabalhadora mostrou que poderia disputar espaço dentro do governo que estava sendo construído. Isso se explica pelo fato de que os responsáveis pelo processo de redemocratização não estarem interessados em resolver os problemas sociais do país, a preocupação maior das elites sempre foi a retomada do desenvolvimento do capitalismo. Mesmo no momento em que os trabalhadores começavam a dar sinais de melhorias nas suas formas de organização, a burguesia manteve o processo de transição, segundo Maciel,

Apesar de as frações monopolistas da burguesia preservarem seu compromisso com a continuidade do processo de transição, nos marcos da institucionalidade autoritária reformada, situando-se ainda no campo da autocracia burguesa, sua tolerância em relação à continuidade do cesarismo militar tornava-se progressivamente menor. Esse posicionamento foi importante, pois diminuiu substancialmente a possibilidade de um retrocesso na etapa final da transição, e contribuiu para reforçar o processo de ampliação e pluralização da esfera de representação política e da arena política institucionalizada, consolidada com a eleição de 1982. (Maciel, 2004, p. 284)

Mesmo em um cenário de disputa entre as diversas frações da direita e as novas formas de organização da “esquerda”, nesse momento, podemos perceber algumas evidências de que o “cesarismo militar” não agradava e não se justificava mais diante da sociedade. Ou seja, mesmo entre as frações mais conservadoras, podemos notar as suas tentativas de se desvincular dos “militares” e se colocar como uma categoria que estivesse buscando uma inovação no cenário político nacional.

No capítulo seguinte, a revista será abordada com base nas reflexões teóricas realizadas até aqui, como Aparelho Privado de Hegemonia. É nesse sentido que a revista Veja será analisada, a partir da idéia de que ela se coloca como “Aparelho Privado de Hegemonia” e, exerce uma função de partido. Nesse momento, Veja busca atuar em dois sentidos distintos, em primeiro lugar, ela busca exercer uma função conciliadora buscando “aparar as arestas” dentro dos setores dirigentes, apontando caminhos possíveis para uma solução política da crise econômica. Em segundo lugar, Veja atuou no sentido de apaziguar as lutas de classes, criando uma idéia de consenso em torno do projeto democrático, e do Estado de direito. No momento em que ela se propõe a organizar, difundir ou desenvolver projetos que possam se tornar hegemônicos, ela se coloca como sujeito capaz exercer a

função de “formadora de opinião”, o que em outras palavras pode ser entendido como criadora de um “consenso”, conforme será abordada nos capítulos posteriores.

## **Capítulo II – A Revista Veja na transição democrática brasileira**

Este capítulo discutirá o conteúdo e as formas de intervenção adotadas pela revista *Veja* no processo de transição entre o final da ditadura militar e a reabertura democrática. O período analisado vai de 1984, ano em que tomaram posse os governadores eleitos pelo voto direto após quase vinte anos de ditadura, até janeiro de 1985, período em que foram realizadas as eleições indiretas que elegeram Tancredo Neves para a presidência.

Nessa pesquisa, a revista *Veja* é analisada enquanto reprodutora de um determinado modelo político, econômico e social, e que tem a função de organizar e difundir os parâmetros que limitam esse modelo, criando uma idéia de consenso na sociedade em torno de um projeto hegemônico que possa ao mesmo tempo obter o controle social, a estabilidade econômica e com isso a estabilidade política.

O objetivo aqui é buscar entender como a revista se porta diante dos obstáculos colocados pela sociedade para a consolidação dessa hegemonia analisando como ela vai criticar ou defender determinadas manifestações populares, tais como: as greves no ABC paulista ou as manifestações pelas “diretas já”, ambas ocorridas no período analisado.

A revista *Veja* nesse período vai se posicionar diante desses obstáculos de forma favorável ou contrária as propostas que estavam em disputa sejam elas sociais, políticas ou econômicas. É através desse posicionamento que podemos, ou não, afirmar que a revista idealizava, organizava ou implementava esses possíveis projetos hegemônicos para o país.

### **2.1 Veja e a democracia**

A democracia é um elemento que aparece comumente na revista não só nesse período, mas também em momentos anteriores, embora esse termo torne-se comum na revista principalmente após as eleições para governadores em 1982. É a partir desse momento que começam as disputas em torno da forma que o país deverá adotar para a

sucessão presidencial. Essa sucessão é acompanhada de perto pelo então presidente da República João Figueiredo que assumira o poder em 1979 com a “missão” de fazer uma transição pacífica para a abertura democrática no país.

Com a lei de Anistia e o fim do bipartidarismo em 1979, juntamente com o fim da indicação de militares para concorrer ao cargo de presidente, rompiam-se com os principais marcos do governo militar, o que por si só daria ao próximo presidente uma característica de fim do regime militar, é claro que para isso não bastava apenas eleger um presidente civil, era necessário que os militares não só voltassem aos quartéis, mas que deixassem de figurar no centro do poder, mesmo que eles efetivamente nunca tenham exercido sozinhos essa função.

Outra questão que aparece ao longo do texto e que tem fundamental importância para essa pesquisa é a construção de uma idéia de antiesquerdismo que a revista manteve desde a sua primeira edição em 1968.

Esse antiesquerdismo construído pela Veja, pode servir para explicar o porquê de construir uma imagem negativa da esquerda ou de qualquer proposta que tenha cunho de base socialista. O que a revista fez, desde a sua fundação em 1968 até os dias de hoje, foi desconstruir qualquer proposta nesse sentido, para isso, ela critica todas as políticas dos países socialistas<sup>1</sup> criando um contra-exemplo que o país não deveria seguir, por outro lado, cria o exemplo de política e economia que segundo ela, são os modelos que dão certo, tornando-se um exemplo a ser seguido.

Os reflexos dessa política externa aparecem no dia-a-dia da revista. Ou seja, das propostas que estão em disputa no país, vão ser comparadas com as políticas que estão sendo adotadas em outros países. Para isso, ela cita exemplos dos mais variados, um dos mais comuns é a Argentina, país que havia passado por um processo semelhante de redemocratização, mas que, no entanto recebem um tratamento diferenciado pela Veja. Outros países que estão em destaque na revista são a França, a Inglaterra e os Estados Unidos.

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que o período que está sendo pesquisado, refere-se diretamente ao período da Guerra Fria, com relação a revista Veja, mesmo esse período tendo “acabado” com o colapso do chamado “Socialismo real”, Veja continua tomando atitudes de descaracterização do socialismo até os dias de hoje, como por exemplo, no caso do afastamento de Fidel Castro quando a revista publicou por algumas edições consecutivas uma série sistemática de ataques ao modelo político e econômico cubano.

Esses exemplos são citados na Veja, mas não são necessariamente comparados com o que estava acontecendo no Brasil. Ou quando a comparação é feita, aparece da seguinte forma: na Argentina,

atribuíram às juntas militares a tarefa de “reconstrução nacional”. E para deixar bem claro que o poder emanava da tropa e em seu nome era exercido, o presidente da República era um delegado da junta de comandantes das três armas. No Brasil, nem mesmo no mais negro período do AI5, quando o país foi governado por uma junta de setembro a novembro de 1969, chegou-se a tamanha interferência militar no poder. Pitorescamente, a junta de cá, mesmo exercendo o poder, tinha vergonha de ser chamada pelo nome e, por ordem de censura, ela se denominava de **os ministros militares no exercício da presidência**. [grifei] (Veja, 04/01/1984, p.29)

Dessa forma, passava a impressão de que a Argentina passou por uma ditadura muito mais severa que o Brasil, dando a entender que aqui não aconteceu nada disso e que mesmo no momento em que isso teria sido necessário, “nem mesmo no momento mais negro do AI5”, o que ela mesma chama de “junta de cá”, e que tinha vergonha de ser chamada dessa forma, na prática, a “junta de cá” para provar que era diferente, exerce o poder punindo com censura àqueles que insistem em chamá-los dessa forma, exercendo o mesmo autoritarismo dos militares argentinos. Vale lembrar, que o AI5 só foi revogado em 1979 juntamente com a aprovação da Lei de Anistia e mais um pacote de mudanças.

Também não podemos esquecer que os “anos de chumbo” deixaram marcas muito mais profundas, mas que não ocorreram somente nesse período, mas durante os mais de vinte anos de ditadura, sem falar nas diversas outras fases de “violência institucionalizada” que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo e isso não é exclusividade do Brasil.

Quando Veja se refere a “Junta militar” ela está passando a idéia de que foram apenas os militares. Na prática, essa “junta” acaba levando toda a culpa apenas para ela, enquanto que na prática, os verdadeiros beneficiários do regime militar acumularam capital sem as preocupações com organizações trabalhistas, contando ainda com incentivos governamentais e mais uma série de benefícios.

Aqui são duas questões, a primeira delas é a de negar o autoritarismo dos “militares” brasileiros, a segunda é mais grave, pois parte do pressuposto de que o país tenha sido governado por uma junta militar somente durante o período do AI5, e não durante os vinte anos do regime. É mais ou menos parecido quando ela fala que “os

manuais de história já começam a dizer que um golpe de Estado derrubou o governo João Goulart” (Veja, 17/02/1982, p. 63), nessas duas afirmações e em várias outras semelhantes, Veja nega a existência do golpe de 1964.

Em outro momento ela compara o número de vítimas das duas ditaduras,

mataram-se talvez 30.000 pessoas na Argentina através de um processo megalomaniaco que, mesmo tendo se infiltrado no processo brasileiro entre 1968 e 1974, por aqui custou cerca de 200 vidas. Nem o terrorismo brasileiro teve dimensões do argentino, nem a repressão que lhe foi imposta é comparável à argentina. (04/01/1984, p.29)

Aqui novamente ela está se referindo apenas ao período em que o país foi governado pela “junta militar”, os quatro anos anteriores e os dez anos posteriores ficam fora, o que ela chama de “custo” (na melhor das hipóteses de “200 vidas”), passa a impressão de que foram poucas e que se justificam porque foram feitas contra o que ela chama de terroristas. A outra questão de fundo que fica quase imperceptível, é quando ela diz que o modelo de tortura tenha se “infiltrado no processo brasileiro entre 1968 e 1974” então nesse caso seria impossível de isso ter acontecido, tendo em vista que a ditadura argentina começou em 1976, nesse caso a única “infiltração” possível seria por parte dos militares brasileiros e não por parte deles.<sup>2</sup>

Essas comparações são feitas a todo o momento pela Veja, aparentemente são matérias sobre os outros países, mas quando essa comparação é feita pela revista ou quando ela permite que se faça isso, ela está construindo ou desconstruindo uma dada ideologia ou um dado programa para o Brasil.

Por outro lado, cria-se uma certa idéia de que aquele exemplo negativo ou positivo, deve ou não ser seguido pelo país. Comparar propostas políticas adotadas por países diferentes em contextos diferentes não significa que os resultados sejam iguais, ou seja, o que deu certo ou errado na França ou na Argentina, não necessariamente pode dar certo no Brasil. Em uma matéria publicada em fevereiro de 1984, ela fala sobre o então presidente francês François Mitterand.

---

<sup>2</sup> Sobre “tortura”, ver COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo, Contexto, 2001. O autor trata de questões como a “Escola das Américas” afirmando que a tortura foi uma prática comum em todas as ditaduras militares ocorridas na América Latina entre os anos de 1960 a 1980, e que ambos tiveram a mesma formação prática dos torturadores que eram orientados por agentes estadunidenses.

Essa matéria chamou a atenção pela manchete, “Mitterand: país vai mal, mas o presidente vai bem”. Nela, Veja fala sobre o presidente francês François Mitterand. O líder e fundador do Partido Socialista francês é comparado ao general De Gaulle que governou a França após a Segunda Guerra Mundial. A comparação entre os dois se dá através da caracterização de governos autoritários, primeiramente quando ela afirma que Mitterand “governa a França acima de seus 23 ministros e vinte secretários de estado, impondo suas decisões com o auxílio de um punhado de assessores íntimos”, e num segundo momento ela repete as palavras do presidente “o Estado sou eu”. (Veja, 08/02/1984, p.44)

A matéria que está falando que o “país vai mal” ao mesmo tempo apresenta dados de melhorias na economia francesa, por exemplo: “a inflação que chegou a 14% no governo de seu antecessor, caiu para 9,6% em 1983. Animada pelo crescimento das exportações, que no ano passado foram 4% maiores de que em 1982, a economia, estagnada há dois anos, deverá voltar a crescer em 1985.”(Veja, 08/02/1984, p.44)

Segundo Veja, essa melhora da economia só ocorreu devido as mudanças da plataforma de governo do presidente, essa plataforma utilizada na campanha continha 110 pontos, entre eles:

O plano pretendia, num só golpe, melhorar a vida de todo o mundo. Quem estava empregado, por exemplo, deveria trabalhar menos para ganhar mais – e dessa forma haveria mais vagas nas empresas, de modo a diminuir o desemprego. Com o aumento dos salários, haveria uma expansão do consumo, e a economia voltaria a crescer. (Veja, 08/02/1984, p.45)

Na seqüência, ela parte para a crítica dessa proposta, afirmando que:

Esses **sonhos** não demoraram a evaporar. Numa conjuntura de **recessão mundial**, sua maior consequência prática foi fazer a França gastar muito mais do que podia – e essa diferença logo se evidenciou num rápido aumento da dívida externa do país. (...) Além de o desemprego aumentar, os salários passaram a crescer menos do que o custo de vida. [grifei] (Veja, 08/02/1984, p.45)

Em primeiro lugar, cabe comparar as propostas do presidente francês às possíveis propostas a serem apresentadas no Brasil. Redução da jornada de trabalho e aumento dos salários eram algumas das propostas dos sindicalistas que Veja tenta a todo o momento descaracteriza-los colocando-os como socialistas.

O que ela chama de “sonho” foi uma proposta que aparentemente descontentou alguns setores da economia francesa, mas ao mesmo tempo ela mostra que naquele

momento havia uma “recessão mundial”. Quanto a Mitterand, ela ainda comenta, “estrela de uma carreira que começou na resistência ao nazismo, evoluiu para o centro e posou na esquerda”. Ela ainda faz comparações entre Mitterand, Margaret Thatcher e Ronald Reagan, afirmando que os dois últimos tinham motivos para serem populares nos seus países, Thatcher por “ter ganho” a Guerra das Malvinas e Reagan por ter conseguido controlar a recessão nos Estados Unidos. Com relação a Mitterand,

**um chefe de governo que vai bem num país que vai mal.** Mitterand consegue ser popular sem ter vencido uma guerra – como Margaret Thatcher, da Inglaterra, que derrotou a Argentina nas Malvinas – e sem ter conseguido fazer a economia francesa dar sólidos sinais de recuperação e crescimento, precioso empurrão colhido por Ronald Reagan nos Estados Unidos. [grifei] (Veja, 08/02/1984, p.45)

Aqui ela cria dois exemplos diferentes, primeiramente ela critica o governo francês por sua proposta de governo, tendo em vista que em uma conjuntura de transição política como era o caso do Brasil, poderiam surgir propostas semelhantes às do Partido Socialista Francês. Nesse caso, Veja passa a criar uma argumentação contrária a essa proposta mesmo antes que ela se configurasse enquanto uma alternativa possível. Por outro lado, cria dois exemplos favoráveis para o país, quando ela traz os exemplos de Reagan e da Thatcher, ela está criando um exemplo que segundo ela poderia ser seguido no Brasil.

## 2.2 Veja e as possíveis correntes políticas em disputa

Nessa conjuntura, diversas correntes políticas materializadas na forma de partido, poderiam surgir no país, desde as mais conservadoras, até as mais radicalizadas. A revista Veja aponta basicamente três delas, a primeira é o PDS. É o partido herdeiro da antiga Arena, que nesse momento abrigava não só a cúpula dos militares e a cadeira de presidente, mas o que importa para essa pesquisa é que era o partido que tinha a maioria do Colégio Eleitoral e possivelmente faria o sucessor de Figueiredo.

Sob a sigla do PDS encontravam-se quatro pretendentes ao cargo de presidente da República, Paulo Maluf, Mario Andreazza, Aureliano Chaves e Marcos Maciel. Tendo em vista que a sucessão se daria por meio indireto, ou seja, a votação seria feita apenas pelos

membros do Colégio Eleitoral, e esse era dominado pelo partido do governo, as possibilidades de que o sucessor de Figueiredo fosse decidido na convenção do PDS eram grandes.

Nesse caso, aparentemente a eleição não seria nem mesmo na forma indireta e sim, de uma forma muito mais restrita, ou seja, dentro da convenção do PDS, o partido mais conservador no processo sucessório. Mas, no entanto as divergências dentro do próprio partido eram muito grandes e uma reviravolta poderia acontecer a qualquer momento.

A segunda tendência a disputar a preferência do Colégio Eleitoral era o PMDB. Oriunda do MDB trazia consigo o peso da oposição ao regime militar, era o segundo maior partido do país, mas que pelo sistema indireto teria poucas chances de eleger o próximo presidente. A figura central do partido era o Senador Tancredo Neves, que naquele momento aparecia como uma das figuras centrais na luta pelas “diretas já”. As diretas representavam o que talvez fosse a única chance da oposição fazer o sucessor de Figueiredo.

A terceira tendência era a esquerda, materializada inclusive pela Veja, nos partidos PT e PDT, que basicamente, naquele momento, estava se reorganizando, além de ter um peso quase insignificante (se é que naquele momento ela tinha algum) no Colégio Eleitoral, não tinha até aqui nenhum nome realmente significativo para concorrer ao cargo. O que a revista e os militares consideravam naquele momento como o grande nome da esquerda era o do então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, eleito em 1982 através de eleição direta.

Nesse momento, Veja adota duas táticas diferentes para cobrir as eleições, a primeira delas, em geral é a crítica à esquerda. Toda e qualquer proposta que possa vir de alguma tendência de esquerda, seja ela, nacional ou internacional, será tratada com críticas. Alguns exemplos já foram citados anteriormente como é o caso da França. Cuba, China e União Soviética são constantemente atacadas pela revista. Qualquer manifestação popular que não tivesse como pauta única de reivindicação as “eleições diretas” eram sistematicamente descaracterizadas pela revista. Sindicatos e organizações estudantis recebiam o mesmo tratamento

Por outro lado, Veja abre espaço tanto para o PDS quanto para o PMDB. Num primeiro momento ela realizou uma forte cobertura da pré-candidatura de Paulo Maluf

desde que ele deixa o governo do Estado de São Paulo e candidata-se a Deputado já com a intenção de pleitear a presidência, assim como dos seus adversários dentro do partido e também da participação efetiva do então Presidente, General Figueiredo.

Concomitantemente ela abre espaço para a campanha em favor das “diretas já”, fazendo uma ampla cobertura da campanha em todo o país, desde as primeiras manifestações em defesa da proposta de emenda constitucional do deputado mato-grossense Dante de Oliveira que propunha a eleição direta para presidente. Ao mesmo tempo, ela abre espaço para o partido do governo que era contrário as eleições diretas naquele momento.

Esse dualismo da revista Veja, hora ao lado do PDS hora ao lado do PMDB, passa uma impressão de que ela não estava se importando com o formato das eleições, ou seja, se ao mesmo tempo ela abre espaço para os dois grandes partidos e suas campanhas, um deles defendendo as diretas, tendo em vista que esse (PMDB) não teria condições de eleger seu candidato pelo sistema indireto. Do outro lado, está o partido do governo (PDS) defendendo o sistema indireto, tendo em vista que esse tinha a maioria absoluta do Colégio Eleitoral e por isso não cogitava se quer a possibilidade de uma eleição direta.

Além disso, o PDS enfrentava todo o peso do continuísmo além do fato de estar do lado oposto dos manifestantes que estavam nas ruas tanto para pedir “diretas já” quanto daqueles que lutavam junto aos sindicatos por melhorias nas condições de trabalho.

Essa forma de argumentação, dando espaço para ambas as correntes em disputa, passa a impressão de que a revista está respeitando as diferenças e os projetos em disputa. Porém, essa é uma falsa impressão já que ela está defendendo dois projetos que por mais que fossem diferentes nenhum deles tinha como pauta uma transformação radical da sociedade. Nesse momento, defender uma proposta do PDS, seria manter uma política mais conservadora, o que não é necessariamente a proposta da revista. A outra proposta viável era apoiar uma política mais liberal, com propostas de abertura de capital, privatizações e desestatização da economia.

Mas existiam mais de dois projetos em disputa, além do PDS e do PMDB, haviam ainda os partidos de esquerda, além das próprias dissidências dentro desses partidos. Até esse momento, Veja ainda não definiu claramente qual seria o seu posicionamento diante das duas correntes. No entanto, em ralação aos projetos oriundos da esquerda, esses sim,

eram sistematicamente demolidos até mesmo enquanto hipótese, até por que, ainda não se mostraram como possíveis projetos em disputa, mas como medida de precaução, Veja segue sua linha de descaracterização e da sua necessidade de construir um anti-esquerdismo. Quando Veja traz a tona os problemas enfrentados pela França “Socialista” de Mitterand, ela está criando um contra-exemplo. Tendo em vista que no momento da abertura política os partidos de “esquerda” PT e PDT estão disputando território dentro do cenário político do país.

Ao trabalhar apenas com duas correntes, conservadores X liberais, ela está minimizando as demais correntes possíveis, no entanto, elas não são esquecidas, a todo o momento são lembradas e criticadas, Veja só vai se posicionar claramente a partir da formação da chamada Frente Liberal, formada por dissidentes do PDS. Essa corrente apóia Tancredo e como já sabemos ganha a eleição mesmo na forma indireta.

A perspectiva de análise feita pela Veja em trabalhar separadamente os assuntos referentes à eleição, sendo essa perspectiva no sentido de construir a defesa de uma eleição direta ou indireta, apoiar esse ou aquele candidato e/ou partido nos passa a impressão de que a revista está fazendo uma cobertura independente de cada candidato, enquanto que na verdade ela está fazendo o que Gramsci chama de “política do dia-a-dia”, ou “pequena política”. Para Gramsci,

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. (Gramsci, 2003, p. 21)

Veja está fazendo as duas coisas o tempo todo, quando ela noticia cada passo de cada candidato, ela está fazendo a pequena política. Quando ela está tratando das alianças e coligações entre os candidatos, ela está fazendo a grande política. Quando ela fala (ou omite) as questões de âmbito econômico, social ou mesmo político, ela está fazendo grande política, quando ela está apresentando os projetos em disputa no país, quando ela está criticando a esquerda, quando ela está difundindo idéias que remetam a uma construção

hegemônica de democracia sem que se rompa com a estrutura de poder vigente na sociedade até aquele momento, ela está fazendo “grande política”<sup>3</sup>.

Quando a revista dedica várias páginas para tratar das questões do dia-a-dia, como a cobertura das “diretas já” ou então da corrida dos pré-candidatos (e após as convenções partidárias dos candidatos), ela está fazendo pequena política, dessa forma, aparentemente isso se torna o centro das discussões não só na mídia, mas também na sociedade de uma forma geral. Assim, o centro das discussões deixa de ser o projeto que cada candidatura representa e passa a ser a forma com que será disputada a eleição, qual candidato tem mais ou menos chance de ser eleito nesse ou naquele sistema. Para Gramsci, “é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”. (Gramsci, 2003, p. 21)

Dessa forma, Veja cria a idéia de que isso é o mais importante, a eleição em si, a forma que ela será disputada, ou os candidatos que a disputarão. Com relação à disputa de projetos sejam eles nacionalistas, conservadores ou liberais isso é colocado de forma muito mais restrita, ao contrário é claro, quando se trata de projetos que lembrem qualquer forma de socialismo, nesse caso ela logo se posiciona de forma contrária, ou seja, exercendo a “grande política”.

Por outro lado, Gramsci afirma que, “é coisa de diletantes por as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política” (Gramsci, 2003, p. 22).

Economia, política, sociedade, são elementos de análise que podem ajudar a entender qual é o projeto da revista de uma forma mais ampla, assim, podemos compreender quais são os interesses dos financiadores da revista e assim, identificar se a revista tem e se for o caso, qual é o seu projeto social/econômico/político. Se conseguirmos identificar esses elementos na revista, podemos compreender o quê ela está defendendo.

A revista é um meio utilizado para que algumas frações dos grupos dominantes reproduzam um dado discurso que venha a justificar suas ideologias através dos projetos colocados em prática ou que possam se tornar possível. Esses projetos tem por objetivo,

---

<sup>3</sup> Gramsci desenvolve essas questões nos Cadernos do Cárcere, ele está se referindo basicamente ao contexto europeu do início do século XX. Ele se refere à “grande política” como a política de formação de novos Estados, no caso desse trabalho, o conceito de “grande política” no contexto histórico que essa pesquisa está abordando, referindo-se a formação de uma nova política-econômica que o país estava buscando desenvolver.

criar uma idéia de consenso na sociedade em torno dos seus objetivos que possam vir a se tornar dominantes ou que apenas mantenham a ordem hegemônica já estabelecida. Ela reproduz a ideologia dos grupos à que está ligada. Esse objetivo maior é reflexo de alguma decisão que pode ser tomada por um partido, pode ser uma política interna/externa, liberal, fascista e que não é o caso da Veja, comunista anarquista ou socialista.

Esse objetivo é construído ou assimilado por grupos políticos que vão reproduzir essas diretrizes e difundi-las através de seus aparelhos privados de hegemonia, que podem ser, entidades de organização de classe ou de categorias, tais como sindicatos, associações comerciais e industriais, entre outras, nesse caso também podem ser através de jornais, revistas, rádio e televisão, que servem para difundir essas idéias e construir projetos sociais/econômicos/políticos, de acordo com os interesses dos grupos que cada um representa.

No processo de transição da ditadura militar para a democracia, esses projetos podem se apresentar de formas variadas. A partir da revista Veja podemos identificar esses problemas e como são construídas as propostas de transformação apresentadas pela revista, mas que são formuladas e organizadas por frações ou grupos com interesses comuns aos da Veja. A partir daí, são apresentadas as propostas de construção de um projeto que possa vir a se tornar dominante na sociedade mesmo que para isso seja necessário que esses problemas e suas possíveis soluções se apresentem diante da população.

Essa crise atingia três setores básicos da sociedade: político, econômico e social. Esses três setores são indissociáveis entre si e separados pela Veja, com isso ela consegue estabelecer a crítica aos sindicatos e à esquerda separando-o da economia e da política, fazendo a mesma coisa com os outros dois setores, como se eles não tivessem nenhuma ligação entre si.

### **2.3 A crise econômica dos anos de 1970**

A questão a ser desenvolvida aqui é referente à crise econômica (embora essa seja indissociável da questão política) que o país vivia e como a própria Veja vinha defendendo, que seus governantes não conseguiam resolver. A crise econômica que se acirrou desde 1974 com o fim do chamado “milagre brasileiro” não dava sinais de recuperação. A

novidade que começa aparecer na Veja a partir de 1983 é que com as eleições para governadores estaduais, esses dividiram as responsabilidades que antes eram atribuídas somente do Governo Federal. Agora, segundo a Veja, passam a ser compartilhadas pelos estados: “é preciso agora que Brasília aproveite esta oportunidade e administre em favor da estabilidade o fato de não ser mais o alvo único de todas as queixas.” (Veja, 16/03/1983, p.20)

O governo tentou ainda alternativas para a solução da crise econômica, foi “à televisão falar sobre a crise e pedir à nação que se una para superá-la” (Veja, 02/03/1983, p.20), tentou ainda tomar outras medidas,

**Os problemas econômicos**, declara o governo na mensagem levada ao Congresso pelo ministro Leitão de Abreu, **não podem prejudicar o projeto democrático** – ao contrário, é o exercício das liberdades que deve contribuir decisivamente para a **solução das dificuldades**. A idéia central, nesta proposição, é que o país e a sociedade se subordinam a um conjunto de princípios vitais, os da **democracia pluralista e liberal**; eles não podem ser colocados em dúvida a cada vez que as coisas ficam difíceis. [grifei] (Veja, 09/03/1983, p.19)

Aqui Veja se coloca como aparelho privado de hegemonia, dando direcionamento para a solução da crise, nesse caso, da crise econômica, “princípios vitais, os da democracia pluralista e liberal”, ela está admitindo aqui que o projeto democrático tem por finalidade resolver o problema econômico, ou seja, para “a solução das dificuldades”. Se essa liberdade está pautada pelos princípios liberais, nesse caso não são as “liberdades democráticas”, mas sim as liberdades econômicas.

O que mais chama a atenção nesse caso não é nem a crise política ou econômica, mas é a solução, nesse caso, começam a aparecer quais eram as propostas da Veja. Primeiramente a democracia que já vinha aparecendo a algumas edições, mas principalmente uma democracia **liberal**, isso vai aparecer novamente em outras edições,

**Precisamos**, para início de conversa, retomar o controle da economia. (...) **Precisamos** acabar com a nossa tolerância com o arbítrio, a incompetência, a ineficiência e a corrupção. **Precisamos** renegociar, com realismo, os prazos e juros da nossa dívida externa. (...) **Precisamos**, enfim, decidir de uma vez por todas se acreditamos ou não na **livre iniciativa** – e, caso sim, dar-lhes o espaço e estímulo necessário para que cumpra o seu papel vital na reconstrução do país. (...) A questão crucial para 1984 **não** consiste em saber se vamos eleger o nosso próximo presidente pelo caminho direto ou indireto. [grifei] (Veja, 04/01/1984, p.19)

Aqui ela está traçando dois momentos: o momento vigente e o que precisava ser construído, “acabar com a tolerância, a incompetência a ineficiência e a corrupção”, significava romper com aquele modelo político exercido no país. “Retomar o controle da economia”, pode ter vários significados, como nesse caso ela fala em terceira pessoa, ao mesmo tempo em que está defendendo a ruptura com o modelo econômico vigente, nesse caso ela está chamando a responsabilidade para a “livre iniciativa”, ou seja, “retomar o controle da economia” aqui não significa que o governo deva fazer isso, e sim que a economia deva ser gerida pela iniciativa privada. Quanto ao governo cabe-lhe dar “espaço e estímulo necessário”, ou seja, financiar a iniciativa privada.

Nessa citação, mais uma vez, a revista está mostrando o descontrole da economia, mas acima de tudo ela apresenta o que pode ser uma proposta de solução dessa crise, primeiramente ela culpa a “incompetência, a ineficiência e a corrupção”. Na seqüência, aparece não somente o projeto **liberal** que a revista estava defendendo, isso fica aparente quando ela propõe que a saída para o país está em uma economia que privilegie a “livre iniciativa”, defendendo que essa tem um “papel vital na reconstrução do país”. Para encerrar o assunto, o que ela chama de “questão crucial” é a eleição presidencial que para ela até aqui não importa muito se será direta ou indireta, o importante para ela é o modelo que esse novo governo seguirá, a sugestão da Veja, mais uma vez é que privilegie a “livre iniciativa”, ou seja, liberal.

## 2.4 Veja e as “diretas já”

Uma das questões mais relevantes do processo sucessório foi a campanha popular das “diretas já”, inaugurada nas ruas das grandes cidades em todo o país, ainda em Janeiro de 1984 ganha um grande espaço nas páginas da revista Veja. Artistas, atletas, jornalistas e profissionais das mais diversas áreas saem as ruas e ao mesmo tempo ganham destaque na revista, a reivindicação sem repressão: “diretas já”

Nas edições de janeiro de 1984, apareceram pela primeira vez na revista, algumas matérias que falavam sobre a campanha em prol das eleições diretas, movimento que ficou conhecido como as “diretas já!” “Com um grande comício em Curitiba e uma passeata em Porto Alegre, a campanha pela eleição direta chega às ruas”. (Veja, 18/01/1984, p.20) A partir daqui ela adota uma postura de defender as diretas.

A campanha em prol da eleição direta do próximo presidente da República ganhou enfim as ruas na semana passada, com as manifestações públicas fazendo sua estréia em cidades no sul do país. (...) A necessidade da eleição direta deriva, de uma parte, da completa falência do atual sistema sucessório, centrado num Colégio Eleitoral que não tem, simplesmente, a **legitimidade** indispensável para a tarefa de eleger o sucessor. (...) O segundo fator a impulsionar a eleição direta é a absoluta necessidade, neste momento de crise profunda pelo qual passa o Brasil, (...) É evidente que a eleição direta do presidente, ou qualquer outra medida isolada, não resolverá por si só os problemas do Brasil. É certo, também, que ela pode resultar numa escolha equivocada ou nociva. **Mas a direta não tem por objetivo resolver a crise**, e sim fazer a sucessão presidencial pelo caminho eleitoralmente mais correto. [grifei](Veja, 18/01/1984, p.19)

Aparentemente, Veja defende a eleição direta contestando a legitimidade das eleições indiretas, mas ao mesmo tempo apresenta a hipótese de que as eleições “não têm a responsabilidade de resolver a crise”. Nesse sentido, pelo menos um dos motivos da crise poderia ser resolvido, a questão política. Caso o presidente eleito tivesse legitimidade diante da população, esse teria maior estabilidade para resolver os problemas econômicos e sociais que “atormetavam” o país. Dessa forma, construiria uma nova idéia de consenso que teria como centro a democracia.

Por questões metodológicas do desenvolvimento da pesquisa realizada até aqui, a princípio vamos trabalhar mais com as revistas do ano de 1984, por ser o ano que antecede as eleições. É nesse ano que vão aparecer as principais propostas de “redemocratização”. A redemocratização deve ser estudada aqui como parte de um processo de transição política, ela ocorre num momento em que o país estava passando por um processo de crise de acumulação de capital, ou seja, crise econômica, e também por uma crise de controle social causada pela reorganização dos trabalhadores.

Com relação aos anos de 1982 e 1983, vamos nos prender exclusivamente aos editoriais pelo fato de que esses nos trazem algumas informações que são fundamentais, entre elas, as diversas greves em todo o país, do descontrole da economia e da incapacidade

do Estado de controlar ou de resolver esses problemas. No entanto, em relação a essa pesquisa de uma forma geral, as matérias publicadas na *Veja* durante esse período não ajudaram a formular questões relevantes para o desenvolvimento dessa dissertação, diferentemente do período de 1984.

## 2.5 A crise social diante do processo de reestruturação produtiva do país

Um outro aspecto relevante em relação a crise que foi levantado inicialmente nesse capítulo, foi a crise social vivenciada historicamente no Brasil, mas que passou por um processo de acirramento das contradições impostas pelo regime civil-militar ou das relações capitalistas de produção, como preferir. Essas contradições aparecem na *Veja* de forma mais restrita. No entanto, a crise social só é mostrada pelo fato de que não tem como esconde-la. Porém, ela é apresentada pela *Veja* como uma consequência direta do processo de crise gerada pelo fracasso exclusivamente do regime militar e isentando os setores civis envolvidos com o regime desde 1964.

O agravamento dos conflitos gerados pela desigualdade social são colocados em um âmbito fora do cenário de disputas políticas. *Veja* trata os movimentos sociais não como consequência de um modelo econômico excludente, mas como uma forma de organização liderada por setores esquerdistas. A greve nesse caso (e para ela em qualquer situação) não é uma forma legítima de reivindicação dos trabalhadores que passaram por um processo de empobrecimento agravado pela miséria e pelas contradições sociais, a greve para ela, é um mecanismo que está diretamente vinculado com o socialismo, anarquismo ou comunismo, portanto é muito criticada pela revista e geralmente é associada às greves ou a projetos fadados ao fracasso. Foi assim em 1983 quando ela criticou alguns acontecimentos em São Paulo:

A primeira semana de abril, com dois dias negros durante os quais a maior cidade do Brasil viveu sob o **império da desordem**, açoitada por pilhagens e todo um cortejo de **atos de selvageria**, forneceu à sociedade brasileira o sinal de alarme mais estridente desde os anos caóticos de 1967/68. [grifei] (*Veja*, 13/04/1983, p.19)

Nesse momento, volta o tom da ameaça, para solucionar um momento de “desordem” ou “selvageria”, como o caso citado de “1967 e 1968”, a solução que ela está sugerindo aqui serve como ameaça, ou seja, poderia sugerir a mesma solução que havia sido utilizada nos “anos caóticos” que foi o AI5. Isso pode ser entendido como uma ameaça e não necessariamente como uma saída democrática.

Aqui podemos perceber a forma de descaracterização que a revista adota para estabelecer uma linha de críticas aos atos populares que não tinham como pauta a redemocratização. Essa será a mesma linha de críticas utilizadas com relação às greves ou em relação aos conflitos de terra:

A tentativa dos mesmos grupos de sempre, com membros da Igreja Católica à frente, de **insuflar a desordem** e explorá-la em **proveito próprio** ficou mais uma vez evidente. Isso, no entanto, o fato básico de que estão em vigor nos **modernos campos** de São Paulo, o Estado mais rico do país, relações de **trabalho degradantes**. São elas que fornecem as condições para que ocorram episódios como os da semana passada, fruto da ignição de queixas longamente abafadas e tratadas com descaso. Se prevalecer a mentalidade reinante entre muitos produtores, de só ceder em último caso e de se recusar a qualquer gesto capaz de transferir para os trabalhadores alguma parte dos benefícios trazidos pela modernização do campo, o pavio continuará aceso. [grifei] (Veja, 23/05/1984, editorial)

Se existiam contradições sociais no campo, é porque elas foram causadas por algum motivo, não seria coincidência que essas contradições estivessem no Estado mais rico do país? Para o desenvolvimento do modelo agrícola brasileiro, desde a década de 1950, o país passou por um processo de modernização das relações de produção no campo. A consequência desse processo foi o aumento da monocultura e a utilização de máquinas mais modernas. Isso acabou degradando as condições de trabalho reduziu a agricultura familiar e aumentou ainda mais as desigualdades entre pequenos e grandes produtores e principalmente entre trabalhadores rurais e proprietários de terra. Nesse caso, as causas das contradições não deveriam ser atribuídas aos trabalhadores e suas lideranças, (“membros da igreja católica”), e sim dos grandes proprietários de terra que para aumentar seus lucros adotam condições precárias de trabalho.

Em meados de 1984 começam a explodir no interior de São Paulo diversos movimentos sociais no campo, alguns deles liderados por setores da igreja católica outros com alguma influência dos partidos políticos de “esquerda”. Veja notícia os casos como “O levante dos bóias-frias: medo e tensão no interior”.- “Os canaviais da Ira”

Em algumas cidades, seguiam espocando reflexos da rebelião, numa evidencia de que havia pólvora de sobra no caminho do rastilho aceso em Guariba alguns dias antes. Na manhã de sexta-feira, o mercado de Monte Alta, 50 quilômetros de Guariba, foi saqueado e destruído. Cerca de 30 pessoas ficaram feridas nos choques com a polícia. À noite, policiais perseguiram agressivamente grevistas em Sertãozinho e Monte Azul, também situadas na região conflagrada. Embora parecesse afastado o risco de eventuais reprises dos distúrbios que sacudiram Guariba na terça-feira, o país era forçado a continuar contemplando essa face escura dos campos que lhe foram bruscamente apresentado pelos bóias-frias da região de Ribeirão Preto. São cerca de 150.000 trabalhadores que, em condições duríssimas, freqüentemente subumanas, sobreviviam ocultos do resto do Brasil pelo paredão dos canaviais. Seu explosivo levante na semana passada trouxe as novidades do medo e da tensão para o normalmente estável, pacato e próspero interior do Estado de São Paulo – e, sobretudo, mostrou que relações de trabalho longamente deterioradas podem estar trazendo para bem perto da terra, na área rural, a violência que freqüenta outros setores da sociedade brasileira. (Veja, 23/05/1984 p.21)

Ao mesmo tempo em que os bóias-frias de São Paulo reivindicavam melhores condições de trabalho, o governo do Estado de São Paulo, comandado por Franco Montoro do PMDB, em contrapartida revidava com a polícia. Chamo a atenção também neste mesmo período que a Companhia de Saneamento Básico de São Paulo aumentou as contas de água em 900%, algo que colaborou com as manifestações. (Veja, 23/05/1984 p.22)

Em todos os casos, Veja fez menções semelhantes atribuídas aos diversos movimentos, uma característica ao mesmo tempo negativa e alegou tratar-se de movimentos isolados e sem organização.

De surpresa, e coordenados entre si, desfecharam um ataque em três frentes – Marabá, Araguaína e Imperatriz – e mergulharam a área numa inédita onda de violência. Nas horas seguintes, sem que pudessem ser contidos, fecharam rodovias, interditaram o aeroporto de Serra Pelada, queimaram prédios e, por fim, ameaçaram invadir o território da Companhia Vale do Rio Doce. (Veja, 13/06/1984, p.25)

Os bóias-frias que trabalharam na colheita de laranja, na mesma região do Estado, também entraram em conflito com a polícia.

Posteriormente, na edição de 30 de maio, menciona que semanas depois, cortadores de cana fazem novas greves para partir o acordo. “Um dos pontos de acordo firmado entre os bóias-frias de Guariba e os usineiros é o de que o empregador fornecerá

gratuitamente facões, enxadas e limas, que anteriormente eram comprados pelos próprios trabalhadores, ao preço médio de 5.000 cruzeiros”. (Veja, 23/05/1984 p.22)

Com a matéria publicada no dia vinte e três de maio de 1984, que destacava “A revolta do Ouro”, podemos identificar pelo menos três setores diferentes que estavam em greve, nesse caso, podemos perceber que essa onda de greves não ocorreu apenas nos grandes centros, ou em setores isolados muito pelo contrário. Nessa matéria, Veja comenta excepcionalmente sobre a revolta dos garimpeiros em Serra Pelada, nas edições anteriores as revoltas haviam ocorrido nos canaviais paulistas e anteriormente nas estatais.

Nos casos anteriores principalmente entre os cortadores de cana e catadores de laranja do norte paulista, Veja atribuiu aos movimentos uma falta de unidade e de organização política. Seria estranho pensar um movimento que atingiu três cidades como no caso citado ou então como no caso paulista os movimentos ocorreram no mesmo período.

A seção Brasil daquela semana começou de forma diferente, ao invés de destacar o cenário “político” do país. Começou destacando a greve nas Universidades Federais. Nesse caso, ela não defendeu abertamente o governo como em situações anteriores, mas por outro lado, ela dá créditos à Ministra da Educação, Ester Ferraz, que se apoiou em uma lei que “veda aos funcionários públicos a interrupção de suas atividades”. (Veja, 23/05/1984 p.23)

Através dessa lei a ministra poderia pedir inclusive a “demissão sumária” dos grevistas. Veja mais uma vez coloca a greve como ilegal e suas reivindicações como impossíveis. Mesmo em um momento de “abertura” política, defendida por Veja, ela se coloca a favor dos ditadores, tendo em vista que essa lei que proibia as greves era oriunda dos primeiros Atos Institucionais, mas que no momento, são mais atrativas que os “radicais” das universidades.

Um mês antes, referindo-se a uma greve nas universidades estaduais de Minas Gerais, o governador mineiro Tancredo Neves, o grande defensor das diretas já, passou por algo semelhante, na ocasião sua resposta aos professores foi “Movimentos dessa natureza servem de argumento aos que são contra ao processo de abertura democrática”. (Veja, 11/04/1984 p.27)

Na seção de economia tem duas matérias relevantes. Colocadas lado a lado, e levando em consideração o discurso da Veja, podemos notar a construção de um discurso

anti-greve muito presente. De um lado ela está trazendo uma matéria com o título de “Ano Vermelho - montadoras já perdem 48 bilhões em 1983”. Nessa matéria, ela apresenta os balanços de 3 da 4 grandes montadoras existentes naquele momento no país. Esses valores são atribuídos à “maxidesvalorização”, à inflação e ao baixo poder aquisitivo da população. Porém, não fica claro que esse valor se deve a prejuízos ou previsões anuais de lucros que não se efetivaram. (Veja, 07/003/1984, p. 60)

Na página seguinte, ela noticia o fim da greve na Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA). Nas 47 horas de greve, a COSIPA perdeu “cerca de 8 bilhões de cruzeiros pelo que deixou de produzir” e poderia ainda perder um alto forno de 500 milhões de dólares. Considerando o conjunto das duas matérias e a campanha da revista contra as greves, fica a impressão de que existia um descompasso entre os lucros das empresas e as reivindicações dos trabalhadores. Ou seja, se de um lado as empresas estão amargando “prejuízos”, por outro, os sindicatos reivindicam melhorias salariais. Em ralação as estatais, tem ainda uma terceira questão a ser levantada, é o fato de que a política defendida pela Veja é a desestatização da economia. As greves no setor público de uma forma geral passam a impressão de que o setor público era oneroso ao governo e estava em descompasso com o processo de transformação necessário para o desenvolvimento do país.

As reivindicações dos 14.000 trabalhadores da COSIPA não chegam nem perto dos 8.000.000.000 supostamente “perdidos” pela Estatal paulista nas 47 horas de greve. As reivindicações dos trabalhadores eram basicamente: reajuste salarial com base em 88,15% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC); Dois salários de férias; Gratificação mensal de 50.000 cruzeiros para todos os 14.000 funcionários; Reajuste trimestral de salários; Garantia de emprego. (Veja, 07/003/1984, p. 61)

Vamos questionar aqui apenas duas reivindicações criticadas pela Veja. Em um período que a inflação passava facilmente dos 10% ao mês, reajuste trimestral não parecia nada de mais. A gratificação mensal de 50.000 cruzeiros multiplicados pelos 14.000 servidores chegaria à aproximadamente 700 milhões de cruzeiros, muito abaixo dos 8 bilhões “perdidos” em menos de dois dias de greve.

Na opinião da revista Veja:

Em todo o processo de negociação, há sempre uma margem de manobra, mas algumas reivindicações são simplesmente impossíveis de ser atendidas, por ferirem a lei. É o caso do reajuste trimestral de salários e do

reajuste acima do percentual do INPC. Quanto ao abono de férias e a gratificação mensal a todos os empregados, **também é impossível**. Isso porque a COSIPA, apesar de ser uma empresa financeiramente saudável, está incluída no rol das empresas do Estado que devem apertar os cintos para ajudar a conter o déficit público. [grifei] (Veja, 07/003/1984, p.61)

A intenção de citar esse tipo de “des-informação” vem no sentido de demonstrar como a revista se porta diante dos movimentos sociais, esse tipo de crítica foi comum com relação as greves, as passeatas e a qualquer forma de organização da esquerda. Esse acirramento das contradições sociais, analisados aqui, como crise social, não estava apenas no campo, mas se agravava cada vez mais na cidade. A conseqüência direta era o aumento da insatisfação popular com relação ao governo que a cada dia perdia o apoio dos setores da sociedade que davam sustentação ao regime militar.

Com a crise social e a crise econômica vivenciada pelo país, fica perceptível a necessidade das classes dominantes de rearticular sua forma de dominação. A conjuntura vivenciada nesse momento é característica de uma crise de hegemonia. Crise essa gerada por contradições de um modelo expansionista que em nenhum momento se preocupou em ceder benefícios aos trabalhadores. Esses por sua vez, começavam a se organizar em busca de uma outra solução, foram às ruas, buscando melhorar não apenas as suas condições de sobrevivência, mas foram buscar também um novo regime de governo. A saída apresentada a esses manifestantes veio na forma de “democracia”. Daí a necessidade cada vez maior de uma transição política já que uma alteração na sociedade ou na economia jamais foi cogitada pelas classes dominantes.

## **2.6 A crise política**

Com relação ao setor político, a crise se dava pelo fato do governo militar naquele momento não conseguir manter o consentimento nem da população nem dos empresários e nem mesmo dos próprios militares. O fato do governo não conseguir mais retomar o crescimento econômico. Em outras palavras, o processo de acumulação de capital que havia estagnado desde o fim do “milagre brasileiro”, nesse momento entrava definitivamente em confronto com os interesses não apenas da população que exigia uma saída para “as crises”,

mas também por parte das elites que queriam reencontrar no Estado as condições ideais para o desenvolvimento do capitalismo.

Essa situação começa efetivamente desde que a antiga Arena, partido dos militares, e posteriormente o PDS seu herdeiro político, passa a ser derrotado sistematicamente pelo MDB e depois pelos diversos partidos oriundos da antiga oposição. As sucessivas derrotas do PDS são reflexos da incapacidade do governo de resolver as crises que o país enfrentava naquele momento. As derrotas do PDS significavam as derrotas do governo e esse se mostrava cada vez mais incapacitado de resolver tais problemas.

Em 1979, o fim do bipartidarismo e a lei da anistia, trouxeram de volta ao país diversos políticos que haviam sido exilados, com isso, formaram-se diversas outras tendências políticas que haviam sido proibidas desde “1965, [quando] os 11 partidos existentes foram extintos”. (Kucinski, 1982, p.37) Ali começava efetivamente o processo de transição do poder político, já que o poder econômico em nenhum momento é questionado. É nesse contexto que surgem as bases de uma crise de hegemonia, para que ela não se tornasse em uma crise ainda maior, surgindo dessa forma, as bases para a formação de uma situação revolucionária, foi necessário que as classes dominantes se reorganizassem e criassem uma nova forma de coerção mesmo que essa estivesse mascarada por trás de uma falsa idéia de consenso.

A partir desse momento, Veja passa a defender sistematicamente as eleições, abre espaço para as manifestações públicas que levavam milhares de pessoas às ruas das grandes cidades movidas talvez por uma real vontade de mudança. Essa mudança é que aparece como a única alternativa: a democracia. Mas mesmo fazendo a cobertura e dedicando várias páginas em praticamente todas as edições da revista para a defesa das “diretas já”, ela ainda assim alega que as indiretas também eram uma forma de democracia, talvez por isso é que essa alternativa não será nem criticada e nem defendida. Isso abriria um caminho para que em um outro momento, caso a emenda constitucional que possibilitava as eleições diretas não fosse aprovada, que a revista poderia manter seu discurso de que aquela forma indireta também era democrática.

Assim, ela deixa aberta a possibilidade de continuar defendendo qualquer proposta que viesse tanto do PDS quanto do PMDB. Essa política do dia-a-dia, é uma forma de mascarar sua “grande política”, ela cria uma válvula de escape ao mesmo tempo em que

defende um projeto político, social e econômico distante dos interesses da maioria. Assim, mesmo que ela se posicione em determinados momentos a favor desse ou daquele partido, a intenção dela é a de manter a hegemonia burguesa na sociedade.

Ao mesmo tempo, *Veja* mantém uma linha crítica e de descaracterização de projetos que visavam qualquer tipo de defesa de alguns setores, principalmente os de esquerda, basta analisar a forma com que a *Veja* trata os movimentos sociais, das greves, e das manifestações públicas de duas formas diferentes. Quando essas tinham como pauta alguma reivindicação que pudesse favorecer os trabalhadores como as greves dos metalúrgicos do ABC, por exemplo, o tratamento da revista era um, mas, quando as reivindicações eram pela democracia, como a campanha das “diretas já” em 1984, a revista dava outro tipo de tratamento chegando inclusive a apoiar e até a divulgar as cidades, as datas e os locais onde deveriam ocorrer as manifestações.

A revista *Veja*, que anteriormente defendia os militares e criticava qualquer forma de política que não fosse exclusivamente de defesa das oligarquias, no momento de transição continua fazendo a mesma defesa, só que agora ela tem duas alternativas que se alternam hora ao lado do PMDB, hora ao lado do PDS, por exemplo: “caiu num momento bem apropriado, às vésperas do carnaval, a junção do PP com o PMDB, um assunto que há dois meses vinha aborrecendo a paciência do público”, na mesma edição ela fala ainda que, “o novo PMDB de Ulisses Guimarães e Tancredo Neves está sob ofensiva do governo, que quer a vitória do PDS” (*Veja*, 24/02/1982, p.20). Nesse momento ela posiciona-se de forma contrária ao PMDB. Em outro momento,

vai se tornando uma praxe, previsível e regular como o movimento das marés. Membros do principal partido da oposição, o PMDB, dizem uma barbaridade qualquer em plena luz do dia e logo depois, confrontados com a necessidade de assumirem a responsabilidade com aquilo que acabaram de dizer, refugiam-se sempre no mesmo truque: suas palavras não foram bem interpretadas e, portanto, não significam o que todo mundo pensou que significassem. (*Veja*, 28/04/1982, p.19)

Nesse mesmo período, ela já está publicando uma série de entrevistas que poderiam ser interpretadas como uma possível construção do pré-candidato Paulo Maluf, na edição seguinte, novas ofensivas ao PMDB, ela publica que, “a ofensiva de Paulo Maluf sugere que o uso intensivo da televisão será uma das grandes armas do PDS” (*Veja*, 17/03/1982, p.20), alguns dias depois, “Maluf: um candidato forte (...) Maluf deixa o governo de São

Paulo já como candidato a Câmara Federal e à sucessão presidencial”. (Veja, 19/05/1982, p. 28)

Essa forma de noticiar as disputas que ocorriam no país passa a impressão de que a revista está defendendo a candidatura do PDS e também de Paulo Maluf, esse vai ser presença constante na revista até a eleição presidencial que ocorre somente dois anos depois, em 15 de janeiro de 1985. Veja só passa a estabelecer críticas a Maluf em meados de 1984 após a consolidação do “racha” no PDS que deu origem à Frente Liberal.

Os dois casos citados se referem ao mesmo ano e são críticas à oposição, porém a revista tece críticas ao próprio governo. A mais clara delas é quando a revista ataca uma proposta de “reforma urbana” o que chama a atenção não é nem a forma com que ela ataca a “reforma” em si, mas sim a construção dessa crítica.

O projeto de “reforma urbana” foi proposto pelo próprio governo, em um momento em que, segundo a Veja, a “máquina governamental está sofrendo de esquizofrenia profunda, e que o comando do país não é mais capaz de controlar fatias inteiras de sua burocracia nem dar-lhe um mínimo de coerência.” (Veja, 03/02/1982, p.19) Aqui, Veja está mostrando uma das faces da crise política do país, a dúvida está em saber o que ela consideraria como “coerência”. Na seqüência, ela descaracteriza a proposta de reforma urbana do governo associando-a ao projeto que ela chama de “*espasmos socialistas*”.

a última invenção a ser regurgitada das profundezas do corpanzil federal é um projeto de ‘Reforma urbana’ que se aproxima da fronteira da **insânia**. Um assalto frontal ao **direito de propriedade**, o projeto brinca de **desapropriar**, onerar, taxar e permite que o Estado faça praticamente o que quiser com os imóveis dos outros. [grifei] (Veja, 03/02/1982, p.19)

Veja faz uma descaracterização do projeto do governo usando termos pejorativos que aparentam um despreparo ou então um descontrole por parte do governo, mas o que ela está realmente combatendo não é a reforma urbana em si, e sim, a defesa da propriedade privada, qualquer proposta que viesse a romper com essa lógica deveria ser combatida. Aqui ela está dizendo que uma proposta como essa não pode nem mesmo ser cogitada, principalmente em uma conjuntura de crise governamental.

A revista caracterizou esse projeto como sendo socialista, mas, no entanto é um projeto do governo, e não da oposição muito menos da esquerda, nesse ponto ela volta a

intervir de forma contrária a qualquer coisa que mesmo em hipótese lembre uma proposta à esquerda, essa deve ser rejeitada até mesmo enquanto proposta.

**O governo deixa claro, em todas as oportunidades, que não lhe passa pela cabeça permitir que a oposição, sobretudo a oposição de esquerda, governe um dia o país.** No entanto, permite que germinem no interior de seu corpo, **espasmos socialistas** como a idéia de ‘reforma urbana’ – um projeto que o PT, por exemplo, se estivesse no poder, mexeria muito pouco, ou talvez até nada. [grifei](Veja, 03/02/1982, p.19)

Aqui podemos perceber que a revista está impondo limites à democracia, ou seja, ela pode até existir, mas com restrições e com a defesa de um modelo de Estado que rejeite qualquer tipo de proposta que venha a entrar em conflito com os interesses das classes dominantes. Ao mesmo tempo, ela tem a preocupação em defender um interesse maior e de cunho liberal, defender a propriedade privada e ao mesmo tempo descaracterizar qualquer possibilidade de que a esquerda chegue ao poder. Até mesmo quando a esquerda não tem nada a ver com o que esta sendo proposto, ela é rechaçada junto à revista e principalmente junto ao “leitor”, inviabilizando assim qualquer espaço de divulgação da esquerda dentro da revista.

Vale lembrar que o ano de 1982 foi o ano da volta das eleições diretas para governador em todos os Estados. Veja tem uma participação na cobertura das eleições e também durante a campanha quando publicou uma série de pesquisas sobre a intenção de voto da população.

Na cobertura após as eleições ela mostra as comemorações publicando fotos, por exemplo, de Figueiredo comemorando ao lado de Antonio Carlos Magalhães na Bahia, faz críticas ao governador eleito no Rio de Janeiro, Leonel Brizola a quem ela atribui como uma “mancha” no quadro dos governadores eleitos, além da “vasta derrota imposta pelos eleitores ao PT”. (Veja, 24/11/1982, p.19)

Ao longo do ano de 1983 fica perceptível novamente a continuação da crise política, a incapacidade das classes dominantes em retomar o crescimento do capitalismo nacional e dessa forma, retomar o aumento do acúmulo privado de capital. Nesse momento, fica perceptível a incapacidade da direita de reorganizar também o cenário político do país. Isso pode ser percebido pelas dificuldades que os governadores vão encontrar após a posse frente aos Estados.

Nesse sentido, Veja apresenta que “Montoro, Brizola e Richa enfrentam problemas nos Estados”. (Veja, 06/04/1983, p.19) Na semana anterior, ela havia destacado que “como Montoro, os novos governadores rastreiam a máquina do Estado e já começam a enxugar os gastos públicos”.(Veja, 30/03/1983, editorial) Enxugar os gastos públicos significa uma redução da presença do Estado, esse tipo de política pode ser o reflexo do que a Veja defende enquanto política de Estado, ou seja, um pequeno indício da defesa de um Estado liberal.

E como síntese da relação entre o Estado e a crise, Veja se posiciona da seguinte maneira, “o drama real é que o governo atual não governa. Mais do que a credibilidade administrativa, ele foi perdendo nos últimos anos a capacidade de agir, e hoje se vê inerte no meio de forças que não controla e muitas vezes nem compreende.”(Veja, 25/05/1983, editorial) Nesse momento, Veja explicita a crise do controle do Estado em gerir tanto a economia quanto a política. Quando ela afirma que o governo “foi perdendo” a capacidade de agir, ela remete à idéia de que antes o Estado agia, logo se a crise se dá por esse fato, então é porque antes a situação estava controlada, mesmo que esse controle fosse feito pela coerção, embora isso ela nunca fez questão de mostrar.

Dessa forma podemos caracterizar a crise política que o Brasil enfrentava entre os anos de 1982, 1983 e 1984. Essa crise política é reflexo de uma série de outras que o país enfrentava naquele momento, a origem dessas crises podem ser contabilizadas principalmente a partir do fim do “milagre brasileiro” onde o Estado e a classe dominante foram perdendo a capacidade de aumentar seu acúmulo de capital. As greves operárias que estouraram principalmente depois de 1978 no ABC paulista e se arrastaram por diversas outras regiões do país. A partir desse momento tornou-se inevitável a construção de um outro projeto capaz de tirar o foco das reivindicações da classe trabalhadora, aliando (ou alienando) essa a um novo projeto de desenvolvimento para o país. A saída nesse momento poderia ser a de dar ao povo uma bandeira para defender, essa bandeira pode muito bem ter sido a defesa da democracia.

## **2.7 Veja a “Pequena” e a “Grande Política”**

Na edição de 15/02/1984 começam a aparecer os primeiros rachas dentro do PDS. Paulo Maluf nunca foi uma unanimidade dentro do partido, desde o início de sua campanha algumas dissidências do partido se opuseram a ele. A realidade até aqui, é que existem quatro candidatos oriundos da velha Arena, Aureliano Chaves, Mário Andreazza, Marco Maciel e Paulo Maluf, esse apesar de ser o candidato mais forte do partido, foi o primeiro deles a entrar em campanha, não enfrenta apenas os outros três candidatos do seu partido, mas enfrenta uma ala liberal do PDS que defendia as diretas e a rejeição do seu nome que entre os quatro é a maior tanto dentro quanto fora do PDS. (Anexo I, nº 803, 805, 807)

Segundo declarações atribuídas pela revista Veja ao então ministro do planejamento, Leitão de Abreu, “a estratégia de Leitão ficou mais clara nas últimas semanas, quando ele repetiu em diversas ocasiões que se o deputado Paulo Maluf sair vitorioso na convenção do PDS, vamos detê-lo no Colégio Eleitoral”. (11/01/1984, p.21)

A revista Veja traz ainda, outros elementos que demonstram a rejeição de Maluf tanto dentro quanto fora do PDS. Osmar Santos, o locutor esportivo da Rede Globo que usou de sua simpatia com o povo para figurar como um dos líderes da campanha pelas “diretas Já”, declarou que “Maluf é o Brasil da desesperança”. (Veja, 25/01/1984 p.05)

Outra declaração sobre a rejeição do Maluf aparece em entrevista à revista, é a declaração do deputado Thales Ramalho, do mesmo partido do governo, argumentando que “não há hipótese de eu gritar lá (...) Paulo Salim Maluf, elas não passam na minha garganta”. Em outro trecho da entrevista, “Thales Ramalho, dizia, na sexta feira em Recife: ‘nós não nos podemos nos enganar e pensar que os militares vão aceitar um Brizola ou qualquer outro incendiário no poder. E é este o risco de uma eleição direta agora’”. (25/01/1984 p.22)

Thales Ramalho referia-se à forma de votação nas eleições indiretas, na qual cada membro do Colégio Eleitoral deveria falar nos microfones da Assembléia o nome do candidato em que ele estava votando e que se isso ocorresse e ele próprio defende que deveria ocorrer, não votaria em Maluf. Mas por outro lado ele segue a linha argumentativa do seu partido, afirmando que seria um “risco” as eleições diretas naquele momento.

Com a proposta do deputado do PMDB Dante de Oliveira<sup>4</sup> de restabelecer de imediato às eleições diretas, essa, se contar com o apoio de possíveis dissidentes do PDS, conforme já parecia existir naquele momento, esses dois fatos (eleições diretas e/ou a ala liberal concretizar sua ruptura com o PDS) se concretizassem poderiam se tornar em uma grande ameaça para as pretensões de Paulo Maluf.

Se a direta fosse aprovada, o PMDB seria o grande favorito já que aparentemente era o partido que estava construindo a campanha das “diretas já”, dessa forma, o PDS teria as suas chances extremamente reduzidas e Maluf que tinha uma grande rejeição da população sabia que dessa forma não teria muitas chances e por isso é que defendia as indiretas, o que lhe dava plenas condições de ganhar as eleições.

A outra possibilidade, era a de caso se concretizasse a ruptura dos liberais do PDS, esses não teriam bases para disputar uma eleição em nenhum dos casos (direta ou indiretamente), mas, no entanto, poderiam definir não somente a forma das eleições como também influir diretamente no resultado.

O tom das argumentações da cúpula do PDS apresentadas pela Veja até aqui, é a de que a oposição estava aliada, ou que dentro da oposição estavam membros considerados “comunistas”. Estas “ameaças” eram o PT, PC do B, Brizola, Roberto Freire, entre outros. Não sabemos até que ponto isso poderia se tornar uma “ameaça” a “segurança nacional”, ou se era apenas uma forma de argumentação dos militares para defender a permanência da eleição indireta que a princípio era a garantia do PDS de eleger o próximo presidente. A base de argumentações do governo, apresentadas pela Veja como parte de um relatório encomendado pelo próprio presidente Figueiredo, apresentava que:

Na segunda feira, Figueiredo manteve um diálogo com o general Walter Pires, ministro do exército que antes tivera o cuidado de sondar os comandantes das principais unidades militares do país e deles recolhera, em geral, a má vontade em relação à direta e, em particular, o temor de que ela conduza à Presidência da República o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. (Veja, 15/02/1984 p.22)

O fato era que naquele momento, o povo estava nas ruas, a bandeira de luta que vinha sendo levantada era a da redemocratização do país, sintetizadas pela campanha das

---

<sup>4</sup> Segundo a Revista Veja, Dante de Oliveira, mato-grossense, 32 anos “filho de um ex-deputado estadual da antiga UDN de Mato Grosso, (...) militou na organização da extrema esquerda MR-8 até 1982, quando achou mais sensato conceder exclusividade como ativista ao PMDB” (Veja, 15/02/1984 p.23)

“diretas já”. O que não se questiona é quem financiava a campanha pelas diretas, tenta-se criar uma idéia de que ela tenha surgido dos anseios populares, da vontade do povo de escolher o presidente. O quê não fica evidente é como que uma campanha que havia surgido por volta do final de 1983 e início de 1984, em tão pouco tempo ganhara o apoio de artistas, dos meios de comunicação, de parte significativa dos políticos (inclusive do próprio partido do governo) e logo de grande parte da população que se aglomerava nos comícios nas grandes cidades em todo o país, essa é uma lacuna da qual a Veja não nos ajuda a responder.

Para a revista Veja,

Á medida que o tempo avança e a sucessão do presidente João Figueiredo se complica, os brasileiros começam a ver desfilar diante de seus olhos, de maneira cada vez mais aberta e ruidosa, uma briga de alta megatonagem dentro do próprio governo, (...) Desde já, resulta com maior clareza que a opção tomada em favor da manutenção do status quo é perigosa. Não se vê em torno dela nenhum sinal de apoio por parte da opinião pública. Sua viabilidade prática, em termos de aceitação pela maioria das forças políticas, é reduzida. (Veja, 28/03/1984, p.19)

Em relação ao PDS, é fácil entender porque eles não queriam em hipótese alguma as eleições diretas, eles tinham todo o sistema a seu favor, estavam no governo, tinham a maioria no Colégio Eleitoral e seu maior adversário real era o PMDB que apesar de agregar boa parte da oposição de esquerda do país, não era um partido que propunha um rompimento radical com as bases estruturais do Estado Brasileiro.

Um dos principais membros do PDS a dar a sua opinião sobre o assunto foi o ex-presidente Emílio Médici, para ele,

“é uma piada falar em eleição direta agora”, costuma dizer o ex-presidente a seus raros interlocutores. “Afinal, o PDS tem a maioria, e não vai permitir a mudança das regras do jogo”. Impressionado com a pressão pela volta da direta – e sobretudo com as cenas do comício da Praça da Sé, que viu pela televisão -, Médici entende que o PDS deveria unir-se em defesa das regras constitucionais que norteiam a sucessão. (...) Apesar das simpatias por Maluf, Médici acredita que restabelecer agora a eleição direta equivaleria a assinar agora a nomeação do governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola à Presidência da República. (Veja, 15/02/1984, p.24)

O ex-presidente faz uma breve análise da conjuntura do país naquele momento, segundo ele,

Não há dinheiro para pagar a dívida do governo federal, nem meios de aumentar a arrecadação através dos impostos. Na sua ótica, “os ricos estão ficando milionários, os pobres enfrentam uma situação de miséria” e a classe média sofre um progressivo e perigoso achatamento. Ele acha que, mesmo agindo com extrema austeridade, eliminando gastos supérfluos, o Brasil demorará alguns anos até que as finanças públicas recuperem a saúde. (Veja, 15/02/1984, p.24)

Os argumentos apresentados pelos dirigentes do partido do governo de que a esquerda estava se organizando e ameaçava a “segurança nacional” parecia mais com um resgate do seu velho discurso de quase vinte anos antes, quando tomaram de assalto o controle do Estado pelo golpe de 1964.

O presidente informou, primeiro, que solicitara a seus ministros militares, na semana anterior, uma avaliação do quadro atual, (...) promovidos pelos órgãos de informação das três armas e do SNI (...) O documento sustenta que a campanha pela volta da eleição direta é inspirado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), afirma que as manifestações promovidas pela oposição já afetam a **segurança nacional** e alerta para uma escalada esquerdista que requer a pronta reação das forças políticas leais ao governo, em defesa da manutenção do Colégio Eleitoral. Em resumo, é preciso conter a campanha pela direta. [grifei](Veja, 22/02/1984, p.18)

Essa linha de argumentação só reforçaria aquilo que poderia se tornar em um novo golpe caso o governo saísse derrotado com a aprovação da emenda Dante de Oliveira. Nesse caso, ficam claros os limites impostos à democracia, ou seja, ela poderia até existir, desde que, por si só, fosse capaz de eliminar as contradições entre esquerda e direita e logicamente, para garantir a “segurança nacional” a esquerda deveria ser rechaçada pelos eleitores.

As chances reais de a proposta do deputado Dante de Oliveira ser aprovada só existiam caso o racha do PDS ocorresse antes da votação, mas após uma reunião de cúpula entre os quatro candidatos do partido juntamente com o presidente e os principais ministros militares, essa possibilidade estava bem reduzida.

Nessa reunião o presidente Figueiredo apresentou um relatório que ele havia encomendado aos principais membros das forças armadas e do SNI, a partir desse relatório é que o governo tratou de colocar o seu partido em apenas uma direção.

O relatório avisa que a eleição direta **de forma alguma** será implantada na esteira das pressões populares e sugere que a “marcha à Brasília” – que levaria a Brasília, no começo de abril, milhares de manifestantes dispostos

a pressionar o congresso para a aprovação da emenda pró-direta – configura um desafio intolerável à autoridade do governo, que deverá ser neutralizado mesmo se forem necessárias **medidas de força**. [grifei] (Veja, 22/02/1984, p.19)

Um relatório que se colocava como obstáculo para as eleições diretas à articulação de um movimento de esquerda resumia apenas duas coisas, a primeira delas é que para um país que pretendia construir uma abertura democrática, significa que esse deveria ser um governo para a maioria, nesse caso, essa maioria não poderia ser comunista. Isso fica aparente quando o governo e a revista colocam Brizola como tal e afirmam que ele seria o grande vencedor em caso de uma eleição direta.

A segunda questão é que esse relatório pauta-se sob uma suposição de que a esquerda ganharia a eleição, não aparece pelo menos na Veja, nenhuma pesquisa ou então alguma evidência de que isso poderia acontecer de fato. Trata-se de um documento dos militares para os militares, nesse caso, toda a argumentação do governo servia apenas para reafirmar que “de forma alguma” as eleições diretas iriam ocorrer.

O fato de o governo e a revista colocarem tal nota antes da “marcha à Brasília”<sup>5</sup> ocorrer e o possível desfecho caso ela ocorra, “medidas de força” soa como uma ameaça ao povo, o governo está dizendo abertamente que poderá usar de força contra os manifestantes. Ou seja, pelo que depender do governo, as eleições diretas não iriam acontecer.

Na seqüência da reunião,

Terminada a leitura do documento-síntese, ele reconheceu a existência de insatisfações populares, canalizadas pela oposição para a campanha pró-direta, mas sublinhou que era preciso manter as regras do jogo. Expôs aos quatro candidatos presentes, então, duas hipóteses. Na primeira todos seguiriam em campanha, com o compromisso de que os perdedores apoiariam o nome vitorioso na convenção. Na segunda, os quatro retirariam a candidatura em favor de um nome de consenso. (Veja, 22/02/1984, p.19)

Esses quatro nomes eram todos do partido do governo, até esse momento eles contavam que as eleições estivessem ganhas o que naquele momento era extremamente possível pelo sistema indireto. Mesmo reconhecendo a insatisfação popular eles frisam

---

<sup>5</sup> A “Marcha à Brasília” nesse caso, seria organizada pelas lideranças ligadas ao movimento das “diretas já” que deveria mobilizar manifestantes de vários pontos do país para se locomoverem a Brasília no dia da votação da Emenda Dante de Oliveira.

novamente que devem “manter as regras do jogo”, regras essa criadas pelos próprios militares em benefício dos próprios militares.

Até esse momento ainda não é possível prever a possibilidade de um “racha” no partido do governo, mas desde a referida reunião já se pode notar a preocupação do partido em manter o apoio ao candidato que saísse vencedor nas prévias do PDS, tendo em vista que se caso mantivesse essa linha política o partido do governo elegeria o presidente.

## **2.8 As “diretas já” como proposta hegemônica para a solução da crise**

Em 1984, quando a campanha pelas eleições “diretas já” ganha as ruas em todo o país, *Veja* passa a divulgar as grandes manifestações públicas que naquele momento poderiam ser entendidas como a vontade popular já que uma grande parte da população manifestava-se favorável às eleições diretas para presidente. Nesse momento, *Veja* passa a apoiar essas manifestações, *Veja* cobriu semanalmente as várias manifestações pelas diretas em todo o país.

As diretas foram, decerto, uma bandeira eminentemente política, uma palavra de ordem simples e contundente. Propunham a ruptura com um dos principais mecanismos da estratégia de liberalização adotada pelo regime militar, isto é, a eleição indireta para presidente da República, por meio de um Colégio Eleitoral com maioria controlada pelo governo, (Rodrigues, 2003, p.11)

As chamadas “diretas já” podem ser um sinal para essas afirmações, talvez por isso é que tiveram tanta ênfase na *Veja*. Ela desenvolve uma perspectiva de que as eleições diretas atingiam maior legitimidade junto à sociedade, dessa forma, passava a impressão de que a melhor saída era a abertura política. Ao mesmo tempo, ela assimila o discurso dos militares afirmando que havia uma possibilidade da esquerda ganhar as eleições. Nesse caso, necessitava-se construir um antiesquerdismo, papel que a revista já fazia desde sua primeira edição. Essa política de descaracterização da esquerda pode ser encontrada tanto no governo quanto na revista, conforme *Veja* já expressou anteriormente ao reproduzir que “o governo deixa claro, em todas as oportunidades, que não lhe passa pela cabeça permitir que a oposição, sobretudo a oposição de esquerda, governe um dia o país” (*Veja*, 03/02/1982, p.19).

As eleições foram a melhor forma de reorganizar a política nacional sem necessariamente mudar radicalmente a estrutura do Estado, ou seja, os militares deixariam o centro do poder que é a presidência, mas as bases políticas que lhes davam sustentação (MDB e ARENA) continuariam a disputar o poder, só que agora com uma bandeira de respeito às instituições democráticas.

Quando a revista traz à tona a campanha pelas “diretas já” passa uma impressão de que essa era a única manifestação da vontade popular,

O grande comício realizado na semana passada em São Paulo, tema da reportagem de capa desta edição, foi uma das mais patentes **demonstrações de apoio da população a uma idéia política jamais ocorrida no Brasil**. A manifestação não só deixou claro mais uma vez, qual o caminho que os brasileiros preferem para se fazer a atual sucessão – mostrou, também, que o número de pessoas dispostas a sair de casa para expressar esse desejo é muito maior do que poderia se supor. [grifei] (Veja, 01/02/1984, p.19)

Talvez para Veja que já se manifestou anteriormente sobre o assunto afirmando que independentemente da forma que o novo presidente fosse eleito, *direta* ou *indiretamente*, para ela o importante naquele momento era promover uma mudança nos rumos políticos/econômicos do país, mas essa mudança deveria atender não somente o campo político, ela deveria servir para a retomada do processo de acumulação de capital e que essa acumulação deveria ser para a iniciativa privada, ao mesmo tempo deveria conter a esquerda os movimentos sociais e as greves. A partir de 1984 ela defende a eleição direta mas ao mesmo tempo deixa em aberto a possibilidade de ser mantida a indireta.

Por outro lado, isso poderia ser uma forma de maquiagem o verdadeiro projeto que ela defende e que já deu sinais de qual era. Conforme citado aqui anteriormente, um projeto de cunho liberal, juntamente com a redemocratização. Com relação à construção de um projeto, *democratizante, liberal*, Veja passa a trabalhar de duas formas, a primeira delas, é a “política do dia-a-dia” ou “pequena política” é em relação às eleições. Nesse campo, ela procura fazer uma cobertura mais geral das eleições, como foi o caso das eleições para governadores de Estado em 1982 onde a revista faz uma cobertura que envolve pesquisas de intenção de voto, publicadas quase que semanalmente em suas edições e a abertura de espaço a apenas alguns candidatos entre outras táticas de intervenção.

Nesse sentido Veja muda constantemente de posição hora dando a entender que está de um lado, hora de outro, conforme será abordado posteriormente. Quando a revista faz esse tipo de comentário, passa uma impressão de neutralidade, que ambas as propostas são passíveis de críticas, e como só havia duas candidaturas possíveis e nenhuma era de esquerda. Tendo em vista que no início da campanha pelas “diretas já” o sistema vigente era o voto somente no Colégio Eleitoral que era dominado basicamente por dois grandes partidos, o PDS e PMDB, nesse caso os demais partidos deveriam se coligar com os dois se quisessem disputar as eleições. Como a proposta das diretas foi rejeitada pelo Colégio Eleitoral, em nenhum momento a esquerda teve a oportunidade de se organizar para disputar as eleições. Mas o que não está presente em nenhum momento é o fato de terem apenas duas candidaturas, ou seja, em pleno momento de abertura política apenas duas frentes poderiam pleitear o cargo de presidente da República.

A outra forma é, conforme já discutimos anteriormente, a “Grande política”, trata de questões que são mais amplas e que podem ser identificadas na revista quando ela trata das propostas políticas e econômicas. Essas matérias tratam basicamente da construção hegemônica de democracia; da defesa de uma economia liberal; e do antiesquerdismo.

O primeiro ponto, construção hegemônica de democracia, a revista Veja constrói, conforme já foi citado anteriormente, um consenso em torno da idéia de uma dada democracia, isso já vinha sendo feito anteriormente, mas é a partir das eleições para governadores em 1982 e posteriormente nas campanhas das diretas já, em 1984, que a revista passa a dar mais ênfase para a construção de um projeto democrático. Com a possibilidade do surgimento de uma crise na direção política que o país estava passando, a necessidade de reorganizar a política nacional era evidente, daí então a necessidade de demonstrar alguma mudança para a população.

Entre janeiro e abril deste ano, um dos períodos mais importantes da moderna história política brasileira, emergiu a vista de todos um novo Brasil. **Em defesa de uma idéia e levados por um formidável desejo de mudança, milhões de cidadãos foram às ruas pedir eleições diretas para presidente da República.** (...) Depois de uma demonstração tão patente de desenvolvimento político como a que foi dada pela campanha das diretas, bem como pela reação popular ao seu desfecho, sustentar que a população brasileira não está preparada para exercer a plenitude do sufrágio universal não é apenas uma atitude retrógrada. É, sobretudo, uma elementar agressão aos fatos. [grifei] (Veja, 02/05/1984, p.19)

Se a população foi às ruas exigir democracia é porque naquele momento não havia muitas opções de saída para solucionar a crise política que os “militares” haviam criado. Nesse momento, começa a ocorrer uma mudança no que foi chamado aqui de “pequena política”, até esse momento (meados de 1984) Veja parecia ter maior identificação com a candidatura do PDS, mas a partir daqui ela muda sua tática de defesa e passa a dar maior apoio ao candidato do PMDB. Atitude essa que vai ser marcada mais adiante com o surgimento da chamada “Frente Liberal”.

Paulo Maluf era um nome que vinha sendo trabalhado pela Veja desde 1982, quando esse foi classificado pela revista como “Maluf: um candidato forte”. Na mesma edição a matéria de capa trazia o seguinte destaque: “Maluf deixa o governo de São Paulo já como candidato à Câmara Federal e à sucessão presidencial”. (Veja, 19/05/1982, p.28) A partir daí, o pré-candidato era presença constante na Veja.

Esse quadro só começa a mudar em 1984, no mesmo período em que existe um “racha” do PDS que vai originar entre outras correntes, a chamada Frente Liberal,

A consolidação da **Frente Liberal** de dissidentes do PDS, liderada pelo vice presidente Aureliano Chaves e pelo senador Marco Maciel, é no momento um fator de peso no encaminhamento da sucessão presidencial, podendo mesmo, se os seus integrantes efetivamente levarem até o fim as intenções que anunciam hoje, determinar o resultado final da disputa. (...) Mais importante que a atuação da Frente Liberal no atual processo sucessório, talvez seja o significado mesmo desse movimento, e seus possíveis desdobramentos para o futuro. [grifei] (Veja, 18/07/1984, p.19)

Até aqui ela está demonstrando a ruptura do PDS e o surgimento e consolidação de uma nova tendência dissidente da velha ARENA, mas que já ganha o apoio da Veja que se esforça em colocá-la como alternativa para a democracia, diferentemente do PDS que passa a ser colocado como continuação do sistema dos militares. Nesse sentido, os mesmos dissidentes do PDS vão defender seu projeto de democracia mantendo-se contrários aos “extremismos” e favoráveis à consolidação de uma política de centro e liberal.

A orientar estas forças políticas, com efeito, pode haver mais que a simples rebeldia de descontentes com este ou aquele candidato à sucessão. Pode haver, ali, as sementes para a **formação de um movimento político de centro, liberal e equidistante dos extremos**, capaz de atrair o apoio de todos aqueles que não se conformam com a maneira pela qual o país vem sendo conduzido, mas também não acreditam nas alternativas pregadas pelos adversários radicais do governo, nem concordam com elas. A

organização das forças políticas centristas, tentando sem sucesso outra vez, poderia ser o desaguadouro das ações da **Frente Liberal**, que assim **assumiria o papel de pólo de atração nacional** para as diversas tendências hoje espalhadas pelo espectro partidário. [grifei] (Veja, 18/07/1984, p.19)

A revista destaca ainda a influência que essa nova corrente poderia ter no futuro político do país, e que não era apenas oriundo de uma disputa interna por causa desse ou daquele candidato a sucessão, e que “pode haver, ali, as sementes para a formação de movimento político de centro, liberal e equidistante dos extremos, capaz de atrair o apoio de todos aqueles que não se conformam com a maneira pela qual o país vem sendo conduzido, mas também não acreditam nas alternativas pregadas pelos adversários radicais do governo, nem concordam com elas”.

Nesse momento de disputas Veja apontava alguns caminhos:

Como explicar ao país que a oposição aceita uma emenda que não propõe a eleição direta para já? Só há uma maneira: conseguindo-se uma indireta que não eleja nem Maluf nem Andreazza. Tancredo acredita que nem essa parte da operação pode ser conseguida, mas nem ele nem ninguém é capaz de lançar à mesa um nome que tenha um amparo popular tão amplo quanto o desamparo em que estão os dois candidatos do PDS. (Veja, 02/05/1984 p.23)

Aqui fica perceptível o papel conciliador exercido por Veja, ao mesmo tempo em que ela apresenta a formação de uma nova tendência – “Frente Liberal” – ela já mostra o papel que essa “Frente” esta assumindo diante do leitor.

Isso mostra a proximidade de Veja com os liberais, esses são colocados na “Vitrine” da revista, como opção viável, livre de “radicalismos”, e com papel centralizador, “o atual movimento de dissidências, neste caso, estaria realmente prestando um serviço ao país e a sua vida política”. (Veja, 18/07/1984, p.19)

Cabe questionar aqui o quê seria esse “centro” que Veja esta apresentando no caso, ela coloca a “Frente Liberal” como centro entre os “radicalismos”, tanto de esquerda (que ela insiste em afirmar que é o Brizola ou o Lula) quanto de direita (no caso, os militares). Mas e a “Frente Liberal” seria centro ou seria outro extremo? Eis a Questão.

É nesse momento que a Veja começou a defender uma outra candidatura, colocando-se como defensora dos interesses políticos da Frente Liberal, esses interesses são colocados não como os interesses dos liberais, mas como os interesses da população

assumindo “o papel de pólo de atração nacional.” Na seqüência, a confirmação dessa tendência.

O atual movimento de dissidência, nesse caso, estaria realmente **prestando um serviço ao país e à sua vida política**. Num momento de dificuldades como o de agora, e numa sociedade com problemas e divisões tão grandes como a brasileira, é essencial para o equilíbrio político de um centro forte e organizado. **Sem ele será impossível cogitar seriamente a estabilidade, ou de qualquer projeto duradouro para a democracia no Brasil.** Haverá apenas a luta entre os extremos e nesse tipo de conflito, como sempre, o que menos importa são os interesses da maioria. [grifei] (Veja, 18/07/1984, p.19)

Aqui, ela coloca a Frente Liberal como a melhor alternativa para a solução dos problemas políticos e econômicos “do país”, por outro lado, fica a indagação, se esse é, segundo a própria Veja, “um centro forte e organizado”, quanto a isso, subentendesse que um extremo é à esquerda e o outro? Poderia ser os nacionalistas ou até mesmo os próprios militares que naquele momento era justamente o regime a ser superado devido a sua incapacidade de retomar o crescimento econômico do país. Ou seja, uma corrente política que tende a convergir com os principais partidos e ao mesmo tempo excluir os chamados radicalismos, que seriam no máximo os sindicatos e alguns movimentos sociais.

Quando o foco das atenções da revista passa a dar mais espaço ao candidato do PMDB, esse é colocado como o grande defensor das diretas, ao mesmo tempo é construída a imagem do candidato das massas que saíam às ruas exigir por democracia. “A obstinação do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, transformou a campanha das diretas em um sucesso político”. (Anexo I, nº 815) (Veja, 18/04/1984, p.32)

Nota-se que aqui ela começa a se colocar de forma contrária ao PDS publicando notas como:

De fato, tem sido uma característica deste processo o fato de que o partido do governo não quer o candidato que o público poderia querer, o vice-presidente Aureliano Chaves; em vez disso, quer o deputado Maluf, ou o ministro Andreazza, que são, justamente, **aqueles que a população rejeita**, por não confiar no primeiro e por achar que o segundo representa a **continuação de um governo sem esperanças**. [grifei] (Veja, 13/06/1984, p.19)

Aqui ela se posiciona de forma contrária ao partido do governo alegando que esse era rejeitado pela população pelo fato de representar um continuísmo de um governo que já não dava mais certo. Percebe-se que ela está construindo uma idéia contrária ao

continuísmo que é aqui representado pelo PDS. Essa forma de caracterização adotada pela revista continua na semana seguinte:

O deputado Paulo Maluf mostrou na semana passada, mais uma vez, que é o candidato que mantém a caminhada mais firme para obter no início do próximo mês de setembro, na convenção do PDS, a candidatura do partido para a sucessão do presidente. (...) Nos círculos em torno da sua candidatura argumenta-se que **apoio popular** é algo que **não** está em questão na presente disputa – **trata-se de escolher, para presidente da República, não o preferido pela opinião pública, mas sim o preferido pelo Colégio Eleitoral.** [grifei] (Veja, 20/06, 1984, p.18)

Neste momento, Veja está apontando para uma idéia de continuísmo e que o partido do governo não está preocupado com o apoio popular. Nesse sentido, ainda na primeira metade de 1984, antes da revista passar a se posicionar claramente a favor da “oposição” ela usou uma outra linha de argumentação que é a de contestar a legitimidade das eleições indiretas, conforme já foi citado anteriormente.

O país começou a viver, desde a semana passada, a fase de sua vida política que ficará conhecida como a da ‘negociação’ – tradução para todas as tentativas, mais ou menos amplas, de evitar que o Brasil amanheça no dia 16 de janeiro de 1985 tendo na presidência, com posse marcada para dali a dois meses, um dos dois candidatos do PDS que no momento reúnem as maiores possibilidades de vencer a disputa sucessória pelo sistema **indireto** hoje em vigor. [grifei] (Veja, 09/05/1984, p.20)

A preocupação da revista aqui é a de que para ela eleger indiretamente um dos candidatos do PDS, possivelmente Paulo Maluf, esse não teria o apoio popular, algo que a oposição no caso, Tancredo Neves, teria principalmente depois da campanha das diretas ter ganho o apoio popular em todo o país.

A solução que a revista está propondo aqui é que para atender as reivindicações da sociedade, necessitava-se criar um sistema eleitoral que viesse a se justificar diante dessa sociedade. Essa legitimidade não aconteceria no sistema indireto, esse reproduziria a idéia de continuísmo de um regime político e econômico que não atendia mais aos anseios da classe dominante.

A criação de uma idéia de consenso deve necessariamente vir acompanhada da legitimidade popular. É através dessa legitimidade que se cria uma hegemonia em torno de um determinado modelo econômico e político. O que estava sendo proposto naquele momento era a formulação de um projeto que viesse a se tornar hegemônico e exatamente

por isso necessitava de apoio popular. Uma proposta de eleição indireta, nesse momento vinha no caminho contrário aos interesses da população, pelo que Veja vinha mostrando nas diversas manifestações públicas em todo o país. É aqui que talvez o objetivo da revista, construir uma proposta política hegemônica, com amplo apoio popular, estivesse ameaçada. Apoio popular não é necessariamente o que fundamenta a proposta da revista Veja, mas ela faz questão de mostrar que a população está nas ruas, e quer “eleições diretas já”. Associar as manifestações populares a uma proposta liberal, isso sim é papel que a Veja exerce em defesa de seus interesses.

Ainda na primeira metade de 1984, Veja abre espaço para o que possivelmente seria a sua campanha, a defesa das “diretas já”. Essa idéia só começa a ser difundida na revista em 1984, antes disso ela nem sequer questionava as eleições indiretas. Eleições diretas é um termo que aparece poucas vezes nas páginas da revista antes de 1984 e quando aparece está se referindo geralmente como algo a se pensar para o futuro.

As campanhas em prol das eleições diretas surgem na revista concomitantemente ela surge nas ruas, em janeiro de 1984. Logo que as primeiras manifestações saíram às ruas das grandes cidades do país, Veja passou a cobrir a campanha como se essa fosse a única reivindicação popular, de fato, era a principal proposta conciliatória, pois reunia de setores da cúpula da elite nacional até algumas das tendências que emergiam dos movimentos populares. A campanha das diretas consegue obter o apoio da população e com isso ganha terreno no campo político, passando a exercer uma forte pressão sobre a sociedade política. Não há dúvida que as manifestações tinham como bandeira a redemocratização do país, esse era o principal motivo que levava milhões de pessoas aos comícios e passeatas. A questão que fica é entender o porquê isso tinha tanto apoio da revista Veja. (Anexo I, nº 804, 810 e 815)

## **2.9 A rejeição da Emenda Dante de Oliveira**

A proposta do deputado Dante de Oliveira de restabelecer as eleições diretas para 1985, causou um certo impacto na sociedade de uma forma geral. A proposta causou impacto não apenas no governo, mas também mexeu com toda a sociedade na medida em

que era colocada como uma alternativa para a solução dos problemas políticos do país. A campanha de mobilização feita em todo o país, organizada pelo PMDB, partido de Dante de Oliveira, tornou-se de uma hora para a outra, o que a Veja fazia questão de chamar de “a maior mobilização da história do país”.

Nesse momento, discutir a forma de eleição que o país adotaria no ano seguinte parece ter se tornado mais importante até mesmo do que saber para quem ou por quem o país seria governado a partir de 1985.

A “Dante de Oliveira” viria colher os frutos da campanha das Diretas já caso fosse aprovada. O PMDB seria o grande herdeiro das mobilizações populares isso colocava os pedessistas em alerta. Caso as eleições diretas fossem aprovadas, o partido do governo estaria na direção contrária do partido de oposição, esse por sua vez, receberia não apenas da população mas das classes sociais que naquele momento já não viam mais no PDS a confiança e a parceria de outros tempos.

A seqüência dos fatos é uma série de disputas e articulações de um lado para barrar a emenda, de outro para aprovar. Já sabemos o final dessa história, o partido do governo levou “a melhor” na rejeição da Emenda, mas acumulou a rejeição popular, algo que não importava para eles naquele momento.

O reflexo maior disso foi que se criou uma idéia de que aquela mobilização era a única vontade da população. As massas que foram às ruas pedir “diretas já”, posteriormente foram aos comícios pedir Tancredo.

“A maior manifestação da historia do Brasil”. Faltando uma semana para a votação da emenda Dante de Oliveira, Veja destaca em duas matérias às quais dedica 20 páginas para cobrir a manifestação na Candelária – Rio de Janeiro. Na primeira<sup>6</sup> matéria, destaque para o comício promovido pelo então governo carioca, Leonel Brizola, e que contou com a participação no palanque de diversos artistas e políticos de todo o país, e na platéia estudantes e trabalhadores, e as mais variadas tendências políticas.

Entre os militantes que participavam da manifestação estavam ex-militantes de movimento de extrema esquerda, como o MR8 e da Guerrilha do Araguaia, além de membros de siglas consideradas clandestinas, mas que, curiosamente, nesse momento já

---

<sup>6</sup> A segunda se refere a Ulysses.

havia mudado de objetivo, suas bandeiras de luta nesse caso já não eram mais a do socialismo e sim a das “Diretas já”.

Outra coisa que chama a atenção é a sofisticação dos comícios, com direito a tecnologias como “raios lasers” que escreviam frases pró-diretas nos céus do Rio de Janeiro, e também das mais rudimentares como a distribuição de panfletos dos partidos menores da época como PC do B e o PT.

O que não aparece em nenhum momento, é quem paga a conta? Afinal, como aparece na matéria, que ocorreram manifestações na terça manifestação no Rio, na sequência, Belo Horizonte, Goiânia e Porto Alegre, e depois Brasília. A campanha das “diretas” tinha um custo altíssimo, afinal, viagens, infra-estrutura, televisão, jornais e revistas custam dinheiro. Essas são questões simples, mas que não aparecem na Veja em nenhum momento.

A matéria está tratando das formas e da articulação que o governo estava adotando para enfrentar as disputas da Emenda Dante de Oliveira. A cúpula do governo (participaram da reunião no Planalto, além de Figueiredo, os ministros Leitão de Abreu do Gabinete Civil, Rubens Ludwig do Gabinete Militar, Abi-Ackel da Justiça, Jarbas Passarinho da Previdência Social, Octávio Medeiros do SNI, Nelson Marchesan Líder do governo na Câmara, o Senador José Sarney presidente do PDS, Aloysio Chaves Líder do Governo no Senado, e o Secretário do Conselho de Segurança Nacional, Danilo Venturini), buscava traçar metas para barrar a aprovação da mesma. Veja destaca três propostas estudadas pelo PDS:

“O governo estuda hoje três propostas para derrotar a emenda Dante de Oliveira no Congresso, formuladas pelo presidente do PDS, senador José Sarney, pelo deputado Nelson Marchezan, líder do governo na Câmara, o pelo ministro Jarbas Passarinho, da Presidência. **Fórmula Sarney:** Fica tudo como está. Os parlamentares do PDS saem do plenário do Congresso no dia 25 de abril e os partidos de oposição não conseguem quorum para votar a emenda Dante de Oliveira. Depois disso, o Executivo manda mensagem ao Congresso propondo eleições diretas para a Presidência em 1988. • Vantagens: o governo dá uma demonstração de força, e a Dante de Oliveira só volta ao plenário depois de votadas outras 67 emendas. • Desvantagens: não há nenhuma garantia de que os parlamentares do PDS acatem essa orientação. **Fórmula Marchezan** O governo envia um projeto de emenda ao Congresso, marcando para 1988 as eleições diretas para a Presidência e para as prefeituras das capitais e dos municípios em área de segurança nacional, além de promover uma mini-reforma constitucional. A

emenda é votada antes da de Dante de Oliveira, ou no mesmo dia. • Vantagens: o Planalto toma a iniciativa e enfrenta a campanha pelas diretas. • Desvantagens: os partidos de oposição podem propor uma simples troca de datas, de 1988 para 1985, por exemplo, e transformam a emenda do governo numa versão ampliada da Dante de Oliveira. **Fórmula Passarinho:** O PDS dá quorum para a votação da Dante de Oliveira, colocando somente 76 dos seus parlamentares no plenário. Com isso, basta o Líder Nelson Marchezan votar contra para a emenda ser derrotada. Posteriormente, o Executivo envia seu projeto das diretas para a Presidência em 1988. • Vantagens: a emenda Dante de Oliveira é arquivada definitivamente. • Desvantagem: a manobra pressupõe uma coesão e disciplina muito grandes do PDS, que conta em suas fileiras com uma grupo que defende a eleição direta.” (Veja, 14/03/1984 p.29)

Em contrapartida à reunião do PDS, Veja mostra também a reunião de cúpula do PMDB, Ulysses Guimarães, os governadores Franco Montoro e Tancredo Neves, além dos líderes do partido na Câmara e no Senado, Freitas Nobre e Humberto Lucena. Nessa reunião, eles decidiram que “o PMDB não negociará com o governo a emenda propondo as eleições diretas para 1988. ‘Nosso compromisso é com as diretas já’ repetiu Ulysses”. (Veja, 14/03/1984 p31)

Na seção da revista chamada de páginas amarelas, as vésperas da votação da emenda, Veja traz uma entrevista com Dante de Oliveira:

**Veja- O senhor acha que os problemas do país estarão resolvidos com eleições diretas?** Dante de Oliveira – Não. As eleições diretas não são uma panacéia para o país e acho que não estamos enganando ninguém nos comícios. As eleições diretas são importantes para que possamos sair da crise que de maneira pacífica. Nós precisamos de um novo pacto de poder, precisamos de um governo que tenha força junto ao povo para negociar a crise. [grifei] (Veja, 21/03/1984 p. 6)

Capítulo a parte nessa discussão é o episódio da votação da emenda do Deputado Dante de Oliveira, onde a revista destinou espaço desde a proposta até a rejeição do projeto. A emenda em si buscava uma proposta que pelo visto foi uma disputa muito mais por espaço dentro do governo, ou do futuro governo, do que necessariamente uma proposta de reorganização política do país para aquele momento.

Em duas referências da Veja uma publicada na semana da votação da Emenda e outra publicada alguns meses depois, podemos perceber uma diferença no seu discurso, até aqui ela defende a abertura, mas no entanto não faz uma crítica maior contra as eleições indiretas, como ficou claro até mesmo na fala do autor da emenda,

O Congresso Nacional tem diante de si, nesta quarta feira, uma das decisões mais importantes de sua história, ao votar a emenda constitucional que **restabelece as eleições diretas** para a sucessão do presidente João Figueiredo. (...) A questão seria certamente de outra natureza se envolvesse apenas um debate entre a oposição de um lado e o governo de outro, cada qual lutando em defesa de suas posições políticas. No caso, entretanto, o que ocorre é que **o governo** não está em uma **disputa** com a oposição e sim **com a própria vontade popular**. [grifei] (Veja, 25/04/1984, p. 19)

A manifestação da vontade popular, nesse caso, é atribuída aos manifestantes que tomavam conta das ruas para reivindicar “diretas já”. Eram esses manifestantes que Veja coloca como estando na contra mão da vontade do governo. Em outubro do mesmo ano, após a revista ter definido um outro programa, voltado para a Frente Liberal, ela publica outra matéria falando sobre a emenda:

Na noite de 25 de abril deste ano a Câmara dos deputados rejeitou a emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições diretas para a presidência da República. Agora chegou a conta. Assiste-se a um degradante processo de vulgarização do sistema de escolha do próximo governante do país. Pagam essa conta todos **os cidadãos** que sob o nome de contribuintes **cevam o Estado**, sem que ele lhes reconheça o direito de, sob o nome de eleitores, escolher **quem vai gastar os dinheiros públicos**. [grifei] (Veja, 31/10/1984, p.19)

Nas duas referências citadas aqui, percebe-se que ela, ao mesmo tempo em que fala da proposta de eleições diretas, ela faz críticas ao modelo político vigente naquele momento. Em ambos os casos, ela começa falando da emenda “Dante de Oliveira” e nos dois casos realiza uma construção de idéias que venha a confirmar aquilo que ela vinha defendendo naquele momento. No primeiro caso ela da seqüência na questão da legitimidade das eleições indiretas afirmando que dessa forma o candidato eleito poderia ser alguém que não tivesse o apoio da maioria da população.

Nessa citação, ela se coloca como defensora dos cidadãos, que “cevam o Estado” mas que não têm o direito de escolher “quem vai gastar o dinheiro público”. Que “conta” é essa que o cidadão tem que pagar, afinal fazia “vinte anos” que o cidadão não escolhia quem gastava o dinheiro público, será que só naquele momento que isso se transformou em um problema? E ela retoma esse assunto ainda na mesma edição. A matéria de capa traz o seguinte destaque: “A radicalização toma conta da campanha e mostra o alto preço que o país paga por escolher o presidente indiretamente”. (Veja, 31/10/1984, p.20)

Na edição de 25 de abril, dia da votação da Emenda, a seção Brasil, publicou a seguinte matéria: “O caminho da flores: A emenda Dante de Oliveira e suas multidões mudaram o país”. Veja traz um discurso mais conciliador, frisa novamente as manifestações populares e coloca o governo como o único interessado em barrar a aprovação da emenda. Veja destaca ainda a censura às rádios e televisões que foram proibidas de cobrir a votação da emenda no dia 25.

## **2.10 Depois da rejeição as novas propostas**

A Emenda Dante de Oliveira fora rejeitada, mas a sucessão ainda não estava definida, restava a proposta de emenda do governo. Nesse caso, a polêmica mais aparente é sobre tempo de duração do governo posterior a Figueiredo. Esse tempo, caso permanecessem as regras vigentes era de seis anos, pelas propostas da emenda do governo poderiam cair para cinco ou quatro anos.

Desde a primeira edição publicada pela Veja após 25 de abril, ela busca criar um nome de consenso, tanto no PMDB quanto no PDS. Veja traça um rápido perfil de alguns dos possíveis candidatos entre eles, Andreazza, Aureliano, Costa Cavalcante, Fernando Henrique, Leitão de Abreu, Maluf, Marco Maciel, Passarinho e Tancredo.

Dos mais freqüentes nas páginas de Veja, Andreazza aparece como preferido de Figueiredo, Aureliano aparece como “candidato de conciliação” e Tancredo, que assim como Aureliano é tratado como um candidato capaz que, “tem, no PMDB, o que falta a Aureliano, no PDS – a simpatia de Figueiredo”. (Veja, 09/05/1984 p.21)

Maluf e Andreazza torcem para que chegue logo a convenção do PDS, pois ambos acreditam que irão vencê-lo. E, segundo confiam, o vencedor teria um tempo razoável para curar as feridas do Partido e chegar ao Colégio Eleitoral, a 15 de janeiro de 1985, como virtual presidente da República. “Quem ganha a convenção será presidente”, diz Maluf. (Veja, 09/05/1984 p.22)

O grande diferencial das eleições indiretas de 1985 começa a partir daqui a dar sinais de uma nova fase, antes mesmo de a emenda do governo ir ao Congresso, José Sarney, presidente nacional do PDS, formaliza a sua saída do partido e começa a aglutinar

forças em torno de uma corrente política surgida do racha do PDS, a formação da Frente Liberal.

Uma das táticas estudadas pelo PDS apresentadas anteriormente, era a do governo mandar uma proposta de emenda prevendo eleições diretas para 1988. Essa proposta foi enviada ao Congresso, mas não foi votado antes da Dante de Oliveira como previam os partidários do governo. Veja realizou a cobertura da proposta do governo desde o envio da proposta até a sua retirada.

A política brasileira viverá momentos decisivos nesta semana, quando o Congresso Nacional deverá apreciar a **emenda constitucional apresentada pelo governo** restabelecendo as **eleições diretas para a Presidência da República em 1988** (...) No terreno do real, a aprovação da emenda do governo **é claramente a melhor opção que se pode tomar.** [grifei] (Veja, 27/06/1984, p.19)

Aqui percebe-se uma postura um tanto contraditória da revista, em junho de 1984 ela se posiciona ao lado do governo alegando que essa “no terreno do real” era “a melhor opção que se pode tomar”, de certa forma isso contraria o que ela havia defendido dois meses antes quando afirmou que o governo estava em disputa com “a própria vontade popular” ao rejeitar a emenda parlamentar em favor das diretas. É contraditório também com o que ela publica em outubro do mesmo ano quando afirmou que “o alto preço que o país paga por escolher o presidente indiretamente”.

Na seqüência da edição de 27 de junho, ela alega que a eleição direta seria a melhor opção, mas já que não havia “possibilidades”, por motivos que pelo menos aqui ela não apresenta, mas que a emenda do governo fixaria uma data para o retorno das diretas, caso contrario, essa não teria “data para entrar em vigor”.

Não havendo **possibilidade** de se adotar para a sucessão o rumo mais adequado, e obviamente preferido pela imensa maioria da população – as eleições diretas -, a emenda governamental é o que resta de positivo. (...) Mas à sua aprovação se contrapõe, na prática, a manutenção das atuais regras do jogo: ou passa a emenda, e assim se fixa uma data certa para a volta das eleições diretas, ou **tudo permanece como está**, com o sucessor indireto do atual presidente mantendo o mandato de seis anos e as diretas sem nenhuma data para entrar em vigor. [grifei] (Veja, 27/06/1984, p.19)

Aqui a revista fica exatamente em cima do muro, ela quer as diretas mas também aceita a eleição indireta sem colocar muitas barreiras. Isso começa a ser explicado na

mesma edição da revista, na seção “Brasil” ela traz o seguinte destaque: “Tancredo Neves procura unir o PMDB e seduzir parcelas do PDS para ir à luta contra Maluf no Colégio Eleitoral”. É a partir desse momento que começa-se a costurar a candidatura de Tancredo Neves. (Veja, 27/06/1984, p. 20)

“Seduzir parcelas do PDS” significava buscar para a oposição os votos daqueles que rejeitavam a candidatura Maluf. Com isso a oposição poderia criar condições de enfrentar o candidato do governo no Colégio Eleitoral.

Na semana seguinte duas matérias chamam a atenção, a primeira delas, é que “com a retirada da emenda do governo propondo eleições diretas em 1988 e mandato presidencial de quatro anos, o quadro político brasileiro deu mais um passo atrás, jogando-se a possibilidade de mudança, agora, para a iniciativa do próximo governo”. (Veja, 04/07/1984, p.20)

Na mesma edição da revista saiu uma matéria com o seguinte conteúdo, “a desintegração do esquema parlamentar do governo deixa mais forte a candidatura de Tancredo Neves” (Veja, 04/07/1984, p.20)

Na primeira delas, “dar um passo atrás” significa que a revista não concordou com a atitude do governo em retirar a proposta de emenda, dessa forma passa a impressão de que ela está realmente preocupada com “possibilidade de mudança”, essa mudança era necessária para ela desde que atendesse aos seus interesses. Na segunda referência, ela parte para o apoio direto e que para a Veja será a “possibilidade de mudança”, que a partir desse período passa a ser mais comum na revista, que é a construção de uma candidatura forte pela oposição, concentrada na figura central do ex-governador de Minas Gerais, Tancredo Neves.

A “desintegração do esquema parlamentar” ocorreu na medida que as disputas internas se acirraram dentro do PDS e que o grupo malufista se mostrava mais consolidado dentro do partido. Na medida em que essa tendência foi se consolidando, os liberais agrupados dentro do partido do governo já começavam a se opor as alas conservadoras e a buscar alternativas fora do partido do governo. A chamada “Frente Liberal” formada ainda dentro do PDS, aos foi se retirando do partido e unindo com Tancredo. Nesse momento se consolida o racha do PDS, e os dissidentes não só formam a frente liberal, mas inclusive viriam a indicar o candidato a vice da chapa do PMDB.

A dicotomia posta aqui é a seguinte: se as eleições indiretas favoreciam o partido do governo já que esse tinha a maioria dos parlamentares, logo sua base de apoio defenderia isso como fundamental para a escolha do seu candidato para presidente. Por outro lado, para a oposição a via direta supostamente lhes daria alguma vantagem já que Tancredo havia sido o político das grandes manifestações populares em prol das diretas já.

Considerando essas diferenças, como poderíamos entender que os candidatos que saíam da base do governo fundariam uma nova corrente, a Frente Liberal, e mesmo assim rejeitaram a emenda Dante de Oliveira que regulamentaria as eleições diretas? O que se subentende aqui é que essa dissidência do PDS já estava alinhada com a oposição, ou seja, a possibilidade de uma aliança com o PMDB já estava em andamento, isso se comprovou em menos de um mês. “Às vésperas da convenção, o PDS se divide e seu ex-presidente José Sarney é candidato a vice pelo PMDB”. (Veja, 08/08/1984, p.20)

Dessa forma, a oposição teria condições de concorrer com o PDS mesmo que no sistema indireto. Isso se consolidou em 15 de janeiro de 1985 quando Tancredo e Sarney juntos venceram as eleições presidenciais de forma indireta. Essa chapa tornou-se vencedora das eleições e segundo a própria Veja, enfrentava um desgaste por ser um candidato “cujo único projeto compreensível se resume a derrotar o deputado Paulo Maluf” (Veja, 10/10/1984, p. 20) Essa é a forma encontrada pela Veja de fazer a “grande política”, resumir tudo ao campo da disputa das eleições, enquanto isso, oculta seu objetivo maior que é a implementação de uma política liberal, ou seria apenas coincidência o fato de ela ter mudado de opinião com relação aos seus candidatos no mesmo momento em que se formavam a Frente Liberal saída de dentro do PDS.

Assim, se demarcou a posição da Veja naquele momento, conforme já foi apontado anteriormente, seu programa, no período de transição, era a defesa de uma política/econômica Liberal, daí em diante, pelo menos até o período estudado, ela buscou se posicionar em favor dessa tendência.

Nesse momento de ruptura confirma-se a “previsão” feita anteriormente pela Veja, “Tancredo Neves procura unir o PMDB e seduzir parcelas do PDS para ir a luta contra Maluf no Colégio Eleitoral”, confirma-se assim a união entre o PMDB e os dissidentes do PDS.

A entrada do senador José Sarney na chapa oposicionista à sucessão presidencial, como candidato à vice-presidente, selou na semana passada a

aliança entre a dissidência do PDS, agrupada no guarda-chuva da Frente Liberal, e a candidatura do governador Tancredo Neves à presidência da República. (...) Uma ilustração dramática do grau de desentendimento e de fragilidade a que chegaram as relações entre o poder central e as forças políticas que deveriam dar-lhe sustentação. (Veja, 08/08/1984, p.19)

A ruptura dos políticos do PDS não se dá porque eles estavam a favor das massas que estavam nas ruas pedindo as diretas. Os defensores das diretas partidários de Tancredo aceitaram os parlamentares que rompiam naquele momento com o PDS, muitos dos quais, haviam rejeitado a proposta de eleições diretas.

Tal característica vem renovar as esperanças de que a bordo da candidatura de Tancredo Neves, o Brasil consiga a invejável proeza de **fazer uma transição pacífica entre o atual regime, esgotado e rejeitado pela opinião pública, e a nova ordem política que todos desejam**. A sociedade brasileira pode estar encontrando, com o candidato do PMDB, os meios para conduzir **sem traumas e sem rupturas violentas** a passagem, sempre difícil e perigosa, do **autoritarismo fracassado** para a democracia. (...) Entre os que se agarram a um **continuismo**, tentando fazer uma reanimação artificial do regime, e **os que tudo querem colocar abaixo**, a candidatura do governador mineiro emerge como a **grande alternativa** da moderação, da tolerância e do realismo, ingredientes indispensáveis para **fazer em paz as transformações urgentes que a sociedade reclama**. [grifei] (Veja, 08/08/1984, p.19)

A última coisa que as elites e a Veja queriam naquele momento era que a transição se desse de forma violenta ou com a participação efetiva da população, que não aceitava mais o modelo de “autoritarismo fracassado”, mas por outro lado deveriam evitar aqueles que “tudo querem colocar abaixo”, ou seja ela está novamente fazendo um política de conciliação de “centro”, embora, esse “centro” seja o Liberal.

Nesse caso a solução era pegar os mesmos apoiadores do “autoritarismo fracassado” mascará-los com uma nova roupagem e colocá-los novamente no poder de forma que isso não ficasse aparente para a sociedade que, segundo a Veja, “exigia mudanças”. Essa é uma forma de fazer a mudança daquele modelo político incapaz de retomar o processo de acumulação de capital de forma que parecesse que estavam acontecendo mudanças profundas naquela sociedade, mas que na realidade ela estava novamente reformulando as formas de dominação e mantendo a hegemonia burguesa na sociedade.

A “grande alternativa” encontrada aqui foi colocar um governo que unisse uma proposta de construir um governo moderado, voltado aos interesses liberais, sem grandes transformações na base da economia, mas que tivesse capacidade de retomar o processo de acumulação de capital, mas que passa a impressão de ser um governo capaz de “fazer em paz as transformações urgentes que a sociedade reclama”.

Nesse momento, a revista já aceitou a proposta de eleições indiretas, esse é um discurso que se transformou ao longo do ano de 1984, e que de certa forma já foi apresentado aqui, só para reforçar essa transformação, comparemos três momentos diferentes: em janeiro, “a campanha em prol das eleições diretas do próximo presidente da República ganhou enfim as ruas na semana passada”. Em abril do mesmo ano, Veja traz a seguinte matéria:

O comício em favor das eleições diretas no Rio de Janeiro cravou, na semana passada, mais um marco na evolução dessa campanha sem precedentes, em mobilização e apoio popular, por uma idéia política. (...) **Qualquer pessoa, naturalmente, é a favor de recuperar um direito.** Mas a extraordinária **afluência popular** às manifestações em favor das diretas, bem como a maciça disposição de reivindicá-las em público, só se explica pela descrença quase completa da população nos candidatos que até agora só conseguiu gerar, pelo sistema indireto, na órbita do governo – e por um **desejo de mudança** que provavelmente é inédito nos anais da política brasileira. (Veja, 18/04/1984, p.19)

Por outro lado em dezembro do mesmo ano, Veja já coloca Tancredo como virtual presidente da República, não questiona mais as eleições indiretas e já começa a traçar os rumos para o próximo ano. Na última edição do ano ela destaca:

1984 trouxe mudanças de primeira grandeza para o país, e tudo indica que elas apontam na direção geral de um futuro melhor. De um lado, 1984 marcou o início da recuperação econômica, interrompendo um processo recessivo que vinha se agravando ano após ano. É evidente que problemas cruciais permanecem e que ainda levará um bom tempo para o país voltar à situação em que estava ao iniciar-se a crise, mas é certo que a sangria foi estancada. De outro lado, 1984 testemunhou a mais importante mudança política vivida pelo país nos últimos vinte anos, com a despedida do regime aberto em 1964. Ele termina no bojo da mais pacífica transição já experimentada no Brasil, sem traumas e por intermédio dos instrumentos legais do próprio regime. Essa mudança não significa que o Brasil se tornará melhor por um passe de mágica. Mas dá aos brasileiros, por certo, o direito de voltar a ter esperança. (Veja, 26/12/1984, p. 19)

Aqui podemos perceber que Veja mudava seu discurso em relação a forma que ocorreriam as eleições, de forma direta ou indireta, de acordo com que se configuravam as mudanças políticas. Porém, quanto a questão econômica, ela mantém seu discurso alinhado, em defesa de uma política econômica liberal. Em nome dessa política ela se permitiu a defender as diretas sem atacar as indiretas, apoiou as manifestações populares em nome das “Diretas já”, ao mesmo tempo em que buscava criticar os setores ligados à esquerda que participavam ativamente das manifestações.

O capítulo seguinte analisa a forma com que a revista apoiou a candidatura de Tancredo Neves, principalmente depois da consolidação da aliança com a Frente Liberal, e do declínio da candidatura Maluf.

### **Capítulo III – VEJA: A PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO E A FRENTE LIBERAL**

Este capítulo tratará do posicionamento da Revista Veja a partir do momento em que começa a se formar dentro dos quadros do PDS a possível formação de uma dissidência do partido para a formação de uma “nova” corrente partidária. A perspectiva de análise utilizada aqui é a de tentar entender não apenas como se deram os passos que levaram a formação dessa dissidência, mas entender qual era a proposta de Conciliação presente na revista.

Embora a efetivação definitiva dessa divergência dentro do partido do governo só tenha ocorrido definitivamente após a vitória do candidato Paulo Maluf nas prévias do partido em setembro, a sinalização para isso já vinha sendo apresentada por seus correligionários a algum tempo, conforme será tratado mais a frente nesse capítulo.

Este capítulo tem como base de análise a forma com que a Veja tratou as duas correntes que disputariam a preferência do Colégio Eleitoral em Janeiro de 1985. A partir da Formação da chamada “Frente Liberal”, Veja assume claramente a defesa de uma das candidaturas, porém, mais que a candidatura em si, ela está defendendo um projeto político-econômico, incutido por trás dos candidatos e dos partidos.

A partir daqui, seguiremos dois eixos de análise, um deles buscará entender a “pequena política” adotada pela Veja. Nesse sentido serão analisadas as formas de intervenção da revista no âmbito do dia-a-dia, como ela trata das questões que envolvem as candidaturas centrando as discussões em torno da figura pessoal de cada candidato. O segundo eixo de análise é tentar entender a “grande política”, ou seja, qual era o projeto para a nação que Veja estava defendendo, quais os interesses envolvidos por trás dos discursos e dos projetos que ela estava trazendo a tona.

### 3.1 Veja e a “Política do dia-a-dia”

A perspectiva de análise que será utilizada aqui é a de estudar como a revista está tratando das candidaturas, mais precisamente dos candidatos. Ela tenta criar uma idéia de que as manifestações políticas em torno das candidaturas se dão a partir das relações pessoais dos candidatos. Nesse caso, fica uma falsa impressão de que os fatos estão ocorrendo em virtude da vontade política centralizada nas figuras diretas dos candidatos e não necessariamente dos projetos ou alianças que eles representam.

Embora o recorte para esse capítulo seja a partir da formação da chamada “frente liberal”, que se dá em agosto de 1984, após a indicação oficial de Maluf para concorrer à presidência, dentro do PDS já havia rumores de um possível racha no partido do governo. Nesse sentido, caberia questionar o porquê da figura do Maluf causar tantas divergências dentro do partido. Maluf é apenas o candidato, o que está por trás dele é muito maior que ele. A figura Maluf pode ser facilmente superada, porém o articulador Maluf é bem mais complicado.

O candidato em questão figurou por muito tempo dentro do governo “militar” e portanto todos sabiam dos seus potenciais e das suas virtudes. Porém o candidato mostrava uma certa habilidade para conseguir o que queria, mas traçar aqui, somente a partir das revistas, um perfil político do candidato seria difícil. Teria que ser feito um estudo mais detalhado do presidenciável para poder entender porque tanto a Veja quanto setores do PDS viam no candidato um retrocesso.

Não cabe aqui desenvolver tal pesquisa, vale lembrar que em outros momentos a própria Veja colocou a candidatura malufista como a mais bem estruturada, conforme foi visto no capítulo anterior. Mas a partir do momento em que a Frente Liberal se define a favor de um candidato de conciliação, ela passa a contrariar a candidatura de Maluf, como aparece por exemplo na matéria de Capa do dia 13 de junho daquele ano. “A Ofensiva Anti-Maluf”.

A novidade desta edição é a proposta de Sarney de realizar dentro do PDS uma consulta prévia entre os filiados do Partido. Para Sarney “ninguém pode ficar contra uma ampla consulta às bases do Partido (...) política se faz com as bases”. Aparentemente quem não gostou da idéia foi Maluf. Pelo menos é o que dá a entender a matéria, quando os

jornalistas de *Veja* abordam o candidato no aeroporto e ele mostra-se surpreso a novidade, diz: “Prévia? Que prévia?”. No dia seguinte ele informou uma nota de sua acessória, que “não permitiria a inclusão do seu nome nesse tipo de consulta. A minha prévia é a da convenção, livre e soberana, sob a observação do Tribunal Superior Eleitoral”, sublinhou. (*Veja*, 13/06/1984, p.19)

Nas referências citadas podemos perceber que a revista está colocando Maluf e Sarney frente a frente. A aparente preocupação de Sarney “com as bases” é na verdade uma forma que o grupo ligado a ele, encontrou de especular sobre a real situação de Maluf dentro do partido. Esse por sua vez, deve ter percebido a articulação que se pretendia com a “prévia”, sabendo que isso não lhe traria nenhum benefício, pelo contrário, tratou logo de articular a rejeição da possibilidade de “prévias”.

Na noite de quinta-feira, liderados pelos senadores José Sarney, Marco Maciel e Jorge Bornhausen, 68 parlamentares de frente liberal do PDS, frustrados com a retirada da emenda, reuniram-se no Palácio Jaburu com o vice-presidente Aureliano Chaves para avaliar o quadro político e decidir o que fazer (...) os dissidentes haviam estabelecido um cronograma para a formalização de sua ruptura com o partido. Já na sexta-feira, a frente liberal entregou ao senador Amaral Peixoto um documento fixando regras para as realizações das prévias no PDS. (...) E exige dos quatro candidatos que respeitem o resultado das prévias. (*Veja*, 04/07/1984, p.26)

Obviamente, já esperavam a recusa de Maluf – “eles já esperam o não de Maluf” – Será que o problema era realmente Maluf? A revista ao colocar o pré-candidato no epicentro da sucessão, minimiza o processo de transição a um nome, e não necessariamente aos interesses e programas de governo que estão por trás de Maluf, e do PDS, de Tancredo e do PMDB ou então da recém surgida “Frente Liberal”.

O “espanto” Malufista se deu pelo fato de que a prévia do PDS reuniria os duzentos mil filiados do Partido, enquanto que na Convenção teriam em torno de nove mil. Na perspectiva inicial, Maluf poderia ter grande vantagem, mas na prévia ele não teria a menor noção do quê poderia acontecer. As brigas e divergências internas do PDS refletem a falta de unidade do Partido.

Alguns dias após a rejeição da emenda das “diretas já”, *Veja* já dá sinais de defender abertamente a possível candidatura de Tancredo Neves. A algumas edições ela vem mostrando Tancredo e sua caminhada, dando a ela um sentido conciliador, ao mesmo

tempo em que contrapõe as manobras dentro do PDS, juntamente com todos os conflitos entre Maluf e os demais dirigentes do Partido governista.

Na matéria em que a *Veja* fala das tentativas de Sarney em realizar “prévias” dentro do PDS, logo na seqüência, ela mostra o fracasso do PDS na cidade paulista de Santos, município que sempre teve o PDS como o principal partido, e que na última eleição teve apenas 3% dos votos ficando na última posição.

Em 20 de junho a idéia de “prévia” havia sido revertida pelos “malufistas” do PDS, porém o próprio presidente Figueiredo já reconhecia que as dissidências do partido falariam mais alto contra a candidatura de Maluf. “Você, Maluf, vencerá no Colégio”. (Anexo II, nº 823) (*Veja*, 13/06/1984, p.18)

Na mesma semana, José Sarney renuncia ao cargo de Presidente Nacional do PDS e alia-se à dissidência que pretende barrar Maluf no Colégio Eleitoral. Sarney afirma que,

Tinha catorze votos no Maranhão para lhe dar, se for Tancredo o adversário do Malufismo na sucessão”. No mesmo tom, o governador Jair Soares, do Rio Grande do Sul, até agora aliado com Andrezza, pretende apoiar o candidato da oposição no Colégio, se a disputa ficar resumida a Maluf e Tancredo. (*Veja*, 13/06/1984, p.18)

A candidatura Maluf parece inevitável, porém, a cada dia ganha mais adversários dentro do próprio PDS, ou melhor, enfraquece o partido governista pelo fato de algumas lideranças do Partido declararem apoio à oposição caso Maluf seja declarado candidato do PDS para sucessão.

O senador Marco Maciel, fez uma barulhenta revelação: Figueiredo lhe afirmara que Maluf seria derrotado no Colégio Eleitoral, e ressaltava que não teria problema algum passar a faixa presidencial a um opositorista com o perfil do governo de Minas. (*Veja*, 27/06/1984, p.20)

*Veja* sempre trouxe a opinião de Figueiredo, em raros momentos teceu críticas ao presidente, mesmo nos momentos mais difíceis do processo sucessório ela atacou a figura do presidente, daí a importância dada a sua opinião. No momento em que ela volta a falar em “prévia” no PDS e até mesmo as diretas, destaque para a retirada da emenda do governo que previa eleições diretas para 1988.

O colapso da emenda, entretanto, mostra que o governo não consegue aprovar mais nada, e que mesmo dentro ou em torno do Palácio do Planalto não há entendimento a respeito do que fazer. Sem comando e sem

liderança, o governo vaga à deriva, ignorado por grande parte de seus parlamentares, desprezados por seus governadores e perdido na luta sucessória. É no contrapé desse extenso fiasco que se levanta a candidatura do governador Tancredo Neves, a cada semana mais consistente. (Veja, 04/07/1984, p.22)

Aqui, mostra-se ao mesmo tempo um enfraquecimento do governo e ao mesmo tempo revela o que já se mostrava como uma tendência, a formação de outra proposta, uma candidatura de consenso. Nesse momento é que se dá o início da campanha da revista *Veja* em favor de Tancredo Neves. Ela completa ainda que: “Já para evitar a possibilidade de um nome de oposição chegar à Presidência, justamente, que o governo tudo fez para bloquear as eleições diretas. Ele talvez consiga agora a proeza, de perder também nas indiretas”. (Veja, 04/07/1984, p.19)

Na semana passada, os deputados pernambucanos Miguel Arraes foi encarregado de atrair para a órbita de Tancredo Neves os integrantes da “esquerda independente” do PMDB e os militantes do PCB e do PC do B que se abrigam sob o guarda-chuva do partido. Arraes já se reuniu com representantes dessas tendências e acha que tudo vai bem. Depois será a vez dos outros partidos de oposição e, na escala seguinte, da dissidência do PDS, numa rodada de entendimentos comandada pelo presidente do PMDB. (Veja, 04/07/1984, p.22)

Aqui *Veja* está desenhando os passos dados pelos quadros do PMDB, rumo à construção de uma frente capaz de enfrentar o PDS mesmo em uma eleição indireta, que aliás, já não era mais tão contrariada assim. Desde que o PDS expôs suas fraquezas, o PMDB e *Veja* mostram apenas caminhos para derrotar Maluf, caso ele fosse o candidato situacionista. Por outro lado, *Veja* mostra caminhos que até então não haviam sido trilhados. (Anexo II, nº 826)

Ao PT, por exemplo, Ulysses acenará com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, uma das peças-chaves da plataforma de Tancredo e um programa de reformas suficientemente sedutor para atrair os recalcitrantes petistas ao Colégio Eleitoral. Aos dissidentes (...) oferecerão garantias de que uma reforma eleitoral será desencadeada logo depois de sua posse na presidência. (Veja, 04/07/1984, p.22)

*Veja* já fala no surgimento de um novo Partido o “liberal”, que congregaria os dissidentes do PDS que vierem a votar contra o PDS. A princípio esse partido,

permitiria, a partir do ano que vem [1985], a sobrevivência eleitoral de quem se desligar agora do PDS, votando contra a legenda para presidente da república. Assim negocia-se com o governador Tancredo Neves, em troca de apoio na sucessão, ajuda para esse novo partido em 1985. (Veja, 04/07/1984, p.23)

Logo na seqüência duas matérias chamam a atenção já pela forma com que são apresentadas. A primeira fala em “Segurança Máxima: para combater as vaias, o governo usa cães, tropas de choque e até atiradores de elite”. A matéria é toda voltada para destacar o descontentamento popular que abarcava o governo, com uma impopularidade “centrada” tanto em Figueiredo quanto em Maluf, ou aos movimentos sociais, todas enquadradas no mesmo patamar da matéria. (Veja, 18/07/1984, p.22)

Por outro lado, a segunda matéria já começa com uma foto de que entre outros parlamentares estão – muito bem trajados – Sarney, Maciel e Bornhausen. A matéria é intitulada “Em busca do aplauso: encantados com uma súbita popularidade, Aureliano e a Frente Liberal querem Tancredo”. (Veja, 18/07/1984, p.24)

Querem Tancredo por vários motivos, o primeiro deles que é apresentado aqui, é uma rejeição à Maluf, mas o que ela resume como definitivo é que “não desejam uma recomposição com Figueiredo, porque descobriram na vizinhança da oposição, um atrativo que o governo não tem mais para lhes oferecer: a popularidade. (Veja, 18/07/1984, p.25)

Logo em seguida vem a agenda de Tancredo e uma espécie de pré-lançamento de sua candidatura destacando inclusive o “logotipo” da propaganda e uma espécie de panfleto à ser distribuído em forma de adesivo e também a associação da campanha de Tancredo aos moldes da campanha das diretas já. “Os dissidentes preferem Tancredo, não por amor a Tancredo, mas pela sedução da campanha de rua que rastreará sua candidatura a partir de 14 de agosto”. (Veja, 18/07/1984, p.26)

A seqüência das matérias está toda voltada para a Frente Liberal, mostrando como os dissidentes estavam “contentes” em se “reencontrar” com os eleitores. Ao mesmo tempo em que Veja coloca Tancredo como o candidato das massas, colhendo ainda os frutos da campanha das diretas, ela o apresenta como um moderador começando assim a criar sua imagem de conciliador, principalmente para a elite, que via em Tancredo um candidato confiável, que manteria um compromisso com os liberais, ou seja, criaria condições para

uma expansão econômica e conteria os movimentos sociais, conforme fica evidente, o antiesquerdismo, nas palavras do próprio Tancredo.

Tancredo reafirmou sua inquebrantável fidelidade aos valores democráticos e endereçou um duro recado às facções da esquerda: **“não lhes farei nenhuma concessão, por mínima que seja, no tocante a matéria de princípios, à ordem pública, à defesa de nossas instituições civis e militares, à segurança nacional e a soberania de nosso povo”**. (...) Com a nota Tancredo reafirmou sua posição no cenário político: está onde sempre esteve, ou seja, no centro. [grifei] (Veja, 25/07/1984, p.38)

A partir daí, a postura no PDS em relação aos dissidentes é de tratá-los como traidores do partido. Veja logo sai em defesa da “Frente”, coloca Aureliano falando que “prefiro trair o PDS a trair o país”.

Nas últimas edições tem se tornado comum uma sistematização aos ataques contra Maluf. Por outro lado, tudo aquilo que envolve a Frente Liberal ganha defesa da Veja. Mesmo nos momentos em que os pedessistas colocam os dissidentes como traidores do partido, Veja noticia de forma muito branda mostrando, como na fala de Aureliano, que essa traição era com o PDS e não contra o país.

É com o estigma da traição que os correligionários do deputado Paulo Maluf querem marcar os integrantes da Frente Liberal, tão afinados com a candidatura oposicionista de Tancredo Neves que já garantiram para o grupo a indicação do vice-presidente da chapa. O senador José Sarney deverá ser o candidato. (Veja, 25/07/1984, p.39)

O PMDB era oposição, mas uma oposição consentida, os chamados “radicais” que se abrigaram sob a sigla do MDB anteriormente já haviam migrado para outros partidos como o PT, PDT ou PC do B. Mas ainda nesse momento, Veja faz questão de frisar as diferenças, e enterrar os seus velhos dogmas em relação às antigas alianças entre o seu próprio passado e os políticos da extinta ARENA.

Nesse momento ela destaca que: “Aureliano Chaves, o líder mais visível da Frente Liberal, que, após encontro com o ex-presidente Ernesto Geisel no Rio de Janeiro, exigiu que “os ideais da revolução de 64” não fossem alvo de críticas na campanha eleitoral. Tancredo saiu-se bem, afirmando que “a revolução já pertence à história e deve ser objeto de estudos de sociólogos e historiadores”. (Veja, 01/08/1984, p.20)

Na mesma edição a revista publicou uma matéria na seção Brasil, intitulada: “Antes mesmo de deixar o governo de Minas, Tancredo consolidou o acordo com a Frente Liberal e é saudado como forte candidato à Presidência”. (Veja, 01/08/1984, p.20)

Em relação ao programa de governo de Tancredo, Veja destaca alguns pontos estratégicos da candidatura Tancredo, entre eles, algumas linhas falando sobre a necessidade de desenvolver programas em relação ao que os candidatos chamam de “o mais prioritário de todos os problemas brasileiros”, ela faz referência ao Nordeste, embora não apresente claramente quais seriam essas preocupações.

No quadro econômico, destaque para a fala de Tancredo sobre a manutenção dos acordos com o FMI.

Outros pontos econômicos que serão críticos em seu governo, como a dívida externa: “Só aceitaremos as condições de nossos credores se isso não significar mais um ano de recessão”, garantiu Tancredo, para quem a solução não está em romper com o Fundo Monetário Internacional: “Fazer isso seria a mesma coisa que romper com a ONU e a OEA”, comparou ele. “Nosso interesse é permanecer como sócio, mas com absoluta independência. (Veja, 01/08/1984, p.21)

Em relação à candidatura de Sarney a previsão era de uma “batalha judicial”, tendo em vista que a lei poderia ter duas interpretações, a lei partidária diz que um candidato que mudar de partido só poderá tornar-se elegível após dois anos no novo partido. É nisso que apostava Maluf ao tentar impugnar a candidatura de Sarney.

Maluf cogitou a impugnação de Sarney, pelo fato deste ser filiado ao PDS, Sarney rebate afirmando que não deve lealdade a um partido que não o elegeu (lembrando que Sarney foi eleito pela extinta ARENA). No caso, Sarney deveria esperar dois anos para poder candidatar-se. A solução encontrada foi uma brecha na lei de 1978 quando ocorreu uma reforma partidária permitindo que os parlamentares mudassem de partido, caso isso fosse para a Justiça poderia se arrastar em um longo processo e no final não dar em nada.

em defesa, o PMDB buscará munição numa resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 1978. A resolução estabelece que os parlamentares eleitos sob legenda de partidos políticos atualmente extintos não estão sujeitos ao princípio da fidelidade partidária. Sarney elegeu-se em 1978 pela extinta ARENA. (Veja, 01/08/1984, p.22)

Em 08 de agosto, a matéria de capa traz o seguinte enunciado, “A virada pró-Tancredo: Por que se fuge do PDS”. O título dessa matéria é resumo do que está acontecendo no cenário político nacional. A debandada do partido governista se dá no momento em que a candidatura Maluf aparentemente está consolidada. Como já foi dito anteriormente, Maluf representava o continuísmo, mas não apenas ele, Andreazza que ainda mantinha sua pré-candidatura também estava sob esse estigma, ele era mais um ex-general, por isso, o seu nome já não era simpático para o momento. (Anexo II, nº 831)

A matéria que se segue é quase um “panegírico” em favor de Sarney, uma matéria de seis páginas, dedicadas exclusivamente a Sarney. Veja traz diversos depoimentos e desenha a trajetória política do “candidato a candidato” a vice-presidente. A revista faz questão de construir uma imagem de um político sério e convicto. Sarney, segundo ela, é dissidente por diversos motivos e em nenhum momento esses motivos são apresentados, como fora anteriormente, em virtude da possível candidatura Maluf.

Nesse momento, cria-se uma candidatura dentro de preceitos liberais, mesmo que ela se apresente como de “centro”. A revista mostra também que existem rejeições dentro do PMDB tanto a Tancredo como a Sarney. Afinal, não se pode negar o passado dos dois candidatos. No caso de Tancredo, ela já vem construindo a imagem de um político sério e honesto a muito tempo, o seu passado político não tem tantas marcas negativas como no caso do “ex-militante” da UDN, ARENA e ex-presidente do PDS. Sarney teve participação ativa dentro das decisões políticas ocorridas no país, antes e durante a ditadura. Era esse “signo” que talvez tivesse tentando combater.

Veja nesse caso, faz seu papel de construir a viabilidade e aceitação pública de Sarney. Coloca que o candidato apesar de pertencer ao partido golpista - ou melhor, revolucionário em 1964, como a própria Veja ainda insiste em falar – naquele momento ajudou alguns militantes a sair do país e que no momento do AI-5, “No dia da edição do AI-5, em 1968, eu protestei (...) achei que ia ser deposto e preso. Foi o dia mais difícil da minha vida”. Esse era um dos estigmas do qual o candidato Sarney queria se livrar, como se isso fosse possível. (Veja, 08/08/1984, p.23)

Logo na seqüência, ele afirma que as denúncias de tortura nos anos 70 nunca chegaram ao Congresso, em seguida ela fala sobre a movimentação e a trajetória comandada por Sarney para combater a Emenda Dante de Oliveira, colocando o fato como

a última batalha travada pelo senador à frente do PDS. Ela encerra esse assunto – não a matéria – da seguinte forma:

A verdade é que o senador José Sarney estava ferido na alma. Seu filho José, de 27 anos, deputado federal pelo PDS e pelo Maranhão, estava na plenária – e votaria pelas diretas. Quando os microfones (...) anunciaram o “sim” de José Sarney Filho, Sarney pai tinha uma lágrima no rosto. Sua conta com o regime estava fechada. Nem ele tinha mais o que dar de bom grado, nem o regime parecia ter muito a lhe oferecer, senão uma escolha entre Maluf e Andreazza. (Veja, 08/08/1984, p.23)

O episódio da eleição em Santos, quando o candidato do PDS a prefeitura obteve 3% dos votos, foi citado duas vezes nessa matéria. Sarney comentou que aquele fato, ocorrido em um dos principais redutos do partido serviu de alerta para ele repensar a representação popular do PDS nos grandes centros.

Apesar da matéria de capa do dia 15 de agosto destacar a convenção do PDS, “A vitória de Maluf na convenção/ Agora a luta é contra Tancredo”, a seção Brasil, tratou exclusivamente da campanha de Tancredo. Sobre a sucessão, mais precisamente Maluf, somente na página 36, o destaque da matéria é: “Maluf destroça Andreazza e consegue a adesão de Figueiredo”. (Veja, 15/08/1984, p.36)

Mesmo na cobertura da convenção do PDS, Veja fala de Maluf de forma depreciativa. Mostra que o candidato apoiava-se em favores pessoais, alianças políticas duvidosas e que esse enfrentamento no Colégio Eleitoral seria contra um candidato forte e muito bem articulado, e que, essa sim, será uma disputa que Maluf terá que enfrentar contra um adversário que está articulado não apenas com os partidos oposicionistas, mas com os próprios partidários do PDS. O caso citado aqui é do “deputado Thales Ramalho (PDS-PE), que votou em Andreazza e já está engajado na campanha de Tancredo Neves”. (Veja, 15/08/1984, p.37)

Maluf recebeu 493 dos 869 votos na convenção do seu partido, porém, o que a oposição apostou foi nos 350 votos dos chamados andreazzistas que somados aos votos da oposição chegariam à presidência. Mesmo quando Veja cobre a candidatura de Maluf, ela faz mais críticas do que campanha.

Na edição seguinte, nas páginas amarelas, uma entrevista com Antonio Carlos Magalhães. “Toninho malvadeza”, como ele ficou conhecido principalmente entre os

militantes de esquerda na Bahia, encontrou em Tancredo as condições de candidato que reunia em seu currículo, a moderação e a confiança que a elite necessitava. Mas a grande característica de Tancredo era sua postura claramente antiesquerdista e que não causaria problemas com os fatos ocorridos durante o regime militar.

“Maluf tem a repulsa da sociedade”. Comentando sobre Tancredo Neves, o ex-governador baiano, membro do PDS e dissidente com a Frente Liberal, afirma que, “Ele representa a união do país em torno da construção democrática, sem revanchismo, **sem olhar para trás**, pensando em construir o futuro, contendo o radicalismo e ao mesmo tempo enfrentando os graves problemas do país com a participação da sociedade”. [grifei] (Veja, 22/08/1984, p.04)

Em relação à sucessão, Veja abre caminho para os dois candidatos, Maluf apóia sempre o lado dos executivos, negociando votos enquanto que Tancredo está sempre em praça pública, realizando comícios, a imagem que se constrói é a de um candidato que apesar de estar disputando eleições de forma indireta, é o grande defensor das diretas.

O PT é apresentado aqui como possível apoiador no Colégio Eleitoral, mas como algo a ser combatido. Os militantes petistas e pedetistas resistem em apoiar Tancredo. Nos comícios tancredistas é comum aparecer manifestações dessas tendências e em geral são lhes atribuídos o título de “radicais”. Em um comício em Belo Horizonte, “foi necessária a ação da polícia civil do governo mineiro para recolher, na **Praça da Liberdade**, faixas do PT protestando contra Tancredo e as eleições indiretas. Um dos cuidados do PMDB nesta campanha, por recomendações do próprio candidato, é proibir nos comícios tudo o que possa tirar a sucessão dos trilhos, por meio da radicalização”, em outras palavras, afastar qualquer possibilidade de participação da esquerda na condução do processo sucessório. (Veja, 22/08/1984, p.30)

Maluf fez a opção de buscar apoio do governo, isso foi logo sendo divulgado pela revista. Nesse caso, Maluf poderia garantir com os deputados governistas a sua eleição à presidência, por outro lado, Maluf não era um candidato que representasse aquilo que Veja vinha defendendo há algum tempo, a “conciliação”. O candidato do PDS representava nesse momento o continuísmo de um governo desgastado, reprovado pela sociedade, pela economia, essa é a imagem que Veja constrói quando associa Maluf à cúpula do governo.

O Colégio Eleitoral seria formado por “138 delegados estaduais, mais os 479 deputados federais e 69 senadores, num total de 686 membros”. O PDS está representado

por 361 eleitores, com uma vantagem de 36 votos sobre a oposição. (Veja, 22/08/1984, p.34)

Na edição seguinte, mais uma vez, destaque para Tancredo, dessa vez, em visita aos mortos, literalmente, primeiro ao lado de Sara Kubitchek ele visita o memorial de Juscelino Kubitchek e, na mesma página, em São Borja – RS, ao lado de Brizola, visita o túmulo de Getúlio Vargas e de quebra o túmulo de João Goulart. Em São Borja um frio de 6 graus e um acontecimento “previsionista”, “o administrador dos bens de João Vicente Goulart, Percy Penalvo, providenciou-lhe um poncho: “Se o velho pega uma pneumonia”, gracejou Penalvo, “a gente vai ter que aturar o Sarney”. Mal sabia ele os destinos do país e dos candidatos. (Veja, 29/08/1984, p.27)

Outra preocupação que é apresentada diz respeito aos governadores de Estado. Alguns deles demoraram a se declarar dissidentes. Essa edição esta falando basicamente do medo dos governadores do PDS em declararem-se dissidentes em virtude de uma possível retaliação financeira por parte do governo federal. Isso poderia acarretar em dificuldades orçamentárias nos Estados. Quando esses governadores se decidiram definitivamente em favor de Tancredo, as eleições praticamente se definiram para a “Aliança Democrática”.

A capa é um alvo com a foto de Maluf no centro, alguns dardos com uns bilhetes pendurados com acusações feitas por Antonio C. Magalhães o acusando de “calamidade”. “corrupto” e “malfeitor”. Capa: “Maluf: A candidatura ferida”. (Anexo II, nº 836)

É comum aparecer fotos dos políticos ligados à Frente Liberal ao lado de militares, isso mostra que as forças armadas também não eram mais uma “entidade” coesa, mesmo no momento em que alguns ministros militares apareciam na Veja tecendo críticas aos dissidentes do PDS os quais militares taxavam de “traidores”. Mesmo assim, ela associava esse militares ao projeto Maluf.

Tancredo busca apoio de Geisel, este não o apóia, mas também não o rejeita. A opinião dos antigos chefes de Estado do regime militar tinha um duplo sentido, mostrar para os demais setores militares ligados ao PDS que a candidatura Tancredo não apresentava riscos à ordem nacional, ao mesmo tempo, não sabemos o teor das conversas, mas ao que tudo indica, essa proximidade, que em nenhum momento deixou de existir, servia de alerta aos movimentos sociais para que não abusassem, pois Tancredo se colocou como um conciliador, mas no entanto essa conciliação só seria passível para um dos lados.

Buscar envolvimento dos dissidentes em escândalos, corrupção, ou crimes seria um “tiro no pé”, tendo em vista que isso poderia respingar em qualquer lado, além do mais não seria interessante pra ninguém exceto quando era contra Maluf, que em nenhum momento aparece nada e sua defesa.

Maluf ameaça processar Antonio C. Magalhães, esse em revide, fala que se Maluf o fizer apresentara provas contra o candidato, o processo pode demorar mais que a eleição e não dar em nada, na ficção dessa história, Veja encerra o assunto dessa forma:

Dotado de uma memória formidável, Antonio Carlos Magalhães sabe muito e sabe que seus adversários sabem disso. Desde terça-feira, quando foi atacado por Délio, ele cultivava com especial prazer um novo esporte: fala ao telefone coisas que muitos políticos não gostam sequer de ouvir. (Veja, 12/09/1984, p.26)

Essa informação está muito imprecisa, embora reflita algo de obscuro em relação ao líder baiano. O que ele sabe que causa tanto espanto a Maluf, que ameaça processar Antonio C. Magalhães, e até mesmo chaga a fazer. Magalhães aparecerá novamente mais tarde na revista com uma pilha de documentos para investigação, mas que não apareceu nenhum resultado até o período que a revista foi estudada.

É possível que Antonio C. Magalhães tenha provas contra Maluf. Nesse caso, o seu papel não seria o de acusar Maluf? Pelo visto, havia mais “rabo preso” do que parece, e Veja é só mais uma das “pedras” que está segurando e que também não poderá soltá-las.

Uma semana depois de “denunciar” Maluf, Veja publica uma capa com a foto do Tancredo Neves com a seguinte chamada: Tancredo: O que ele quer mudar; Seu plano para derrotar Maluf. (Anexo II, nº 837)

Nos editoriais já aparecem Tancredo em visita à editora Abril, recepcionado diretamente por Victor e Roberto Civita, sócios majoritários da editora que publica a Veja.

O fato de a revista ter pendido para o lado de Tancredo não se dá pelo motivo de ser oposição a Maluf, nem por simpatia a Tancredo, se dá em virtude de sua simpatia à “Frente Liberal”, mas não à Frente em si, mas pelo conjunto de idéias e propostas que essa Frente representava. O conjunto de idéias que compunham o “pacote liberal” nunca apareceu claramente nesse período, porém, ela deixa claro que sua proposta é essa.

O que intrigava as “esquerdas” agrupadas nas colunas petistas, pedetistas ou pecebistas, naquele momento, era justamente o fato de esses políticos terem em suas bases

os sindicatos e movimentos populares, o que era oposto ao que representava uma candidatura aliada à Frente Liberal.

É constante a associação da campanha das “diretas já” com a campanha “Tancredo”. (Anexo II, nº 826) Desde o início da candidatura peemedebista – Frente Liberal – que Veja vem fazendo essa associação, reivindicando o apoio popular em torno dessa candidatura. Com isso, poderiam construir uma opção de “centro”, nesse caso, com o apoio popular e das elites ao mesmo tempo. Embora essa tenha sido apenas uma proposta de “conciliação” que naquele dado momento histórico tenha sido necessária, para uma construção hegemônica de um dado projeto político, também visava um arrefecimento dos movimentos populares mais “radicalizados”, e a consolidação de uma estabilidade política.

O comício de Goiânia configurou uma reedição quase perfeita das manifestações pela volta das eleições diretas para presidência que movimentaram o país entre janeiro a abril. O locutor foi Osmar Santos. Fafá de Belém cantou a música ‘Menestrel das Alagoas’. Na praça, estandartes de partidos clandestinos misturavam-se às bandeiras brasileiras. (Veja, 19/09/1984, p.20)

Os partidos clandestinos não são apresentados pela Veja, o único vestígio que aparece aqui é uma bandeira do PC do B. Vale lembrar que em São Paulo a polícia de Franco Montoro, governador do Estado e peemedebista, mandou recolher bandeiras inclusive do PT e do PDT, em um comício pró-Tancredo.

Osmar Santos e Fafá de Belém que haviam “liderado” as campanhas das diretas já, aparecerem novamente ao lado de Tancredo. A novidade agora era, principalmente, a presença de José Sarney, representando a Frente Liberal, além dos governadores de Estado em campanhas regionais, na edições anteriores foram Antonio C. Magalhães e Montoro, agora Íris Rezende.

Também a paisagem humana no imenso palanque acusava algumas modificações impostas pela reviravolta ocorrida no quadro partidário do país. Ao lado dos deputados Ulysses Guimarães e Dante de Oliveira, de sete governadores do PMDB e de outros (...) sorriam em vez de Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, ambos ausentes, o senador Marco Maciel e o ex-governador baiano Antonio Carlos Magalhães. (Veja, 19/09/1984, p.21)

Para finalizar a matéria, “sumiram por completo, assim, as bandeiras do PT, sobretudo, desapareceram as vaías”. Nesse momento, consolidava-se definitivamente a “aliança democrática”, a esquerda estava praticamente fora da condução do processo, e era convenientemente substituída pela ala liberal.

A explicação para a falta do PT na manifestação se deve pelo fato deste ter organizado em Belo Horizonte um outro comício, noticiado pela Veja da seguinte forma:

Menos de 15.000 pessoas compareceram à manifestação organizada em Bela Horizonte pelo PT e por setores do PMDB – um público inferior, por sinal, ao que na quinta-feira foi ao comício que juntou num palanque em Porto Velho, em Rondônia, Maluf e o presidente João Figueiredo. (Veja, 19/09/1984, p.21)

Algumas linhas são suficientes para minimizar o “comício” do PDS e a “manifestação” do PT. A seqüência da matéria também ajuda a entender o contexto de meados de setembro de 1984, “Maluf já decidiu que não tentará promover grandes manifestações. Tancredo fará algumas. Não tantas quanto desejam seus aliados à esquerda, nem tão poucas quanto a preconizam seus partidários à direita”. (Veja, 19/09/1984, p.21)

Maluf não queria manifestações por não ter apoio popular, para ele o trabalho nos bastidores do Congresso era mais importante. O candidato do PDS talvez não se importasse tanto com o apoio popular, para ele ganhar a eleição de forma indireta teria que conquistar, ou principalmente, não perder mais votos no Colégio Eleitoral. No mais, se o partido não havia se preocupado com a opinião popular nos últimos dez anos, embora seu partido não tivesse mais que seis ou sete anos de vida, mas se continuasse seguindo essa tática, com “a abertura política definitiva” não chegaria adolescência.

Em relação às diferenças dentro da chamada “Aliança Democrática”, fica clara a incompatibilidade de conciliar duas correntes divergentes e chamá-las de “centro”. As divergências continuariam, enquanto alguns mais conservadores tendem a se referenciar à “revolução de 1964”, outros mais à “esquerda” a chamaram de golpe. Segundo Veja, Tancredo “exercita seus talentos de conciliador” – Tancredo encontrou um meio termo “nos últimos vinte anos”. (Veja, 19/09/1984, p.21)

Onze páginas dedicadas a Tancredo. “Tancredo aperfeiçoou a arte de unir os contrários”. Tancredo aparece ao lado de Lula depois de Arrais, de Sarney, de Figueiredo, de Armando Aguiar e do ditador paraguaio, Alfredo Stroessner. As alianças firmadas por

Tancredo em sua campanha fazem jus ao título que Veja lhe atribuiu de “Doutor em Alianças”. (Veja, 19/09/1984, p.24)

Como o candidato poderia conciliar um banqueiro e um líder sindical, ou então, o deputado Miguel Arraez e o ditador Stroessner? A questão que fica no ar é a de que essa conciliação não era apenas das elites, mas também a conciliação entre a direita e a “esquerda”, pelo menos a esquerda agrupada sob o PT ou PDT entre outras.

Em relação ao que prometia a capa, comícios, “O que ele quer mudar?” e “Seu plano para derrotar Maluf.” Nesse caso, uma das perguntas ficou sem resposta: “o que ele quer mudar”. Essa pergunta não teve resposta nessa edição, o que apareceu na Veja foi apenas algumas metas mas que não ajudaram a responder muita coisa. A novidade nesta edição é uma guinada no seu objetivo até então, a preocupação era a de derrotar Maluf, nesse sentido, Tancredo definiu que não era o candidato anti-Maluf. A cada crítica que ele fazia ao outro candidato dava espaço para que ele se defendesse. Mas a principal pergunta que interessava a essa pesquisa não foi respondida: “O que ele quer mudar?”. (Anexo II, nº 837)

Na edição anterior, a revista mostrou um cartaz colocado nas ruas de Brasília e Goiânia às vésperas dos comícios de Tancredo. Nos cartazes estava escrito PC do B junto a propaganda oficial de “Tancredo já”, o outro cartaz seria supostamente do PCB com uma caricatura do Tancredo o símbolo da foice e do martelo com uma estrela em cima, escrito “chegaremos lá”.

O curioso é que a matéria inicialmente está mostrando Maluf e sua articulação com os militantes, “Maluf reage e move suas armas: o candidato do PDS consegue reforços militares para conter Tancredo”. Nesse momento reuniram-se para discutir “normas de comportamento político”. Maluf analisou o discurso do presidente como “Ideológico, filósofo, pedagógico, sereno, patriótico e democrático”. Essa fala foi em referência ao discurso de Figueiredo a um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, onde o “presidente acusou a oposição de promover uma “escalada negativista” valendo-se do “desrespeito demagógico” e do “emprego abusivo de recursos estaduais na promoção de comícios”. (Veja, 26/09/1984, p.18)

Essa fala entrou em acordo com a nota publicada pelos ministros do Exército e da Aeronáutica que analisaram o cenário em torno da transição política, condenando a

aproximação da campanha Tancredista com tendências mais radicalizadas. Nos trechos da nota que é publicada na Veja aparecem quatro pontos:

A crescente e preocupante radicalização política, com o apoio ostensivo das organizações clandestinas de esquerda; A utilização, na campanha presidencial, de calúnias, difamações e ofensas pessoais de toda natureza, numa escalada de âmbito nacional; A campanha de descrédito as autoridades, civis e militares, conduzidas com o objetivo de desacreditá-las perante a sociedade e dividi-las; A evidencia dos riscos que a radicalização pode representar para a estabilidade do processo sucessório e para o próprio êxito do projeto de abertura política do governo. (Veja, 26/09/1984, p.19)

O fundo de evidências usadas como argumento aqui seria uma suposta “radicalização” da campanha liderada por Tancredo. Porém, já foram mostradas aqui, que essa ligação era puramente estratégica. A trajetória dos candidatos da “Aliança Democrática” mostra claramente que esses eram contrários às tendências de esquerda e que a esquerda associava-se ao PMDB simplesmente porque só tinha duas opções (PMDB e PDS), nesse caso, uma delas tinha motivos “inconciliáveis” a serem superados.

Tão logo os supostos cartazes foram divulgados pelos governistas, começaram a surgir os primeiros conflitos, Veja saiu logo em defesa de seu candidato. Uma associação entre Tancredo e os cartazes supostamente “comunistas” a essa altura do processo sucessório poderia causar estragos na campanha “democrática”.

A possível farsa começou a ser desmontada na medida em que o cartaz contradizia com o suposto movimento que o colocou. “de qualquer maneira, uma coisa é certa: do PC do B o cartaz não é”. “Isso é coisa dos provocadores”, diz Giocondo Dias, chamando atenção para detalhes: “O símbolo do PC não tem estrela e a posição correta da foice e do martelo não é essa”. “No imprenso ela esta invertida”. (Veja, 26/09/1984, p.21)

Das duas uma, ou a pessoa que editou o cartaz não entendia nada de “comunismo” ou ela realmente quis ser provocadora. Um Partido influenciado historicamente pelo Stalinismo jamais utilizaria como símbolo a foice e o martelo invertidos, esse é o símbolo da Quarta Internacional que tem como fundador o seu maior adversário político, Trotsky, a estrela em cima, é utilizada pelo PC Italiano. E os erros não param por ai. “A falsidade do cartaz também na caricatura de Tancredo. Ela foi tirada do jornal do país, (...) Era a ilustração de Tancredo e Brizola se abraçando. Cortaram o Brizola”. (Veja, 26/09/1984, p.21)

Na edição seguinte os cartazes voltam à cena. O que aconteceu foi mais ou menos o seguinte: três pessoas estavam colando os supostos cartazes nos muros em Brasília. “Seguranças” de Maluf os encontraram e agrediram dois dos “coladores de cartaz”, já que um fugiu, os “seguranças” levaram os dois para a delegacia, foram transferidos para outro posto da polícia, enfim, Veja resume da seguinte forma:

Pelo que se vê, é insegura a vida dos cidadãos em Brasília. Os comunistas não podem colar cartazes porque se arriscam a apanhar dos seguranças malufistas. Este, por sua vez, não pode bater em comunista porque se vê ameaçada por donos de Dodge que se dizem militares. Os delegados de polícia, por sua vez, não fazem valer a autoridade da lei nem contra os comunistas que pregam cartazes, nem contra malufistas que batem em comunistas, nem contra donos de Dodge que anotam seus nomes e os ameaçam. (Veja, 03/10/1984, p.24)

O Dodge e seu dono em questão, aparece no relato dos “seguranças” de Maluf. O suposto Dodge estava na cena da colação de cartazes. Na delegacia, o dono do Dodge se apresentou como militar e “soltou os dois presos” ameaçando apresentar queixa por lesões corporais provocadas pelos “seguranças” malufistas. Existem relatos ainda de outros militares presos no Rio de Janeiro e Goiânia fazendo “pichações” em muros.

Em relação ao tratamento Veja do caso, fica difícil identificar qual violência está sendo legitimada. Cabe pensar se caso os supostos “comunistas” não tivessem proximidade com os militares, ou não tivessem sido espancados por “seguranças” malufistas se o caso não estaria sendo tratado com naturalidade, ou se teria destaque em duas edições seguidas. A única certeza sobre o caso é que se realmente se tratassem de “comunistas”, de qualquer natureza, teriam apanhado primeiro dos “seguranças” do Maluf, depois do delegado e do dono do Dodge, depois disso ainda apanhariam da Veja e até mesmo de Tancredo e Cia.

O interessante é que a matéria começa com Maluf, mas está questionando o apoio de Figueiredo a candidatura malufista. Quanto ao título da matéria, ela está tratando de supostas contas que Maluf projetava para conquistar votos da oposição, mas não fica claro de que forma ele faria isso, os cálculos são um pouco “mirabolantes” talvez por isso não tenham se concretizado.

Conforme havia sido anunciado na edição anterior, “O protesto dos agricultores no sul mostra uma nova face da sociedade: a busca de caminhos próprios de organização.”

(p.20) O chamado “grito do campo”, manifestação organizada pelos agricultores gaúchos, reuniu em Porto Alegre cerca de 40.000 agricultores de todo o Estado.

Essa manifestação foi organizada pela federação das Cooperativas de Trigo e Soja, do Rio Grande do Sul (FECOTRIGO). Na pauta de discussões e reivindicações, estava “a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a retomada do processo de crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno”.

Em relação às reivindicações citadas anteriormente, nada que fugisse aos interesses dos produtores gaúchos ou dos aliados de Tancredo ou Maluf. A seqüência da pauta de reivindicações é bem mais ampla,

Elas iam desde reforma agrária que comece pela distribuição das terras mal aproveitadas até a criação do crédito fundiário, passando pela garantia de recursos para financiamento de custeio e comercialização de produtos agrícolas, pelo crédito rural subsidiado e por uma nova política de preços mínimos. (Veja, 10/10/1984, p.20)

Vale lembrar que essa reforma agrária aparece aqui, mas de forma muito sucinta, essa reforma pautava-se pela “distribuição de terras mal aproveitadas” sem explicar que terras eram essas. No mais as propostas dos agricultores gaúchos vão no sentido de ampliação das relações capitalistas no campo.

Logo se vê que o estádio Beira Rio serviu de palco para as pretensões dos produtores gaúchos e para o apoio a Tancredo. O candidato peemedebista e Maluf foram convidados a participar do evento, Maluf, que não compareceu alegando compromissos inadiáveis foi vaiado pela platéia mesmo sem ter comparecido. Tancredo, por outro lado, foi aplaudido, principalmente por concordar com as reivindicações dos produtores. Seu papel de conciliador foi novamente executado.

Foi executado, nesse caso, não apenas como medida de angariar mais simpatia popular a sua candidatura. Seu compromisso se dá devido a pauta de reivindicações que previa, nada mais, nada menos, que a retomada do crescimento da economia, financiada pelo apoio incondicional do Estado. Esse, faria novamente, o papel de mediador das contradições sociais, comprometendo-se com setores organizados da elite da sociedade antes mesmo de ter ganhado as eleições.

Em relação à “reforma agrária”, nesse caso ficou bem claro as limitações em que essa poderia ser cogitada, “terras mal aproveitadas”. Em um Estado marcado por

contradições entre fazendeiros e “sem terras”. Essa previsão toda de retomada do crescimento nacional, dentro de parâmetros e limitações em que estavam sendo propostas, não entrava em rota de colisão com o que queriam empresários, agricultores, banqueiros ou qualquer interesse de liberais ou conservadores.

Em relação à sucessão, duas novidades, a primeira delas é o aumento às agressões contra Maluf, que teve que ser escoltado em Aracajú e Fortaleza abaixo de ovos e pedradas. As hostilidades ao candidato foram atribuídas ao PT e ao PMDB, e causaram impactos dos mais variados, Figueiredo manifestou-se perguntando “Que democracia é esta que a oposição está querendo?”. Maluf por outro lado afirmou que continuaria viajando. Tancredo também repudiou a atitude dos manifestantes, “esse tipo de manifestação, que se traduz pela intolerância e inconformismo, não se coaduna com a pregação democrática e merece a democracia”. Tancredo novamente sai em busca de amortecer os impactos e acalmar os “radicalismos”. (Veja, 10/10/1984, p.26)

A segunda novidade que surge aqui é que os governadores do PDS estavam chegando ao limite possível para se decidirem de que lado dessa disputa iriam ficar. Segundo a argumentação da própria Veja, esses governadores dependiam de recursos do governo federal, e, portanto não se declarariam dissidentes do partido do governo.

A tendência era, na medida que esses governadores se declarassem a favor de Maluf ou Tancredo, os deputados desses Estados também se definissem. É a partir dessa edição que esses governadores começavam a dar sinais de que poderiam declarar apoio a Tancredo e definir a Eleição.

As retaliações contrárias à participação de manifestantes de “esquerda” publicadas nas duas últimas edições, começaram a surtir efeito. Quando começaram a associar a esquerda com a campanha tancredista, que os comícios da Aliança Democrática, convenientemente começaram a “caçar os comunistas” que sempre foram participantes ativos nas manifestações em prol da redemocratização. Embora o título da matéria fale que “as bandeiras vermelhas cedem espaço ao verde a amarelo”. (Veja, 17/10/1984, p.26)

No comício em questão, que ocorreu em Belém – PA, a policia civil, infiltrada entre a população ali presente, agiu com extrema violência contra militantes dos partidos de esquerda que ousassem fazer qualquer tipo de manifestação. O simples fato de usar camiseta vermelha já era motivo para serem presos, “O vereador Humberto Cunha (...) e o

deputado Ademir Andrade, que vestiam camisetas vermelhas sem inscrição alguma e tentaram evitar a ação policial, foram levados para a delegacia entre empurrões e pontapés dos policiais”. (Veja, 17/10/1984, p.26)

Essa é a forma que Veja se referiu a saída dos militantes de esquerda que participavam dos comícios, a base de “empurrões e pontapés”, assim as “bandeiras vermelhas cedem espaço”. Tudo com o consentimento da “Aliança Democrática” que através de “acordos”, “baniu” o “vermelho”. (Veja, 17/10/1984, p.27)

As tendências inauguradas na edição anterior trazem diversas manifestações contrárias a Maluf nos Estados e a possível decisão dos governadores estaduais se confirmaram, no segundo caso, oito governadores estaduais que estavam “indecisos” declararam seu apoio a Tancredo, três apenas foram para o lado de Maluf e dois continuaram “indecisos”. (Veja, 17/10/1984, p.29)

Em Brasília, o “exército convoca oficiais para lições de anticomunismo”. 400 oficiais de alta patente do exército, “durante 100 minutos” ouviram o General Lustosa, chefe do Centro de Informações do Exército (CIEEX), traçou um suposto perfil do “avanço do comunismo” no Brasil. (Veja, 24/10/1984, p.20)

O general traça um quadro detalhado, fielmente reproduzido pela Veja, dos diversos setores da sociedade que segundo ele era uma “avaliação das atividades subversivas no país”. Essa “avaliação” envolve setores de partidos políticos clandestinos, igreja católica, imprensa, artistas e mais uma série de outros setores.

Íris Lustosa afirmou que o PCB tem 8.000 militantes em todo o território nacional, o PC do B tem 7.000 e o MR-8, 1.500. Segundo Lustosa, merecem vigilância também a Convergência Socialista, de linha Trotskista, e o Partido Revolucionário Comunista (PRC) – comandado, segundo o general, pelo deputado federal José Genoíno, eleito pelo PT de São Paulo. (Veja, 24/10/1984, p.20)

A preocupação do general aqui é mostrar a aproximação que essas tendências tinham com a campanha tancredista, já que era comum aparecerem bandeiras vermelhas e cartazes desses partidos, clandestinos ou não, nos comícios pró-Tancredo. Vale lembrar que o candidato peemedebista nunca demonstrou nenhuma simpatia por essas “tendências de esquerda”, muito pelo contrario, é comum ver ações e acordos de repulsa e repressão a esses movimentos por parte da Aliança Democrática conforme já foi citado anteriormente.

A preocupação de Veja ou dos militares não se deve ao fato de existir ou não essa aproximação. O que ambos estão combatendo aqui é um possível crescimento dessas correntes esquerdistas, isso sim é uma preocupação aos assinantes e patrocinadores da revista e do regime.

Veja está chamando atenção, ao reproduzir o discurso do General Lustosa, que esses movimentos existem. Quando ela reproduz as informações dadas aos militares, ela está fazendo a mesma coisa que os comandantes do CIEX, só a platéia é que muda. Entre as “ameaças” estavam os já citados, mas incluíam-se outros inclusive a própria Veja que publicou à algumas edições atrás, uma matéria sobre cinema falando do filme “Memórias do Cárcere”, baseado na obra de Graciliano Ramos. (Anexo II, nº 824)

Os demais “envolvidos” com atividades “subversivas” e que merecem ser destacadas aqui é a participação de ramificações da Igreja Católica que estavam envolvidos mais diretamente com os movimentos sociais.

a ala da Igreja Católica que prega a Teologia da Libertação e coordena as Comunidades Eclesiais de base. O papel da igreja na área rural tem sido o de legitimar as invasões de terras”. Disse o expositor. Foram exibidos slides do arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, “um dos responsáveis pela proliferação das comunidades de base”, e do bispo de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, apresentandos como invasores de terras. (Veja, 24/10/1984, p.21)

É verdade sim que setores da igreja estiveram envolvidos com os movimentos sociais, principalmente no campo. Mas, o que não aparece nem nos relatórios dos militares nem na revista Veja, é que essa situação ocorreu em virtude das diversas contradições existentes no meio rural, fruto de um processo secular de “desenvolvimento” das relações sociais que envolvem as relações capitalistas de produção no campo. Essas contradições históricas não são consideradas.

Esta edição continua igual, a cobertura da sucessão mostrou apenas o isolamento de Maluf, que após a definição, contava com o apoio de apenas três Estados, os dois governadores que ainda permaneciam indefinidos eram os governadores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O de Santa Catarina, não tinha tanta representatividade diante de uma Assembléia estadual dominada pelos malufistas, logo o peso maior dos representantes estaduais que viriam a compor o Colégio Eleitoral, pedia para o lado de Maluf.

Já o governador do Rio Grande do Sul tinha fortes motivos para se colocar junto a Tancredo, pois a manifestação dos produtores gaúchos demonstrou claramente que a maioria das associações de agricultores do Estado estavam ao lado da Aliança Democrática. Em um momento de “abertura” política, e da futura volta das eleições diretas, a última coisa que um político poderia querer era a intriga com uma categoria tão bem estruturada como era o caso dos agricultores gaúchos.

Essa edição está cheia de conflitos. De um lado Maluf alega que Tancredo não tem condições de saúde para continuar a campanha. De outro, o PMDB, e não o Tancredo, acusa Maluf e não o PDS de comprar votos. Veja está trazendo uma série de denúncias a respeito da compra de votos por parte de Maluf e seus assessores. Tem o deputado Juruna devolvendo dinheiro, denúncias de que na Assembléia que elegeu delegados ao Colégio Eleitoral no Maranhão, Estado do vice da Aliança Democrática, a votação se deu em clima de tensão.

As denúncias feitas por Sarney eram de que as cédulas já estavam marcadas com os candidatos malufistas, e que a Assembléia do Estado estava cercada de policiais federais. Por este motivo, Sarney saiu derrotado em seu próprio Estado, onde teria grande influência, inclusive por parte do governador, que, aliás, seria o único que poderia pedir a presença da Polícia Federal, e não o fez. Os seis delegados eleitos eram malufistas, Sarney alegou fraude e alegou que pediria a impugnação da eleição. (Veja, 31/10/1984, p. 21).

O que mais tem se tornado evidente são os conflitos em torno do processo de sucessão. O tão temido “radicalismo” e ascensão da esquerda que o processo sucessório causava no primeiro semestre e que justificou a rejeição da Emenda Dante de Oliveira, agora tornava-se contraditoriamente em realidade, ironicamente personificado na extrema direita, mas essas táticas não eram novidades para eles.

O grande problema da sucessão, que a Veja atrela a forma indireta das eleições, não está na forma em si, está no desgaste de uma administração marcada pela inflação, desemprego, endividamento do Estado, e mais uma série de contradições. Embora os dois candidatos tenham envolvimento direto no acirramento destas contradições, um deles representa o continuísmo, e outro uma nova saída, nem que a nova saída seja a velha bandeira do “liberalismo”. Que, assim como a eleição, direta ou indireta, não está

comprometida em resolver todos os problemas do país, e sim retomar o controle social e político visando o desenvolvimento econômico.

Veja está claramente defendendo um projeto, e não necessariamente um candidato, quando ela fala: “Tancredo” ou “Aliança Democrática”, ela está falando “Frente Liberal”. Tancredo é só o nome centralizador, ou “conciliador” destas contradições.

É neste sentido que ela sai em defesa do sufrágio universal, reinventando a campanha das “Diretas Já”. Desta forma, parece que as manifestações contrárias a Maluf eram causadas pela rejeição do candidato, quanto a isso, Veja colaborou e muito para a construção dessa rejeição do candidato.

Os defensores das eleições indiretas alegavam que uma disputa pelo voto direto radicalizaria a campanha eleitoral e daria margem à corrupção. Se a semana passada puder ser tomada como parâmetro, a sucessão presidencial pelo voto indireto atualmente em curso será uma das campanhas mais radicalizadas, violentas e corrompidas de que já se teve notícia no país. (Veja, 31/10/1984, p. 20).

Os tumultos aparecem sempre nas atividades de Maluf, mas em geral, Veja atribui as manifestações mais “radicalizadas” aos partidos de esquerda, legais ou clandestinos, o último incidente foi na inauguração do comitê Feminino do PDS no Rio de Janeiro.

Pela primeira vez, Veja fala em derrota de Maluf como “resultado mais provável”. Ela se apóia em diversas informações que vão desde pesquisas populares Veja/GALLUP, sobre a popularidade dos dois candidatos e obviamente que Tancredo ganha em todos os quesitos, *exceto* em “juventude”, algo que para um político nem sempre é tão fundamental assim.

Maluf por sua vez, busca na legalidade bases para se apoiar. Entre as formas de votação previstas, estava o voto aberto, algo que desfavorecia Maluf, tendo em vista que quase ninguém naquele momento se sentia a vontade de declarar. Neste sentido, Maluf queria que a votação fosse ou por cédula, e, neste caso, a cédula já estivesse marcada em quem o representante estava votando, ou então que se respeitasse a “fidelidade partidária”. No segundo caso, beneficiaria o candidato do governo que tinha maioria no colégio eleitoral, colhendo assim os frutos do “Pacote de Abril”, lançado ainda em 1977.

Estas duas medidas eram vantajosas para o PDS, que tinha maioria nos Estados, que indicariam representantes para a formação no colégio eleitoral. Neste caso, a

“fidelidade partidária” funcionaria como uma nova espécie de “voto de cabresto”, conhecida pelos brasileiros nos tempos da Velha República.

Essas medidas são cogitadas pelo PDS em um momento em que sua candidatura começa a perder credibilidade, até mesmo entre os próprios aliados de Maluf. Nesse momento o que se falava no PDS era em uma mudança de atitude de seu candidato, ou aconteceria como um de seus apoiadores, deputado Amaral Neto, do Rio de Janeiro, “matematicamente, a olho nu, a fatura já esta liquidada e não há jeito de Maluf ganhar”. (Veja, 07/11/1984, p.20).

Em meados de novembro, a campanha de Tancredo já começa a dar sinais de “vencedora”, até mesmo o PDS e Maluf começam a tomar outras medidas para tentar reanimar a sua candidatura. Nesse momento Veja intitula sua matéria da seção Brasil: “Maluf perto do fim: encurralado pelos avanços de Tancredo no Colégio Eleitoral e por pressões do governo, o candidato do PDS tenta evitar a renúncia”. (Anexo III, nº 846) (Veja, 14/11/1984, p.18).

Com *exceção* da edição de 19 de maio de 1982 que dedicou em torno de 20 páginas para Maluf, esta foi até aqui a segunda maior matéria sobre o candidato. A diferença é que na primeira ocasião era o lançamento de sua campanha e esse é praticamente o fim.

A cúpula do PDS ainda tenta encontrar uma solução para a sua candidatura, mas pelo visto, Maluf nunca até aqui, esteve tão isolado. Embora o candidato ainda não tenha decidido abandonar a disputa, seus apoiadores já o fizeram.

Duas hipóteses seriam examinadas caso Maluf seguisse compelido à renúncia. No primeiro o PDS tentaria encontrar às pressas um nome capaz de ampliar o contingente de eleitores do partido no Colégio. É uma hipótese complicada, até porque muitos remanescentes do malufismo seriam tentados a juntar-se a Tancredo. (Veja, 14/11/1984, p.23).

Essas hipóteses seriam muito remotas, primeiramente porque as únicas possibilidades do PDS, ou tinham sido minimizadas por Maluf, como no caso de Andreazza, ou haviam migrado para a Frente Liberal, o mais provável era que o restante fizesse o mesmo. A outra hipótese seria “o PDS abraçaria a bandeira da conciliação nacional e transformaria Tancredo em candidato único”. (Veja, 14/11/1984, p.23)

Na mesma semana em que aumentaram os rumores da possível “renúncia” de Maluf, Tancredo mudou um pouco o discurso e passou a se apresentar como “sou o candidato da conciliação nacional”. A frase foi dita em discurso no Rio de Janeiro diante de 1500 empresários e 800 artistas. Na mesma semana “Tancredo reuniu-se na sede da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria com trezentos dirigentes sindicais de todo o país, representando 120 federações e cerca de 20 milhões de trabalhadores”. Veja encerra a coluna, intitulada “Semana Agitada” da seguinte forma: “Tancredo saboreava uma doce conquista: recebera manifestações de apoio vindas tanto da classe patronal quanto dos dirigentes sindicais”. (Veja, 14/11/1984, p.24).

Nestes termos, não cabe duvidar do papel conciliador de Tancredo, resta saber se o tom das conversas foi o mesmo, porque até agora o plano de governo do candidato ainda não foi apresentado, pelo menos na Veja que a algumas edições anteriores questionava se a obstinação de Tancredo era apenas a de vencer Maluf. A pergunta nunca mais retornou, o programa não foi apresentado, e a vitória era questão de tempo.

Mesmo no momento em que os militares já afirmavam não haver possibilidade de golpe, e que respeitariam a decisão do Colégio Eleitoral, os articuladores tancredistas temem a possível renúncia de Maluf. Pelo menos é o que eles dizem, alegam que uma candidatura única proporcionada por uma “eventual renúncia de Maluf provoque o surgimento de uma candidatura militar para enfrentá-lo”. (Veja, 14/11/1984, p.26).

Desde a semana passada está claro que se a oposição mudou para abrir a transição política, incorporando a Frente Liberal, o Governo muda aceitando a idéia segundo a qual a entrada de Tancredo Neves no Palácio do Planalto não significa a ascensão de um adversário. (Veja, 28/11/1984, p.23).

Os militares por sua vez, saíam definitivamente de cena, alguns de alta patente como o General Newton Cruz, que ocupava o posto de comandante militar da capital, após diversos incidentes, principalmente contra manifestantes<sup>7</sup> e jornalistas. O ministro Walter Pires, com o consentimento de Tancredo, assinou uma “ordem de remoção”, transferindo Cruz para um cargo burocrático no almoxarifado do Exército.

---

<sup>7</sup> Cruz foi o responsável pelo cerco de segurança do Planalto no dia 25 de agosto, data da votação da Emenda Dante de Oliveira.

A atitude do ministro encerrava em boa parte os rumores de um novo golpe. O general Cruz era conhecido entre os militares como “Nini”, em referência ao ditador italiano Mussolini. Os militares entrevistados pela Veja nos últimos tempos, assim como Figueiredo já haviam dado declarações de que manteriam seu compromisso com as instituições democráticas, selando até aquele momento a possibilidade de novo golpe.

Por outro lado, rumores de um suposto encontro entre Tancredo e o ministro Pires, marcou a edição seguinte da revista Veja. São algumas páginas discutindo se houve ou não um encontro entre os dois no dia em que o ministro afastou o General Cruz do comando militar em Brasília, Tancredo nega que isso tenha acontecido, mas, por outro lado, até mesmo o presidente Figueiredo afirma que tal encontro realmente tenha acontecido.

Polemizar a existência ou não do encontro não seria frutífero para esta pesquisa. Nem para o processo sucessório que está sendo estudado. O que cabe questionar é porque Veja está dedicando tanto espaço para discutir temas referentes aos militares. Veja dedicou nas últimas edições mais espaço e com muito mais cautela, do que talvez ela tenha dedicado à Maluf desde a Convenção do PDS em agosto.

Se partirmos do princípio de que a instituição do Regime Militar em 1964 tenha sido executado em acordo entre algumas categorias civis e militares em conjunto. Neste caso, o que a Veja está tentando fazer é o contrário. Ela nega essa associação civil-militar, justamente porque a primeira delas não poderá assumir sua responsabilidade no novo regime que estaria em fase de construção.

Neste caso, a culpa do atraso econômico, da recessão, da inflação, da dívida externa, dos problemas sociais e políticos, deveriam ser associados ao regime que estava sendo encerrado, assim todas as contradições geradas pelo regime restringir-se-iam aos militares enquanto todos que se beneficiaram do regime estariam isentos de responsabilidade.

Por outro lado, fica a idéia de que eles podem voltar e neste caso, eles ainda devem ser temidos. Dessa forma, passa-se uma imagem, ao mesmo tempo em que a “nova” construção política, idealizada em Tancredo, não tem vínculos diretos com o que teria acontecido, “nos últimos vinte anos”.

Após Tancredo ter assumido uma postura de “vencedor” e Maluf aparentemente ter reconhecido a derrota, e, sepultada qualquer possibilidade de um novo golpe por parte

dos setores “militares”, o passo seguinte seria construir as bases político-econômicas e “aparar as arestas” que pudessem se opor ao novo projeto. (Anexo III, nº 855)

Quando surgiram os primeiros rumores de que Leonel Brizola encontrou-se com o candidato a vice na chapa do PDS deputado Flávio Marsílio, para articular um plebiscito nacional para consultar a população sobre a possibilidade de eleições diretas para 1986, Tancredo, antes mesmo do assunto vir a tona, responde, “acho muito mais razoável, se realmente houver um reclamo da opinião pública nesse sentido, que se submeta o candidato eleito pelo Colégio Eleitoral a um referendo de toda a nação”. Para a Veja, essa resposta tão rápida de Tancredo, era para “matar no nascedouro” uma possível campanha nacional liderada por Brizola. (Veja, 28/11/1984, p. 22)

### **3.2 Veja e a “Grande Política” liberal**

As ligações entre a Veja e a direção da campanha de Tancredo, demonstraram ao longo da campanha, ter uma certa proximidade. Veja encerra a matéria afirmando que “ao sugerir o plebiscito Tancredo Neves parecia estar falando ao país. Estava, na verdade, mandando um recado a Brizola”. Se o recado foi realmente para o Brizola, e, como afirma a matéria “a idéia do plebiscito não é pra valer”, estaria então o candidato das “diretas já”, temendo ou negando, as eleições diretas para 1986? (Veja, 28/11/1984, p. 22)

Outra tendência nessa edição, foi a de recriar a imagem do presidente Figueiredo. O presidente foi o maior cabo eleitoral da candidatura do PDS, mesmo nos momentos mais difíceis da campanha, quando Maluf chegou a ser “apedrejado” por manifestantes, Veja não desferiu ataques diretos ao presidente. Figueiredo apareceu sempre como um defensor de seu partido, e por isso manteve sua fidelidade ao PDS.

É nesse contexto que Veja repercute a aproximação entre o presidente e a candidatura peemedebista. Em uma matéria intitulada de “Figueiredo já: oposição quer comícios para o presidente”, Veja fala que, “João Figueiredo, com pouco mais de 100 dias de mandato pela frente, caiu nos braços da oposição, e lá, aparentemente está se sentindo muito bem. Tão bem quanto os próprios opositores”. (Veja, 28/11/1984, p. 23)

Essa aproximação entre duas correntes em disputa reafirma ainda mais o tom central do discurso tancredista de conciliador. O candidato que já havia unido interesses entre liberais, nacionalistas e esquerda, “enquartelou” os militares, agora, ganhava também a simpatia do próprio presidente. (Só faltou Maluf declarar apoio a Tancredo).

Quanto aos “comícios para presidente”, a idéia era a de inaugurar uma série de obras nos estados, governados por peemedebistas ou dissidentes do PDS, contando com a presença de Figueiredo, para prestar-lhe suas “homenagens” e “agradecimentos”.

Maluf parece começar a aceitar que não tinha mais condições reais de pleitear o cargo de presidente da República, mas afirma que disputará a eleição no dia 15 de janeiro. Neste mesmo momento Tancredo “assume” uma postura de presidente, mesmo antes de ser eleito. Publica seu Discurso de Vitória e seu Plano de Governo, o qual, retiradas as partes discursivas e homenagens, o que sobrou foi apenas que seu governo não será “centralizado” e que não caberá “revanchismo” da parte dos vencedores em relação aos militares ou aos seus aliados políticos. (Veja, 21/11/1984, p.37).

Como sempre, foi cauteloso, evitou entrar em contradições, mas não apresentou medidas de governo, a única coisa concreta e relevante foi que em 1986 seria eleita a Assembléia Nacional Constituinte, o que neste caso, era o que se esperava de qualquer um dos candidatos que fosse eleito.

Porém, surge a “primeira crise na aliança”. O professor Décio Munhoz, que chefiava a “assessoria econômica” da aliança democrática, teve seu primeiro enfrentamento dentro da formação dos novos quadros que possivelmente formariam a equipe econômica do futuro governo. As divergências surgiram com as teses apresentadas pelos economistas ligados à Frente Liberal, que segundo Munhoz, “eles estão apresentando propostas opostas àquelas que estão no manifesto da Aliança Democrática”. (Veja, 21/11/1984, p.38).

O posto foi assumido por Cristóvão Buarque, a função exercida por Munhoz, segundo Veja, era a de “um protocolador e classificador de sugestões encaminhadas à Aliança Democrática”. Figuravam, ainda, nesse conselho, Celso Furtado, Olavo Setúbal (Itaú), Walter Moreira Salles (Unibanco), e Francisco Dorneles. (Veja, 21/11/1984, p.31).

As principais discordâncias de Munhoz começam pelo fato do governador mineiro, Helio Garcia, teria dado garantias ao então Ministro da Fazenda Ernane Galvêas, “de que Tancredo honrará a todos os compromissos assumidos pelo atual Governo com o

FMI”. Com relação a isso, a “Aliança” nunca deu sinais de que não o faria e a revista Veja fez questão de mostrar isso ao longo de praticamente toda a campanha tancredista. (Veja, 21/11/1984, p.39).

A outra divergência de Munhoz era que ele “também discorda da proposta de desindexação total da economia feita pelo ex-ministro Mario Henrique Simonsen numa reunião da Frente Liberal, na quarta-feira passada, por entender que ela provocaria achatamento de salários”. (Veja, 21/11/1984, p.39).

Tão logo o “futuro” governo se encontrava com seus apoiadores, começavam a aparecer algumas das diretrizes econômicas do governo “conciliador”. Nesse caso, as políticas econômicas já começavam a dar sinais de qual o formato e o preço do governo que se estava construindo, também começaria a mostrar que pagaria o preço do governo “construído nas ruas” com a “maior manifestação política da história do país”.

Em entrevistas, o presidente do PMDB deu o tom do que será o próximo governo, admitindo que serão necessários “remédios amargos” para a recuperação da economia e que só será possível administra-los “se o governo tiver o apoio da sociedade” (Veja, 12/12/1984, p.39)

O gosto desse “remédio amargo” seria pago obviamente pelo contribuinte, principalmente pela classe trabalhadora. Toda a mobilização política gerada em torno da campanha nacional pelas “diretas já” e posteriormente com a eleição de Tancredo Neves, criou na população um sentimento de mudança, os trabalhadores voltaram a acreditar que poderiam construir uma opção e que, principalmente, através do voto estariam sendo representados no cenário nacional.

Desde o momento em que os correligionários do futuro governo aparentemente garantira a vitória, passaram a moldar os limites em a serem impostos aos partidos de esquerda. Nesse momento, Veja volta, ainda que de forma branda, a separar os grupos esquerdistas de qualquer ligação direta com o futuro governo. O que talvez perturbasse a revista, era que ela deveria conter avanços dessa “esquerda”, mas ao mesmo tempo tomar cuidado já que para ela era necessário garantir para Tancredo os votos do PT, PDT e da “esquerda” do PMDB.

É essa esquerda que Veja chama de “Anti-Frente Liberal”. Veja alega que esse grupo, pretendia “interferir nos rumos do futuro governo com a mesma força da Frente

Liberal”. Tancredo pelo visto, estava colhendo os frutos de outono antes mesmo de passar pela primavera.

Veja ao comentar declarações de um deputado do PDT carioca, que falou sobre as disputas internas da Aliança Democrática falando que “ninguém pode ser Pelé sem chutar com as duas pernas”, Veja sistematizou a disputa da seguinte forma:

Corre-se o risco de obrigar Tancredo a ter uma perna para a Frente, outra para a Anti-Frente, que junto com as do PMDB e da dissidência do PDS, somam quatro. A elas que juntam-se o PDS tardio e, com isso o candidato ficaria com cinco pernas. (Veja, 12/12/1984, p.40)

Para uma candidatura de “conciliação”, o momento ainda era de juntar apoio necessário para garantir a vitória que pelo que tudo indicava, estava a pouco mais de trinta dias de distância. Em relação às “cinco pernas” de Tancredo, é um pouco de exagero da revista.

Primeiramente porque a “Frente” e “dissidência do PDS” eram a mesma coisa, segundo, que o “PDS tardio” migraria para a Aliança, por conveniência, já que poderia estar pensando no futuro e não queria amargar a repulsa da sociedade por ter ficado ao lado de Maluf.

Nesse caso, “PMDB”, “Frente Liberal” e “PDS tardio”, possivelmente caminhariam no mesmo rumo. O que restaria do PDS seria talvez a pior das preocupações do futuro governo, porém, seria justamente essa tendência que dificilmente formaria com a esquerda ou “Anti-Frente”, uma oposição capaz de criar maiores problemas para o possível futuro governo.

A tal ponto que, na semana passada, ele se viu obrigado a dar uma declaração para acalmar os adeptos da Frente Liberal: “Qualquer apoio que venhamos a receber de malufistas não mudará em nada os compromissos que já assumimos”, garantiu Tancredo. (Veja, 12/12/1984, p. 40)

As tendências que aparentemente estavam se colocando como uma futura oposição era a formação de uma esquerda comandada pelo PDT, PT e PCdoB, oriunda dos sindicatos e movimentos sociais. Essa, com todas as suas limitações, era talvez, a principal preocupação do antigo governo dos “militares” e do novo governo “civil” que estava se formando naquele momento.

A última edição de 1984 trouxe nas suas “paginas amarelas” as “frases de 1984”, destacando algumas das falas dos principais figurantes do processo sucessório. Algumas

delas resumem as transformações do pensamento “político dos políticos” brasileiros da “época”, como as do então senador e depois candidato a vice presidente José Sarney: “o comício de São Paulo não me impressionou”. Esse comício ocorreu em janeiro e contou com a participação de 200.000 pessoas. Em dezembro do mesmo ano, e no mesmo local, 100.000 pessoas estiveram no comício da Aliança Democrática, para Sarney: “o comício de São Paulo é mais uma prova de que o povo elegeu Tancredo Neves presidente”. (Veja, 26/12/1984, p.05)

A transformação no discurso de Sarney é reflexo da posição política de quem passou de um lado para outro. Quem não poderia ter mudado de lado, mudou apenas de opinião, em março, Tancredo deu declarações de que “sem eleições diretas, não teremos uma verdadeira democracia”. No mesmo mês, Maluf afirmava que “eleições diretas agora é golpe”. Em novembro do mesmo ano, na medida em que o favoritismo de um foi superado pela “conciliação” do outro, as opiniões também mudaram de lado. Em novembro do mesmo ano, Tancredo afirmava que “eleições diretas agora é golpe”. Enquanto isso, Maluf declarava que “só com eleições diretas teremos uma verdadeira democracia”. (Veja, 26/12/1984, p. 05)

Em uma matéria intitulada “**nas democracias, a alternância do voto indireto**”, Veja faz um pequeno comentário sobre a questão do voto direto ou indireto, cita exemplos e levanta dados sobre os mais diversos países alegando que a realidade mundial “é mais complexa”. Ela cita que dos 169 países independentes apenas 33 escolhem presidentes de forma direta, um exemplo que ela cita é o caso do Paraguai, que desde 1954 elege por voto direto, o mesmo presidente, ela também questiona os 23 países socialistas, “a manipulação do voto indireto permite que os partidos comunistas se eternizem no poder, depois de destruírem os partidos de oposição”, e para finalizar a matéria ela coloca, “o que importa não é o sistema direto ou indireto, mas sim se um regime é ou não genuinamente democrático.” (25/01/1984 p.22)

Na perspectiva que vem sendo estudada aqui, a Grande Política exercida pela Veja, vai no sentido de construção de um dado projeto de articulação política que é construído no sentido de legitimar o futuro governo, independentemente da forma com que ele for eleito.

Embora muitos dados que confirmem essa política da revista já terem sido trabalhados no capítulo anterior e ao longo deste terceiro capítulo, vale a pena chamar a atenção para o seu objetivo maior que era a construção de uma política liberal. Veja faz grande política até quando aparentemente está fazendo a pequena política. Quando ela fala “Aliança Democrática”, ela está se referindo ao programa social, político e econômico que está incutido por trás desse programa, no caso, liberal.

Veja trabalha claramente uma das campanhas, porém, nem sempre ela faz um enfrentamento aberto a todas as opções que estão sendo colocadas como alternativas. Quando ela fala das esquerdas, ela é sistemática em criar exemplos contrários. No entanto ela não ataca as demais frações da burguesia. Mesmo no momento em que ela está criticando a candidatura Maluf, ela não critica necessariamente o programa que ele representa, apenas centraliza suas críticas na figura que o candidato representa. Dessa forma, caso esse grupo se torne vencedor ela terá recursos para colaborar para a manutenção da ordem.

Antes mesmo de se definir como se daria na prática os rumos do processo de transição, já aparece Tancredo Neves articulando com demais lideranças como Ulysses e Brizola, além de uma série de políticos ligados de alguma forma à oposição. Aparentemente o que se buscava era traçar metas e definir a melhor forma de enfrentar o PDS independentemente da forma e do Colégio Eleitoral. Nessa edição Tancredo aparece como candidato. “O governador Tancredo Neves de Minas Gerais, assumiu publicamente na semana passada, enfim, a condição de presidenciável”. (Veja, 30/05/1984, p.20)

A estratégia do PMDB de apostar todas as suas fichas em cima do anti-malufismo poderia ser um tanto arriscada. Caso Maluf não fosse eleito na convenção do PDS as dissidências do partido não teriam apoiado Tancredo, dessa forma, todo o trabalho em construir um “anti-candidato” estaria comprometido. Nesse caso, Veja aponta outro caminho: “A solução para essa ameaça seria lançar o ex-governador mineiro como um antídoto puro e simples contra a eleição de Maluf, mas também como uma chance concreta de chegada ao poder de uma nova frente política – a frente liberal”. (Veja, 04/07/1984, p.23)

Essa “nova frente política” era na verdade os “velhos” conhecidos da população que já se abrigaram sob diversas siglas. O que eles teriam de “novo” no caso, seria a reformulação do campo de disputas forçados por novos agentes políticos como era o caso

da organização aberta por parte da esquerda, que até então, não tinha um espaço formal de disputa. Daí o que se seguiu foi a reafirmação das elites no centro do poder, com suas diferenças e divergências, mas com um único propósito, manter a hegemonia burguesa sobre a sociedade brasileira.

## CONCLUSÃO

A pesquisa que foi realizada aqui partiu de alguns pressupostos colocados inicialmente como hipóteses possíveis de investigação, porém, essas hipóteses estavam em aberto para serem confirmadas ou não, nesse sentido, foi possível identificar novas questões que surgiram ao longo da pesquisa. A questão inicial era identificar a partir da revista *Veja* quais seriam as possibilidades e limitações para a efetivação de projetos possíveis para a abertura política do país após o final da ditadura militar.

Nesse sentido, pode-se constatar que a revista defendeu um dado conjunto de interesses que previa desde a rejeição total a qualquer iniciativa realmente popular ao mesmo tempo em que construiu uma proposta liberal. Essa concepção já era prevista e na medida em que a investigação foi avançando, tornou-se perceptível que *Veja* seguia rigorosamente essa linha de argumentação.

Nesse sentido, as concepções gramsciana sobre as formas de manifestação do Estado, sendo este como “Estado Ampliado”, ajudaram a compreender como a revista atua no sentido de construir uma dada ideologia na sociedade. Quando se analisa a revista no seu dia a dia, essas questões de fundo ideológico não aparecem claramente, ela cogita uma série de possibilidades. Assim ela cria um campo de opções que aparentemente abre caminhos a serem escolhidos pela população.

Na verdade, ela está limitando o campo de disputas a uma pequena fração elitista que tem como proposta a manutenção da ordem burguesa na sociedade. Isso se transforma, no campo prático, em uma proposta colocada de uma forma que passe a impressão de que o cenário político do país esteja em uma discussão permanente, assim *Veja* estaria exercendo uma função social de colocar propostas em debate apresentando diversas opções a serem escolhidas pelo seu leitor. O que fica mascarado por trás dessas propostas são os projetos que contrariam essa ordem burguesa, ou seja, os projetos vinculados ou que ela julgue serem vinculados à esquerda.

Quando ela fala nas possibilidades para o futuro governo ela cogita uma série de alternativas em relação aos candidatos, aos partidos e ao formato da eleição. Assim, torna-

se mais importante saber se a eleição será de forma direta ou indireta. A partir daí, ela cria um diálogo exaustivo em defender uma dada proposta sem necessariamente criar um rejeição popular em relação a outra. Ela defende a eleição direta, mas também não rejeita a indireta. Dessa forma, Veja aceita qualquer uma das opções, desde que essas opções estejam ligadas à burguesia.

Veja sabe que na forma indireta a hegemonia burguesa está garantida, porém ela prefere a via direta porque essa tem apoio popular. As multidões que iam as ruas pediam “diretas já” e dentro do campo real de possibilidades estavam em disputa duas frações da burguesia, ela aparentemente tem uma preferência, mas não tem rejeição total à outra. Seu campo de combate está em outro patamar, o inimigo a ser combatido também está nas ruas junto à população que reivindica mudanças. No entanto, não é possível afirmar convictamente que esse inimigo tenha possibilidades reais de disputar hegemonia dentro da sociedade.

Quando ela restringe o campo de disputas à forma da eleição, ela está tirando de foco às contradições e conflitos entre as diversas frações da sociedade brasileira de uma forma geral, ela está limitando a discussão dentro de parâmetros seguros e que não abra um debate mais amplo para se discutir a real situação econômica, política e social.

Essa linha de omissão segue ao longo do período estudado, é assim também quando ela cogita sobre as possibilidades de ampliação do campo de disputas, ela cogita uma série de opções que vão desde Maluf a Tancredo, mas que passa por mais uma série de outros candidatos, todos confiáveis para a burguesia. Assim ela cria as candidaturas possíveis e aceitáveis.

Por outro lado, ela mostra também o modelo a ser rejeitado, nesse campo, destaque para o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. Esse representa a “esquerda”, portanto, assim como qualquer outro representante da mesma linha, deve ser rejeitado. Qualquer tendência de esquerda deve ser combatida, seja das bandeiras vermelhas nos comícios às greves operárias em todo o país.

A construção de um modelo político econômico defendido pela Veja é o de uma política liberal. Isso fica evidente em diversas fases da revista conforme foi demonstrado ao longo dessa pesquisa.

Traçamos assim alguns parâmetros identificados e comprovados ao longo da pesquisa, dessa forma, conseguimos evidenciar dois fatores fundamentais, o antiesquerdismo e a proposta liberal. Assim, Veja limita a construção de uma democracia efetiva que atinja os mais diversos setores da sociedade. Essa democracia pode existir desde que se “limite” ao liberalismo econômico.

Nesse sentido Veja está preparando o terreno para as novas transformações que passarão a fazer parte das propostas neo-liberais. Nesse momento ainda não aparecem concretamente consolidadas as propostas para esse caminho, mas nos períodos posteriores, incluindo aí a “Assembléia Nacional Constituinte” caberia uma outra pesquisa para identificar qual foi o papel desempenhado pela revista durante a formação da “nova” constituinte, analisando a atuação da revista diante de um cenário de disputas políticas e disputa por hegemonia no cenário nacional.

**BIBLIOGRAFIA**

- BENJAMIN, César. **A opção brasileira**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Governos Militares na América Latina**. São Paulo, Contexto, 2001.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **Política Brasileira: Embate de Projetos Hegemônicos**. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.
- DREIFUSS, René Armand. **A Internacional Capitalista**. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1986.
- DREIFUSS, René Armand. **O Jogo da Direita**. Petrópolis, Vozes, 1989.
- FONTES, Virginia. **Reflexões Im-Pertinentes história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2005.
- \_\_\_\_\_. **A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980**. In: LIMA, Julio C. F. (Org). **Fundamentos da educação escolar no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O principio educativo. Jornalismo. RJ. Civilização brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Estadolatria**. In: SADER, Emir (Org). **Gramsci: poder, política e partido**. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- HAYEK, F. A. **O Caminho da Servidão**. Biblioteca do Exército, RJ., 1994.
- HOBBS, Thomas. **LEVIATÃ**, São Paulo, Martin Claret, 2004.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura, a história de uma crise**. São Paulo, Brasil Debates, 1982.
- LENIN, V. U. **O Estado e a Revolução: a doutrina marxista do Estado e as tarefas do proletariado na Revolução**. São Paulo, Global, 1987.
- LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro, UFRJ, 2007.

MACIEL, David. **A Argamassa da Ordem da ditadura militar à nova República**. São Paulo Xamã, 2004.

MENDONÇA, Sônia Regina. **Estado e Poder**, In: MATTOS, Marcelo Badaró. **História Pensar e Fazer**. Niterói, LDH, 1999.

\_\_\_\_\_. **Estado e Educação Rural no Brasil: alguns escritos**. Rio de Janeiro, Vício de Leitura, Faperj, 2007.

MENDONÇA, Sonia Regina. FONTES. Virginia Maria. **História do Brasil Recente 1964 – 1980**. São Paulo, Ática, 1991.

NEVES, Lucia M. W. **A Nova Pedagogia da Hegemonia estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo, Xamã, 2005.

QUIRINO, Célia Galvão. **Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade**. In: WEFFORT, Francisco C. (org). **Os clássicos da política**. SP, Ática, 1989.

SILVA, Ilse Gomes, **Democracia e participação na ‘reforma’ do Estado**. São Paulo, Cortez, 2003.

TAVARES, Maria da C. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia financeira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

TAVARES, Maria da C. DAVID, Maurício Dias. **A Economia Política da Crise: problemas e impasses da política econômica brasileira**. Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

WOOD, Elen M. **Democracia Contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo, Boitempo, 2003.

## ANEXO I

Janeiro de 1984 /Junho de 1984



801



802



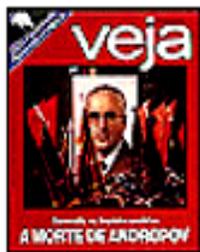
803



804



805



806



807



808



809



810



811



812



813



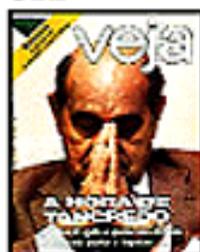
814



815



816



817



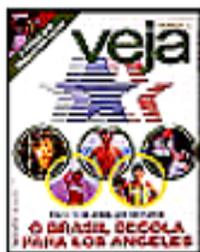
818



819



820



821



822



823



824



825

## ANEXO II

Julho de 1984 / Novembro de 1984



## ANEXO III

Dezembro de 1984 / junho de 1985

